



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 104

TERÇA-FEIRA 17 DE AGOSTO DE 1982

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 112ª SESSÃO, EM 16 DE AGOSTO DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres

— Referentes às seguintes matérias:

Ofício nº S-45/81; Mensagens nºs 81, 82 e 95/82, 377/81, 9, 50, 57, 78 e 79/82; e Ofício nº SM-234/81.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Prazo para o oferecimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 126/82, constante do parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Ofício nº SM-234/81, lido anteriormente.

1.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Resolução nº 127/82, que aprova as conclusões e recomendações do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69, de 1978.

1.2.4 — Leitura de Resolução

— Nº 23/82, que prorroga por 60 dias o prazo concedido à Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 01/80, destinada a examinar a violência urbana, suas causas e consequências.

1.2.5 — Comunicação

— Do Sr. Senador João Calmon que se ausentará do País.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Designação dos Srs. Senadores Aloysio Chaves e Lourival Baptista para integrarem a Delegação Brasileira à 69ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Roma, no período de 14 a 23 de setembro próximo.

1.2.7 — Discursos do Expediente

SENADOR JORGE KALUME — Conferência proferida pelo Ministro Mário Andreazza na Escola Superior de Guerra.

SENADOR BERNARDINO VIANA — 130º aniversário da cidade de Teresina-PI.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 183/81, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 29.364.200,00 (vinte e nove

milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 123/82.

— Projeto de Resolução nº 258/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Boca do Acre (AM) a elevar em Cr\$ 8.613.200,00 (oito milhões, seiscentos e treze mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 266/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Catanduva (SP) a elevar em Cr\$ 39.300.000,00 (trinta e nove milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 25/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Alexânia (GO) a elevar em Cr\$ 7.279.000,00 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 33/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itabira (SP) a elevar em Cr\$ 29.745.360,00 (vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 38/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 108/81, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 10.027.899.259,79 (dez bilhões, vinte e sete milhões, oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros e setenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 240/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Coxim (MG) a elevar em Cr\$ 12.356.000,00 (doze milhões, trezentos e cinquenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 30/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína (GO) a elevar em Cr\$ 159.638.841,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 80/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Tocantinópolis (GO) a elevar em Cr\$ 43.371.328,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e um mil, trezentos e vinte e oito cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 218/81, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 988.603.570,49 (novecentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e três mil, quinhentos e setenta cruzeiros e quarenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 221/81, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$ 25.239.000,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e trinta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 14/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Jaciara (MT) a elevar em Cr\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 59/82, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 29.079.200.000,00 (vinte e nove bilhões, setenta e nove milhões, e duzentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 102/82, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo, no valor US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinada a projetos de saneamento básico e a investimentos da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 91/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Sousa (PB) a elevar em Cr\$ 57.600.000,00 (cinquenta e sete milhões e seiscentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 188/81, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.435.641.087,00 (um bilhão, quatrocentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e um mil e oitenta e sete cruzeiros), **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 184/81, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 393.810.000,00 (trezentos e noventa e três milhões e oitocentos e dez mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 273/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 4.182.160.000,00 (quatro bilhões, cento e oitenta e dois milhões, cento e sessenta mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 8/82, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 2.022.956.612,82 (dois bilhões, vinte e dois milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e doze cruzeiros e oitenta e dois centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 61/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 319.360.800,00 (trezentos e dezenove milhões, trezentos e sessenta mil e oitocentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 106/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos) destinada à implementação de obras da linha leste-oeste do Metropolitano de São Paulo. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 107/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) destinado

ao programa de investimentos urbanos. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 13/79, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 329/80, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 164/81, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes Patrono da Força Aérea Brasileira. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 352/78, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 255/80, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 362/79, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 40/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 309/81.

— Projeto de Lei do Senado nº 309/79, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil, e dá outras providências. **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 35/82.

— Projeto de Resolução nº 202/81, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinado ao II Plano de Metas Governamentais — PLAMEG II. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 261/81, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 1.394.841.410,46 (um bilhão, trezentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e dez cruzeiros e quarenta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Evandro Carneira, proferidos nas sessões de 19, 20, 24, 25, 26 e 27-5-82

3 — RETIFICAÇÕES

— Ata da 99ª Sessão, realizada em 2-8-82

— Ata da 105ª Sessão, realizada em 10-8-82

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 112ª SESSÃO, EM 16 DE AGOSTO DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PASSOS PÔRTO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Agenor Maria — Martins Filho — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Luiz Viana — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Tancredo Neves — Dulce Braga — José Fragelli — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECERES N.ºs 599 e 600, DE 1982

PARECER N.º 599, DE 1982

Da Comissão de Finanças, sobre o Ofício n.º 459/81 (n.º 459/81 — na origem) do Senhor Governador do Estado de Mato Grosso do Sul solicitando autorização do Senado Federal para contratar empréstimo externo no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos), destinado ao Programa Viário de Apoio à Produção Agrícola daquele Estado.

Relator: Senador Mendes Canale

O Senhor Governador do Estado de Mato Grosso do Sul solicita ao Senado Federal, nos termos do art. 42, item IV, da Constituição, a competente autorização para que aquele Estado possa contratar uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, destinado ao desenvolvimento do Programa Viário de Apoio à Produção Agrícola daquele Estado.

2. Os trechos a serem executados com as respectivas extensões, tipos de pavimentação e valores estimados, são os seguintes:

Trechos	Rodovia	Tráfego	Situação da Obra	Tipo Ext Pav. Km	Valor Cr\$	Valor US\$
01 — Anastácio-Km 21	BR-419	362	Em Licitação	TSD 21	579.049.200,00	4.780.000,00
02 — Campo Grande—Rochedo	MS-080	253	Em Licitação	TSD 80	621.448.200,00	5.130.000,00
05 — Maracaju—Rio Brilhante	BR-267	315	Em Licitação	TSD 75	1.342.231.200,00	11.080.000,00
04 — Três Lagoas—Ent.º MS-112	BR-158	257	Em Licitação	TSD 16	316.175.400,00	2.610.000,00
05 — Três Lagoas—Garcia	BR-262	264	Em Licitação	TSD 62	833.443.200,00	6.880.000,00
06 — Morro do Azeite—Porto da Manga	MS-184	112	Em Andamento	REST 65	213.206.400,00	1.760.000,00
07 — Miranda—Bodoquena	MS-339	260	Em Andamento	TSD 57	659.001.600,00	5.440.000,00
08 — Porto da Manga—Morro Grande	MS-184	112	Em Licitação	REST 29	281.044.800,00	2.320.000,00
TOTAL					4.845.600.000,00	40.000.000,00

Obs: 1) Todos os trechos são de classe III

2) VDM = Volume Diário Médio de Tráfego

3) TSD = Tratamento Superficial Duplo com Capa Selante

4) Os preços são do mês de novembro/81 (US\$ 1,00 = Cr\$ 121,14)

5) REST = Restauração com Revestimento Primário

6) IMPL = Implantação com Revestimento Primário

3. Em atendimento às normas estabelecidas por esta Comissão foram enviados os seguintes elementos principais, indispensáveis para exame de pleitos da espécie. Assim temos:

a) Dívida Consolidada Interna — pos. 31-3-82 e Externa (Integralizada) Cr\$ 1,00

a.1 — Intralimite = 3.267.518.168

a.2 — Extralimite = 5.124.949.538

(+) a.3 — Externa = 8.000.000.000 (*) (op. US\$ 20,0 + 10 + 20) = US\$ 550 milhões

TOTAL = 16.392.467.706

(*) Op. de US\$ 20,0 milhões contratada + US\$ 30,0 milhões autorizada cotação: (*) 1US\$ = Cr\$ 160,00

b) Cronograma de pagamento da dívida interna (intra + extra) e da dívida externa + operação em exame.

Valor: Cr\$ 1,00

Ano	DISPÊNDIO COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO (XX) Cr\$ 1,00			Total Exist.	Operação em Exame
	Intralimite	Extralimite	Externa XXX		
1982	683.835.964	337.599.328	891.022.20	1.912.457.492	544.000.000
1983	1.115.257.596	514.539.191	1.312.000.00	2.941.796.787	1.088.000.000
1984	925.123.260	678.917.068	1.667.555.90	3.271.596.228	1.088.000.000
1985	1.124.267.356	684.080.699	1.907.555.30	3.715.903.355	1.088.000.000
1986	1.251.057.229	664.508.562	2.814.221.70	4.729.787.491	2.449.777.600
1987	604.517.551	644.935.425	2.518.221.70	3.767.674.676	2.207.999.800

c) Previsão da receita:

Ano	Valor (Cr\$ 1,00)
1982	50.475.320.000
1983	65.617.916.000
1984	85.303.290.000
1985	110.894.278.000
1986	144.762.561.000
1987	187.411.330.000

d) Posição do endividamento em função da receita arrecadada em 1981 (Res. n.º 62/75 e 93/75):

Valor: Cr\$ 1,00

d.1. Receita arrecadada = Cr\$ 28.540.960.000

d.2. Op. de crédito realizadas = Cr\$ 2.310.894.000

d.3. Receita líquida = Cr\$ 26.230.066.000

d.4. Correção da Rec. até abril-82
Índice = 1,22 = Cr\$ 5.712.908.000

d.5. Receita líquida para cálculo = Cr\$ 31.942.974.000

e) Limites Regulamentares:

I — Montante Global = 23.360.082.000

II — Dispendio anual máximo = Cr\$ 4.791.446.000

f) Limites Reais:

	Int. Intra	Int. Extra	Externa	Total
I — Montante global	3.267.513.168	5.124.979.528	8.000.000.000	16.392.467.706
II — Dispendio anual máximo	683.835.964	337.599.328	891.022.200	1.912.457.492

4. Para o Exercício de 1982, e com base nos valores e parâmetros anteriores, observa-se que considerada a dívida interna (intra+extra), o montante global real situa-se em Cr\$ 8.392.467.706,00.

5. Assim, este item está aquém do limite regulamentar fixado pelo art. 2.º, item I, da Resolução n.º 62/75, alterada pela Resolução n.º 93/76, que fixou para este item, o valor de Cr\$ 29.889.316.000,00. Em relação ao item III da Resolução n.º 62/75 — dispendio anual máximo — teremos um desembolso anual de Cr\$ 1.021.435.292,00 contra um limite autorizado de Cr\$ 6.404.853.000,00.

6. A dívida externa do Estado tem a seguinte composição:

- a) US\$ 20,0 milhões, contratada em 18-8-80;
- b) US\$ 10,0 milhões, contratada em 8-3-82;
- c) US\$ 20,0 milhões, a contratar, completando o saldo da Resolução n.º 81;
- d) US\$ 40,0 milhões, operação em exame.

US\$ 90,0 milhões =

7. Com as operações já autorizadas e/ou contratadas, situa-se a dívida externa em US\$ 50,0 milhões (Cr\$ 8.000.000.000,00), que somada com a parcela interna Cr\$ 8.392.467.706,00 totalizará Cr\$ 16.392.467.706,00, inferior ao montante regulamentar, no valor de Cr\$ 23.360.082.000,00.

8. O mesmo acontece para a amortização anual, onde temos um desembolso real para 1982 de Cr\$ 1.912.457.492,00 contra um limite regulamentar de Cr\$ 4.791.446.000,00, havendo uma folga de Cr\$ 2.778.989.508,00 para novos desembolsos.

9. Descontada, entretanto, a dívida extralimite para efeito dos parâmetros do art. 2.º da Res. n.º 62/75, modificada pela Resolução n.º 93/76, resultarão maiores margens para novas contratações externas, pois o montante ficaria situado em Cr\$ 11.267.518.168,00 (Intra + externa) e o dispendio em Cr\$ 1.574.858.164,00.

10. Entretanto toda nossa análise seria mais efetiva se, através de uma modificação da Res. n.º 62/75, fossem incluídas as parcelas da dívida externa. O nosso exame, assim, é instantâneo, pois novas operações internas serão contratadas dentro das normas legais sem ser levado em conta a dívida externa existente. Melhor seria se houvesse um diploma legal no qual fosse consagrada para efeito de parâmetros, toda a dívida Estadual ou Municipal em exame.

11. Com as ressalvas feitas, concluímos que o Estado de Mato Grosso do Sul possui disponibilidade para esta operação.

12. Para atender as disposições do Regimento Interno e da legislação pertinente, foram anexados ao processado os seguintes documentos:

a) cópia da Lei Estadual n.º 189, de 18 de dezembro de 1980, que autorizou o Poder Executivo a contratar uma operação de crédito externo até o valor de US\$ 150 milhões, revigorada pela Lei Estadual n.º 219, de 6 de maio de 1981;

b) Aviso n.º 1.013, de 22 de outubro de 1981, da SEPLAN, reconhecendo o caráter prioritário da operação bem como a capacidade de pagamento do Estado, até o limite de US\$ 40,0 milhões;

c) Exposição de Motivos n.º 303, de 9 de novembro de 1981, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, favorável, enviada ao Senhor Presidente da República, propondo o seu encaminhamento ao Senado Federal, para os fins do art. 42, item IV, da Constituição;

d) Ofício (FIRCE — 81/247), do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, credenciando a operação em pauta, conforme atribuições conferidas pelo Decreto n.º 84.128, de 29-10-79;

e) comportamento da dívida Estadual (Interna e Externa);

13. O exame das condições creditícias da operação será efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, inciso II, do Decreto número 74.157, de 6 de junho de 1974, assim que apresentada a respectiva minuta de contrato com o grupo financiador.

14. Foram cumpridas as exigências do Regimento Interno (art. 403, alíneas a, b e c). Assim, opinamos favoravelmente à solicitação, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 116, DE 1982

Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a contratar empréstimo externo no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa viário de Apoio à Produção Agrícola daquele Estado.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul autorizado a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, a ser utilizado na execução de trechos rodoviários, sendo o pagamento

to do tipo Tratamento Superficial Duplo, com Capa Selante os seguintes trechos: Anastácio Km 21 (BR-419) com 21 km; Campo Grande—Rochedo (MS-080) com 80 km; Maracaju—Rio Brilhante (BR-267) com 75 km; Três Lagoas Ent.º — MS-112 (BR-158) com 16 km; Três Lagoas—Garcia (BR-262) com 62 km; e Miranda—Bodoquena (MS-339) com 57 km, sendo o pavimento do tipo com restauração com revestimento primário os trechos: Morro do Azeite—Porto da Manga (MS-184) com 85 km e Porto da Manga—Morro Grande (MS-184) com 29 km, todos naquele Estado.

Art. 2.º A operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuado pelo Ministério da Fazenda em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, item II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal, e ainda, o disposto na Lei Estadual n.º 189, de 18 de dezembro de 1980, revigorada pela Lei Estadual n.º 219, de 6 de maio de 1981, ambas autorizadoras da operação.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 1982. — **Franco Montoro**, Presidente — **Mendes Canale**, Relator — **Raimundo Parente** — **Bernardino Viana** — **Tancredo Neves** — **Martins Filho** — **Almir Pinto** — **Gabriel Hermes**, com restrições por ser moeda forte — **Amaral Furlan** — **Benedito Canellas** — **Tarso Dutra**.

PARECER N.º 600, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução n.º 116, de 1982, da Comissão de Finanças, que "autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a contratar empréstimo externo no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa Viário de Apoio à Produção Agrícola daquele Estado".

Relator: Senador **Benedito Canellas**.

De autoria da Comissão de Finanças, o presente projeto de resolução autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a "realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, a ser utilizado na execução de trechos rodoviários, sendo o pavimento do tipo Tratamento Superficial Duplo com Capa Selante os seguintes trechos: Anastácio Km 21 (BR-419) com 21 km; Campo Grande—Rochedo (MS-080), com 80 km; Maracaju—Rio Brilhante (BR-267) com 75 km; Três Lagoas Ent.º—MS-112 (BR-158), com 16 km; Três Lagoas—Garcia (BR-262), com 62 km; e Miranda—Bodoquena (MS-339) com 57 km, sendo o pavimento do tipo com restauração com revestimento primário os trechos: Morro do Azeite—Porto da Manga (MS-184) com 85 km e Porto da Manga—Morro Grande (MS-184) com 29 km, todos naquele Estado".

2. O art. 2.º do projeto, ora sob exame, estabelece: "a operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, item II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal, e, ainda, o disposto na Lei Estadual n.º 189, de 18 de dezembro de 1980, revigorada pela Lei Estadual n.º 219, de 6 de maio de 1981, ambas autorizadoras da operação".

3. Para atender as disposições do Regimento Interno da legislação pertinente, além das exigências estabelecidas pela Comissão de Finanças, conforme se conclui do exame do seu parecer, foram anexados ao processado, os seguintes documentos:

a) cópia da Lei Estadual n.º 189, de 18 de dezembro de 1980, que autorizou o Poder Executivo a contratar uma operação de crédito externo até o valor de US\$ 150,0 milhões, revigorada pela Lei Estadual n.º 219, de 6 de maio de 1981;

b) Aviso n.º 1.013, de 22 de outubro de 1981 da SEPLAN, reconhecendo o caráter prioritário da operação bem como a capacidade de pagamento do Estado, até o limite de US\$ 40,0 milhões;

c) Exposição de Motivos n.º 303, de 9 de novembro de 1981, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, favorável, enviada ao Senhor Presidente da República, propondo o seu encaminhamento ao Senado Federal, para os fins do art. 42, item IV, da Constituição;

d) Ofício (FIRCE-81/277), do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, credenciando a operação em pauta, conforme atribuições conferidas pelo Decreto n.º 84.128, de 29-10-79;

e) comportamento da dívida Estadual Interna e Externa); e, f) plano de aplicação.

4. O exame das condições creditícias da operação será efetuado pelo Ministério da Fazenda em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, inciso II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, assim que apresentada a respectiva minuta de contrato com o grupo financiador.

5. Foram cumpridas as exigências constantes no art. 403, alíneas a, b e c, razão por que, na forma do art. 108, item VI, ambos do Regimento Interno, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao pleito do Senhor Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do projeto de resolução que apresentou.

6. Nada há que possa ser argüido contra a proposição, no que compete a esta Comissão examinar, e está corretamente formulada sob os ângulos constitucionais e jurídicos, razão pela qual entendemos possa ter tramitação normal.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1982. — **Aderbal Jurema**, Presidente eventual — **Benedito Canellas**, Relator — **José Lins** — **Dirceu Cardoso**, vencido — **Raimundo Parente** — **Orestes Quêrcia** — **José Fragelli**, vencido — **Martins Filho**, vencido.

PARECERES N.ºs 601, 602 e 603, DE 1982

PARECER N.º 601, DE 1982

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem n.º 81, de 1982 (n.º 179/82, na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Moreno (PE) a elevar em Cr\$ 233.190.466,68 (duzentos e trinta e três milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros e sessenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador **Bernardino Viana**

O Senhor Presidente da República encaminha a exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Moreno (PE) autorizada a elevar em Cr\$ 233.190.466,68 (duzentos e trinta e três milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros e sessenta e oito centavos), o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de contratar empréstimo junto ao Banco do Estado de Pernambuco S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), valor correspondente a 160.383 UPC, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 1.453,96, em janeiro/82.

2. Características da operação:

I — Programa FIPLAN

A — Valor: Cr\$ 6.791.447,16 (correspondente a 4.671,0 UPC de Cr\$ 1.453,96 em jan./82);

B — Prazos:

- 1 — de carência: 36 meses;
- 2 — de amortização: 120 meses;

C — Encargos:

- 1 — juros de 4% a.a. (sendo 2% a.a. para o BNH e 2% a.a. para o agente financeiro);
- 2 — correção monetária: idêntica à variação trimestral das ORTN;
- 3 — taxa de administração do BNH de 1% sobre cada reembolso;

D — Garantia: quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM, complementadas por IPTU, ISS e outras permitidas por lei;

E — Destinação dos recursos: viabilização dos estudos, programas e investimentos do Programa CURA nas áreas selecionadas na sede do Município.

II — Programa CURA

A — Valor: Cr\$ 226.399.019,52 (correspondente a 155.712,0 UPC de Cr\$ 1.453,96 em jan./82);

B — Prazos:

- 1 — de carência: 36 meses;
- 2 — de amortização: 120 meses;

C — Encargos:

- 1 — juros de 5% a.a. (sendo 4% a.a. para o BNH e 1% a.a. para o agente financeiro);
- 2 — correção monetária: idêntica à variação trimestral das ORTN;

3 — taxa de administração do BNH de 1% sobre cada reembolso;

D — **Garantia:** quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM, complementadas por IPTU, ISS e outras permitidas por lei;

E — **Destinação dos recursos:** viabilização dos estudos, programas e investimentos do Programa CURA nas áreas selecionadas na sede do Município."

3. Segundo o parecer apresentado pelo órgão financiador, a operação de crédito sob exame é viável econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei n.º 41, de 9-11-81 autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM n.º 85/82) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exm.º Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito; formulado conforme o art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer do Banco Central do Brasil — Departamento da Dívida Pública, favorável ao Pleito.

5. Considerando todo o endividamento da referida entidade (intra + extralimite + operação sob exame), verifica-se que seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelos itens I, II e III do art. 2.º da Resolução n.º 62, de 1975.

6. Trata-se, entretanto, de uma operação extralimite à qual, por força das disposições contidas no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, não se aplicam os citados limites (itens I, II e III) fixados no art. 2.º da Resolução n.º 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação.

7. Além da característica da operação — extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

8. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 117, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Moreno (PE) a elevar em Cr\$ 233.190.466,68 (duzentos e trinta e três milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros e sessenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Moreno, Estado de Pernambuco, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 233.190.466,68 (duzentos e trinta e três milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros e sessenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Estado de Pernambuco S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinado à viabilização dos estudos, programas e investimentos do Programa CURA nas áreas selecionadas na sede do Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de junho de 1982. — José Richa, Presidente — Bernardino Viana, Relator — Affonso Camargo — Milton Cabral — Lenoir Vargas — José Fragelli.

PARECERES N.ºs 602 E 603, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução n.º 117, de 1982, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Moreno (PE) a elevar em Cr\$ 233.190.466,68 (duzentos e trinta e três milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros e sessenta e oito centavos)".

PARECER N.º 602, DE 1982

(Da Comissão de Constituição e Justiça)

Relator: Senador Aderbal Jurema

O projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem

n.º 81/82, do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Moreno (PE) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 233.190.466,68 (duzentos e trinta e três milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros e sessenta e oito centavos) destinada à viabilização dos estudos, programas e investimentos do Programa CURA nas áreas selecionadas na sede do Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não-observância dos limites fixados pelo art. 2.º da Resolução n.º 62, de 28 de outubro de 1975, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1982. — José Fragelli, Presidente em exercício — Aderbal Jurema, Relator — José Lins — Orestes Quêrcia — Dirceu Cardoso, vencido — Benedito Canellas — Martins Filho — Raimundo Parente.

PARECER N.º 603, DE 1982

(Da Comissão de Municípios)

Relator: Senador Aderbal Jurema

A matéria sob nossa apreciação, já exaustivamente analisada pela autora do projeto de resolução em tela, objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Moreno — PE, nos termos do que estabelece o art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 233.190.466,68 (duzentos e trinta e três milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros e sessenta e oito centavos), destinada à viabilização dos estudos, programas e investimentos do Programa CURA, nas áreas selecionadas na sede do Município.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este órgão técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada beneficiará sócio-economicamente as áreas contempladas.

Ante o exposto, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1982. — Lomanto Júnior, Presidente — Aderbal Jurema, Relator — Almir Pinto — Benedito Ferreira — Agenor Maria — Tarso Dutra — Lenoir Vargas — Moacyr Dalla — Benedito Canellas.

PARECERES N.ºs 604, 605 e 606, DE 1982

PARECER N.º 604, DE 1982

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem n.º 82, de 1982 (n.º 180/82 — na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Pirapetinga (MG) a elevar em Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador Tancredo Neves

O Senhor Presidente da República encaminha a exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Pirapetinga (MG) autorizada a elevar em Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), valor correspondente a 35.000 UPC, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 1.453,96, em janeiro/82.

2. "Características das operações:

OPERAÇÃO I:

A — Valor: Cr\$ 43.618.800,00 (correspondente a 30.000 UPC de Cr\$ 1.453,96, em Jan/82);

B — Prazos:

1 — de carência: até 36 meses, contados a partir da última liberação dos recursos;

- 2 — de amortização: até 360 meses;
- C — Encargos:**
- 1 — juros:
- a — durante a carência: até 1% a.a.;

b — após a carência: até 1,6% a.a.;

2 — correção monetária: trimestral, conforme as variações da UPC;

3 — seguros previstos pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH);

4 — taxa de administração do BNH; 1% sobre cada liberação;

D — Garantias: primeira e especial hipoteca dos lotes de terreno e das habitações a serem construídas, bem como a vinculação de quotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: construção de 100 unidades habitacionais de interesse social, com valores unitários limitados ao máximo de 300 UPC, destinadas a trabalhadores com renda de até 3 salários mínimos, aos quais o financiamento será transferido após a comercialização de tais imóveis.

OPERAÇÃO II:

A — Valor: Cr\$ 7.289.800,00 (correspondente a 5.000 UPC de Cr\$ 1.453,96, em Jan/82);

B — Prazos:

1 — de carência: até 36 meses, contados a partir da última liberação dos recursos;

2 — de amortização: até 360 meses;

C — Encargos:

1 — juros: 1% a.a. pelo repasse;

2 — correção monetária: trimestral, conforme as variações da UPC;

3 — seguros previstos pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH);

4 — taxa de administração do BNH, 1% sobre cada liberação;

D — Garantia: vinculação de quotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: execução de obras de infra-estrutura urbana necessária à construção das 100 unidades habitacionais, objeto da OPERAÇÃO I."

3. Segundo o parecer apresentado pelo Órgão financiador, as operações de crédito sob exame são viáveis econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei n.º 506, de 12-2-82 autorizadora das operações;

b) Exposição de Motivos (EM n.º 079/82) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exmo. Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito, formulado conforme o art. 2.º da Res. n.º 93, de 1976, do Senado Federal; e,

c) Parecer do Banco Central do Brasil — Departamento da Dívida Pública, favorável ao Pleito.

5. Considerado todo o endividamento da referida entidade (intra + operações sob exame), verifica-se que seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelos itens I e II do art. 2.º da Res. n.º 62, de 1975.

6. Trata-se, entretanto, de uma operação extralimite a qual, por força das disposições contidas no art. 2.º da Res. n.º 93, de 1976, não se aplicam os citados limites (itens I, II e III) fixados no art. 2.º da Res. n.º 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação.

7. Além da característica das operações — extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

8. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 118, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Pirapetinga (MG) a elevar em Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Pirapetinga Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimos que perfaçam o valor acima, junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinados à construção de 100 unidades habitacionais de interesse social e a execução das obras de infra-estrutura urbana necessárias, na sede do Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de junho de 1982. — José Richa, Presidente — Tancredo Neves, Relator — Bernardino Viana — Affonso Camargo — Luiz Cavalcante — Milton Cabral — José Fragelli — Lenoir Vargas.

PARECERES N.ºs 605 E 606, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução n.º 118, de 1982, da Comissão de Economia que "autoriza a Prefeitura Municipal de Pirapetinga (MG), a elevar em Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

PARECER N.º 605, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Martins Filho

O projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem n.º 82/82 do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Pirapetinga (MG) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) destinada à construção de 100 unidades habitacionais de interesse social e à execução das obras de infra-estrutura urbana necessárias na sede do Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do artigo 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados pelo artigo 2.º da Resolução n.º 62, de 28-10-75, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbices à tramitação normal da presente proposição, porquanto jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1982. — José Fragelli, Presidente, em exercício — Martins Filho, Relator — Dirceu Cardoso, vencido — Raimundo Parente — Aderbal Jurema — José Lins — Orestes Quêrcia — Benedito Canelas.

PARECER N.º 606, DE 1982

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Moacyr Dalla

A matéria sob nossa apreciação, já exaustivamente analisada pela autora do projeto de resolução em tela, objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Pirapetinga — MG, nos termos do que estabelece o art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operações de crédito no valor de Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros), destinadas à construção de 100 unidades habitacionais de interesse social e a execução de obras de infra-estrutura urbana necessárias, na sede do Município.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este Órgão Técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto

pela Comissão de Economia da Casa, visto que as operações de crédito a serem autorizadas minimizarão as necessidades de considerável parcela da população carente de moradia.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1982. — **Lomanto Júnior**, Presidente — **Moacyr Dalla**, Relator — **Almir Pinto** — **Benedito Ferreira** — **Agenor Maria** — **Tarso Dutra** — **Lenoir Vargas** — **Benedito Canelas** — **Aderbal Jurema**.

PARECERES N.ºs 607, 608 e 609, DE 1982

PARECER N.º 607, DE 1982

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem n.º 95, de 1982 (n.º 203/82 — na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Paulínia (SP), a elevar em Cr\$ 1.009.884.000,00 (um bilhão, nove milhões e oitocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Bernardino Viana

O Senhor Presidente da República encaminha a exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Paulínia (SP), autorizada a elevar em Cr\$ 1.009.884.000,00 (um bilhão, nove milhões e oitocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de contratar empréstimo junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), valor correspondente a 600.000 UPC, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 1.683,14 em abril/82.

Características da operação:

A — Valor: Cr\$ 1.009.884.000,00 (correspondente a 600.000 UPC de Cr\$ 1.683,14 em abril/82);

B — Prazos:

1 — de carência: 36 meses;

2 — de amortização: 240 meses;

C — Encargos:

1 — juros de: até 8% a.a. (até 7% a.a. BNH; 1% a.a. Agente Financeiro);

2 — correção monetária: conforme o Plano de Correção Monetária (PCM), do BNH;

D — Garantia: vinculação de quotas-partes do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: implantação do Projeto Cura, no Município.

3. Segundo o parecer apresentado pelo órgão financiador, a operação de crédito sob exame é viável econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei n.º 764, de 2-3-82 autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM n.º 098/82) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Ex.º Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito, formulado conforme o art. 2.º da Res. n.º 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer do Banco Central do Brasil — Departamento da Dívida Pública, favorável ao Pleito.

5. Considerando todo o endividamento da referida entidade (intra + extralimite + operação sob exame), verifica-se que seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelos itens I, II e III do art. 2.º da Res. n.º 62, de 1975.

6. Trata-se, entretanto, de uma operação extralimite, à qual por força das disposições contidas no art. 2.º da Res. n.º 93, de 1976, não se aplicam os citados limites (itens I, II, e III) fixados no art. 2.º da Res. n.º 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação.

7. Além da característica da operação — extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

8. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 119, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Paulínia (SP), a elevar em Cr\$ 1.009.884.000,00 (um bilhão, nove milhões e oitocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Paulínia, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 1.009.884.000,00 (um bilhão, nove milhões e oitocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinado à implantação do Projeto CURA, no Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de junho de 1982. — **José Richa**, Presidente — **Bernardino Viana**, Relator — **Afonso Camargo** — **Milton Cabral** — **José Fragelli** — **Lenoir Vargas**.

PARECERES N.ºs 608 e 609, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução n.º 119, de 1982 da Comissão de Economia que "autoriza a Prefeitura Municipal de Paulínia (SP), a elevar em Cr\$ 1.009.884.000,00 (um bilhão, nove milhões e oitocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

PARECER N.º 608, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Bernardino Viana

O projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem n.º 95/82 do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Paulínia (SP), a contratar operação de crédito de Cr\$ 1.009.884.000,00 (um bilhão, nove milhões e oitocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) destinada à implantação do Projeto CURA, no Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados pelo art. 2.º da Resolução n.º 62, de 23-10-75, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar, verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 1982. — **Aloysio Chaves**, Presidente — **Bernardino Viana**, Relator — **Raimundo Parente** — **Almir Pinto** — **Martins Filho** — **José Lins** — **Aderbal Jurema** — **Dulce Braga**.

PARECER N.º 609, DE 1982

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Agenor Maria

Pelo projeto de resolução sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, fica a Prefeitura Municipal de Paulínia, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 1.009.884.000,00 (um bilhão, nove milhões e oitocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinado à implantação do Projeto CURA, naquele Município.

2. Na forma do art. 2.º, item IV, da Resolução n.º 132, de 1979, do Senado Federal, as proposições que envolvam operações de crédito internas e externas, de qualquer natureza, em que um ou mais municípios sejam partes interessadas, deverão merecer estudo e parecer desta Comissão.

3. O projeto em pauta está relacionado com o BNH, uma vez que os recursos se destinam à implantação do Programa CURA, em área daquela municipalidade.

4. A proposição mereceu da Comissão de Constituição e Justiça o encaminhamento favorável, no que diz respeito aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

5. Pelas razões expostas, somos pela aprovação do projeto de resolução de autoria da Comissão de Economia, ora sob nosso exame.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1982. — Lomanto Júnior, Presidente — Agenor Maria, Relator — Almir Pinto — Benedito Ferreira — Tarso Dutra — Lenoir Vargas — Moacyr Dalla — Benedito Canellas — Aderbal Jurema.

PARECERES N.ºs 610, 611 e 612, DE 1982

PARECER N.º 610, DE 1982

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem n.º 377, de 1981 (n.º 572/81, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura da Cidade do Recife (PE) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 95.072.500,00 (noventa e cinco milhões, setenta e dois mil e quinhentos cruzeiros).

Relator: Senador Bernardino Viana

Com a Mensagem n.º 377/81, o Senhor Presidente da República submeteu à deliberação do Senado Federal pleito da Prefeitura da Cidade do Recife (PE), que objetiva contratar, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, as seguintes operações de crédito:

“Características das operações:

OPERAÇÃO I

A — Valor: Cr\$ 21.824.800,00;

B — Prazos:

- 1 — de carência: 24 meses;
- 2 — de amortização: 144 meses;

C — Encargos:

- 1 — juros de 6% a.a.;
- 2 — correção monetária: 60% do índice de variação trimestral das ORTN;

D — Garantias: vinculação de quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM;

E — Destinação dos recursos: recuperação e ampliação de unidades escolares de 1.º grau.

OPERAÇÃO II

A — Valor: Cr\$ 61.134.400,00;

B — Prazos:

- 1 — de carência: 24 meses;
- 2 — de amortização: 144 meses;

C — Encargos:

- 1 — juros de 6% a.a.;
- 2 — correção monetária: 60% do índice de variação trimestral das ORTN;

D — Garantia: vinculação de quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM;

E — Destinação dos recursos: implantação de lavanderias/chafarizes públicos.

OPERAÇÃO III

A — Valor: Cr\$ 12.113.300,00;

B — Prazos:

- 1 — de carência: 36 meses;
- 2 — de amortização: 144 meses;

C — Encargos:

- 1 — juros de 6% a.a.;
- 2 — correção monetária: 60% do índice de variação trimestral das ORTN;

D — Garantia: vinculação de parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM;

E — Destinação dos recursos: construção de quadra polivalente, de galpões e aquisição de equipamento

de cantina para unidades escolares da rede municipal.”

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se favoravelmente ao pedido por julgá-lo técnica e financeiramente viável, não devendo os seus encargos gerar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

De outra parte, o empreendimento a ser financiado pela operação de crédito objeto da autorização se enquadra nas diretrizes e normas da legislação que disciplinam a matéria e tem grande alcance sócio-econômico para a área beneficiada pelo projeto.

Assim, concluímos pelo acolhimento da mensagem nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 120, DE 1982

Autoriza a Prefeitura da Cidade do Recife (PE) a elevar em Cr\$ 95.072.500,00 (noventa e cinco milhões, setenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura da Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 95.072.500,00 (noventa e cinco milhões, setenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinados à recuperação e ampliação de unidades escolares de 1.º grau, implantação de lavanderias/chafarizes públicos e à construção de quadra polivalente, de galpões e aquisição de equipamento de cantina para unidades escolares da rede daquele município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de maio de 1982. — Gabriel Hermes, Presidente eventual — Bernardino Viana, Relator — Alberto Silva — Lenoir Vargas — Benedito Ferreira — José Lins.

PARECERES N.ºs 611 e 612, de 1982

Sobre o Projeto de Resolução n.º 120, de 1982, da Comissão de Economia, que “autoriza a Prefeitura Municipal da Cidade do Recife (PE) a elevar em Cr\$ 95.072.500,00 (noventa e cinco milhões, setenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna”.

PARECER N.º 611, DE 1982

(Da Comissão de Constituição e Justiça)

Relator: Senador Aderbal Jurema

O presente projeto de resolução, da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem n.º 377/81, do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal da Cidade do Recife a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 95.072.500,00 (noventa e cinco milhões, setenta e dois mil e quinhentos cruzeiros), destinado a financiar a recuperação e ampliação de unidades escolares de 1.º grau, implantação de lavanderias/chafarizes públicos e à construção de quadra polivalente, de galpões e aquisição de equipamento de cantina para unidades escolares da rede daquele município.

O pedido foi formulado nos termos do preceituado no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados no art. 2.º da Resolução n.º 62, de 1975, também do Senado Federal.

Assim, verifica-se que a proposição foi elaborada consoante as prescrições legais e regimentais aplicáveis à espécie, merecendo, por isso, o nosso encaminhamento favorável, no que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1982. — José Fragelli, Presidente, em exercício — Aderbal Jurema, Relator — José Lins — Orestes Quercia — Dirceu Cardoso, vencido — Benedito Canellas — Martins Filho — Raimundo Parente.

PARECER N.º 612, DE 1982

(Da Comissão de Municípios)

Relator: Senador Aderbal Jurema

A matéria sob a nossa apreciação, já exaustivamente analisada pela autora do projeto de resolução em tela, objetiva autorizar a Prefeitura Municipal da Cidade do Recife (PE), nos termos do

que estabelece o art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 95.072.500,00 (noventa e cinco milhões, setenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) destinada a financiar a recuperação e ampliação de unidades escolares de 1.º grau, implantação de lavanderias/chafarizes públicos e a construção de quadra polivalente e de galpões, além da aquisição de equipamentos de cantina para unidades escolares da rede daquele município.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a esse órgão técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada terá grande impacto sócio-econômico para aquela cidade.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1982. — **Lomanto Junior**, Presidente — **Aderbal Jurema**, Relator — **Almir Pinto** — **Benedito Ferreira** — **Agenor Maria** — **Tarso Dutra** — **Lenoir Vargas** — **Moacyr Dalla** — **Benedito Canelas**.

PARECERES N.ºs 613, 614 e 615, DE 1982

PARECER N.º 613, DE 1982

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem n.º 9, de 1982 (n.º 51/82, na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim (RN) a elevar em Cr\$ 130.279.719,23 (cento e trinta milhões, duzentos e setenta e nove mil e setecentos e dezenove cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Alberto Silva

O Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim (RN) autorizada a elevar em Cr\$ 130.279.719,24 (cento e trinta milhões, duzentos e setenta e nove mil e setecentos e dezenove cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), valor correspondente a 105.116 UPCs, considerando o valor nominal da UPC de Cr\$ 1.239,39 em outubro/81.

2. Características da operação:

"I — Programa FIPLAN

A — Valor: Cr\$ 3.796.251,57 (correspondente a 3.063,0 UPCs de Cr\$ 1.239,39 em out/81);

B — Prazos:

- 1 — de carência: 24 meses;
- 2 — de amortização: 120 meses;

C — Encargos:

- 1 — juros de 4% a.a. (sendo 2% a.a. para o BNH e 2% a.a. para o Agente Financeiro);

2 — correção monetária: idêntica à variação trimestral das ORTNs;

3 — taxa de administração do BNH: 1% sobre cada desembolso;

D — **Garantia:** Quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias complementadas com o Imposto Territorial Urbano;

E — **Destinação dos recursos:** viabilização dos estudos, programas e investimentos do Projeto CURA das áreas selecionadas na sede do Município.

II — Programa CURA

A — Valor: Cr\$ 126.483.467,67 (correspondente a 102.053,0 UPC de Cr\$ 1.239,39, em out./81);

B — Prazos:

- 1 — de carência: 36 meses;
- 2 — de amortização: 240 meses;

C — Encargos:

- 1 — juros de 3% a.a. (sendo 2% a.a. para o BNH e 1% a.a. para o Agente Financeiro);

2 — correção monetária: idêntica à variação trimestral das ORTN;

3 — taxa de administração do BNH: 1% sobre cada desembolso;

D — **Garantia:** Quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias complementadas com o Imposto Territorial Urbano;

E — **Destinação dos recursos:** viabilização dos estudos, programas e investimentos do Projeto CURA das áreas selecionadas na sede do Município."

3. Segundo o parecer apresentado pelo órgão financiador, a operação de crédito sob exame é viável econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei n.º 999, de 7-8-80 autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM n.º 24/82) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Ex.º Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer do Banco Central do Brasil — Departamento da Dívida Pública, favorável ao Pleito.

5. Considerando todo o endividamento da referida entidade (intra + operação sob exame), verifica-se que seria ultrapassado o teto que lhe foi fixado pelo item I, do art. 2.º da Resolução n.º 62, de 1975.

6. Trata-se, entretanto, de uma operação extralimite que, por força das disposições contidas no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, não se aplicam os citados limites (itens I, II e III) fixados no art. 2.º da Resolução n.º 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação.

7. Além da característica da operação — extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

8. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 121, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim (RN) a elevar em Cr\$ 130.279.719,24 (cento e trinta milhões, duzentos e setenta e nove mil e setecentos e dezenove cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 130.279.719,24 (cento e trinta milhões, duzentos e setenta e nove mil e setecentos e dezenove cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH) destinado à implantação do projeto CURA em áreas selecionadas, na sede do Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de abril de 1982. — **José Richa**, Presidente — **Alberto Silva**, Relator — **Afonso Camargo** — **Gabriel Hermes** — **Bernardino Viana** — **Luiz Cavalcante** — **Lenoir Vargas**.

PARECERES N.ºs 614 E 615, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução n.º 121 de 1982 da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim (RN) a elevar em Cr\$ 130.279.719,24 (cento e trinta milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e dezenove cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida interna".

PARECER N.º 614, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Aderbal Jurema

O projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem n.º 9/82 do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura

Municipal de Ceará-Mirim (RN) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 130.279.719,24 (cento e trinta milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e dezenove cruzeiros e vinte e quatro centavos) destinada à implantação do projeto CURA em áreas selecionadas, na sede do Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do artigo 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados pelo artigo 2.º da Resolução n.º 62, de 28-10-75, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1982. — José Fragelli, Presidente, em exercício. — Aderbal Jurema, Relator — José Lins — Orestes Quêrcia — Dirceu Cardoso, vencido — Raimundo Parente — Benedito Canelas — Martins Filho.

PARECER N.º 615, DE 1982

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Agenor Maria

A matéria sob nossa apreciação, já exaustivamente analisada pela autora do projeto de resolução em tela, objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim (RN), nos termos do que estabelece o art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 130.279.719,24 (cento e trinta milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e dezenove cruzeiros e vinte e quatro centavos), destinada à implantação do projeto CURA, em áreas selecionadas, na sede do Município.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este Órgão Técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada beneficiará sócio-economicamente as áreas contempladas.

Ante o exposto, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1982. — Lomanto Júnior, Presidente — Agenor Maria, Relator — Almir Pinto — Benedito Ferreira — Tarso Dutra — Lenoir Vargas — Moacyr Dalla — Benedito Canela — Aderbal Jurema.

PARECERES N.ºs 616, 617 e 618, DE 1982

PARECER N.º 616, DE 1982

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem n.º 50, de 1982 (n.º 117/82, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo ao exame do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Piranga (MG) a elevar em Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador José Lins

Na forma do art. 42, item VI, da Constituição, o Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal a Exposição de Motivos n.º 50, de 1982, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, relacionada com o pleito da Prefeitura Municipal de Piranga, Estado de Minas Gerais, no sentido de obter a necessária autorização para elevar em Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, valor correspondente a 35.000 UPC, considerado o valor da UPC de Cr\$ 1.239,39 em outubro de 1981; destinadas à construção de 100 (cem) unidades habitacionais de interesse social e à execução de obras de infra-estrutura urbana necessárias, naquele Município.

2. As condições básicas da operação são as seguintes:

Características das operações:

"OPERAÇÃO I

A — Valor: Cr\$ 37.181.700,00 (correspondente a 30.000 UPC de Cr\$ 1.239,39, em outubro/81);

B — Prazos:

1 — de carência: até 36 meses contados a partir da última liberação dos recursos;

2 — de amortização: até 36 meses;

C — Encargos:

1 — juros:

— 1% a.a. durante a carência;

— até 1,6% após a mesma;

2 — correção monetária: trimestral, conforme as variações da UPC;

3 — seguros previstos pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH);

4 — taxa de administração do BNH: 1% sobre cada parcela liberada;

D — Garantias: primeira e especial hipoteca dos lotes de terreno e das habitações a serem construídas, bem como a vinculação de quotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: construção de 100 unidades habitacionais de interesse social, com valores unitários limitados ao máximo de 300 UPC, destinadas a trabalhadores com renda de até 3 salários mínimos, aos quais o financiamento será transferido após a comercialização de tais imóveis.

OPERAÇÃO II

A — Valor: Cr\$ 6.196.950,00 (correspondente a 5.000 UPC de Cr\$ 1.239,39, em outubro/81);

B — Prazos:

1 — de carência: até 18 meses, contados a partir da última liberação dos recursos;

2 — de amortização: até 216 meses após a carência;

C — Encargos:

1 — juros: 1% a.a. pelo repasse;

2 — correção monetária: trimestral, conforme as variações da UPC;

3 — seguros previstos pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH);

4 — taxa de administração do BNH: 1% sobre cada parcela liberada;

D — Garantia: vinculação de quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: execução de obras de infraestrutura urbana necessária à construção das 100 unidades habitacionais, objeto da Operação I."

3. No processo encontram-se os seguintes documentos e referências principais:

a) Lei Municipal n.º 570, de 20 de agosto de 1980, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM n.º 46/82) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Ex.º Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional ao apreciar a proposta manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado, conforme o art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) parecer do Banco Central do Brasil — Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários — concluindo pelo deferimento do pedido.

4. É a seguinte a posição da dívida consolidada interna da entidade:

	(Valor Cr\$ 1,0 mil)
A — Intralimite	= 1.321,9
B — Extralimite (sob exame)	= 43.378,7
C — Total Geral (A+B)	= 44.700,6

5. Face às disposições contidas no art. 2.º da Resolução n.º 62, de 1975, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 93, de 1976, e tendo em vista determinação desta Comissão para verificação da capacidade de pagamento da entidade, foi adicionada, à dívida intralimite, a parcela da dívida extralimite.

6. Em função da receita líquida corrigida, os limites fixados pelo art. 20 da Resolução n.º 62, de 1975, seriam:

I — Montante global	= 18.050,1 mil
II — Crescimento real anual	= 5.157,2 mil
III — Dispendio anual máximo	= 3.867,9 mil

7. Considerado todo o endividamento da entidade, seria extrapolado o teto que lhe foi fixado pelo item I do art. 2.º da Resolução n.º 62, de 1975.

8. Tendo em vista o orçamento da pleiteante para o corrente ano, com uma receita líquida de Cr\$ 21.400.000,00 (deduzidas as operações de crédito), sua margem de poupança real — Cr\$ 11.655,0 mil) — mostra-se bastante superior ao maior dis-

pêndio anual com a dívida (intra + extralimite + operação sob exame), no valor de Cr\$ 646,8 mil em 1985, vemos que a assunção do novo compromisso não deverá acarretar maiores pressões na execução do orçamento dos próximos exercícios.

9. Vale acrescentar que da operação global deverá ser descontada para efeito de autorização pela Prefeitura Municipal, a parcela de 30.000 UPC relativa à construção de 100 (cem) unidades habitacionais, a ser transferida aos adquirentes das referidas moradias. Atendidas as exigências constantes no Regimento Interno na legislação específica, opinamos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 122, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Piranga (MG) a elevar em Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Piranga, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimos que perfaçam o valor global acima, junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinadas à construção de 100 (cem) unidades habitacionais de interesse social e à execução de obras de infra-estrutura urbana necessária, naquela Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de maio de 1982. — José Richa, Presidente — Milton Cabral, Relator — Bernardino Viana — Alberto Silva — Lomanto Júnior — José Lins — Gabriel Hermes.

PARECERES N.ºs 617 E 618, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução n.º 122, de 1982, da Comissão de Economia que "autoriza a Prefeitura Municipal de Piranga (MG) a elevar em Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

PARECER N.º 617, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Almir Pinto

Apresentado pela Comissão de Economia, o projeto de resolução em exame, autoriza a Prefeitura Municipal de Piranga, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar operações de crédito no valor global acima, junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinadas à construção de 100 (cem) unidades habitacionais de interesse social e à execução de obras de infra-estrutura urbana necessárias, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

2. Enquadra-se a operação ao disposto no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976 — alterou a Resolução n.º 62, de 1975 — pois os recursos serão provenientes do Banco Nacional da Habitação, e, dessa forma, considerada **extralimite**.

3. Anexo ao processado, encontram-se:

a) Lei Municipal n.º 570, de 20 de agosto de 1980, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM n.º 46/82) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o pleito ao Senhor Presidente da República, favorável;

c) Parecer do Conselho Monetário Nacional, favorável;

d) Parecer da Diretoria do Banco Central do Brasil pelo encaminhamento ao Conselho Monetário Nacional e, posteriormente, à Presidência da República e ao Senado Federal.

4. Há a ressaltar que o projeto obedeceu o disposto no art. 42, item VI, da Constituição, como atendeu as normas legais (Resoluções n.ºs 62, de 1975 e 93, de 1976), e, ainda, o estabelecido no Regimento Interno (art. 106, item III).

5. Ante o exposto, opinamos no sentido da normal tramitação do projeto, uma vez que constitucional e jurídico.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 1982. — Aloysio Chaves, Presidente — Almir Pinto, Relator — Bernardino Viana — Raimundo Parente — Martins Filho — Aderbal Jurema — José Lins — Dulce Braga.

PARECER N.º 618, DE 1982

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Moacyr Dalla

A Comissão de Economia, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem n.º 50, de 1982, do Senhor Presidente da República, apresentou projeto de resolução que "autoriza a Prefeitura Municipal de Piranga, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar operações de crédito no valor global acima, junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinadas à construção de 100 (cem) unidades habitacionais de interesse social e à execução de obras de infra-estrutura urbana necessárias, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo".

2. Na forma do art. 2.º, item IV, da Resolução n.º 132, de 1979, do Senado Federal, as proposições que envolvam operações de crédito internas e externas, de qualquer natureza, em que um ou mais municípios sejam parte interessada, deverão merecer estudo e parecer desta Comissão.

3. Informa o Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários que a assunção dos compromissos decorrentes das operações sob exame não deverá acarretar à Prefeitura maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios, tendo em vista que "o orçamento da pleiteante para o ano em curso — 1981 — prevê a realização de receita de Cr\$ 21.400.000,00 (deduzidas as operações de crédito) e sua margem de poupança real (Cr\$ 11.655 mil) mostra-se bastante superior ao maior dispêndio (Cr\$ 646,8 mil) que a sua dívida consolidada interna apresentará após a efetivação dos empréstimos extralimite de que se trata, valendo acrescentar que, na determinação de tal dispêndio, a operação relativa à construção das moradias (30.000 UPC) somente foi considerada até o término de sua carência".

4. A proposição mereceu da Comissão de Constituição e Justiça o encaminhamento favorável, no que diz respeito aos aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa.

5. Pelas razões expostas, somos pela aprovação do projeto de resolução de autoria da Comissão de Economia, ora sob nosso exame.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1982. — Lomanto Júnior, Presidente — Moacyr Dalla, Relator — Almir Pinto — Benedito Ferreira — Agenor Maria — Tarso Dutra — Lenoir Vargas — Benedito Canellas — Aderbal Jurema.

PARECERES N.ºs 619, 620 e 621, DE 1982

PARECER N.º 619, DE 1982

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem n.º 57, de 1982 (n.º 126/82 — na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo ao exame do Senado Federal, proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG) a elevar em Cr\$ 2.168.932.500,00 (dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, novecentos e trinta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador José Lins

Na forma do art. 42, item VI, da Constituição, o Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal a Exposição de Motivos n.º 049, de 1982, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, relacionada com o pleito da Prefeitura Municipal de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, no sentido de obter a necessária autorização para elevar em Cr\$ 2.168.932.500,00 (dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, novecentos e trinta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar operações de crédito, junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, valor correspondente a 1.750.000 UPC, considerado o valor da UPC de Cr\$ 1.739,39, em outubro de 1981, destinadas à construção de 5.000 unidades habitacionais de interesse social e à execução das obras de infra-estrutura urbana necessária, naquele Município.

8. Características das operações:

"Operação I:

A — Valor: Cr\$ 1.859.085.000,00 (correspondente a 1.500.000 UPC de Cr\$ 1.239,39, em out/81);

B — Prazos:

- 1 — de carência: até 36 meses contados a partir da última liberação dos recursos;
- 2 — de amortização: até 360 meses;

C — Encargos:

- 1 — juros:
 - 1% a.a. durante a carência;
 - até 1,6% após a mesma;
- 2 — correção monetária: trimestral, conforme as variações da UPC;
- 3 — seguros previstos pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH);
- 4 — taxa de administração do BNH: 1% sobre cada parcela liberada;

D — Garantias: primeira e especial hipoteca dos lotes de terreno e das habitações a serem construídas, bem como a vinculação de quotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: construção de 5.000 unidades habitacionais de interesse social, com valores unitários limitados ao máximo de 300 UPC, destinadas a trabalhadores com renda de até 3 salários mínimos, aos quais o financiamento será transferido após a comercialização de tais imóveis.

Operação II:

A — Valor: Cr\$ 309.847.500,00 (correspondente a 250.000 UPC de Cr\$ 1.239,39 em out/81);

B — Prazos:

- 1 — de carência: até 18 meses, contados a partir da última liberação dos recursos;
- 2 — de amortização: até 360 meses após a carência;

C — Encargos:

- 1 — juros: 1% a.a. pelo repasse;
- 2 — correção monetária: trimestral, conforme as variações da UPC;
- 3 — seguros previstos pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH);
- 4 — taxa de administração do BNH: 1% sobre cada parcela liberada;

D — Garantia: vinculação de quotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: execução de obras de infraestrutura urbana necessária à construção das 5.000 unidades habitacionais, objeto da Operação I."

3. No processo encontram-se os seguintes documentos e referências principais:

a) Lei Municipal n.º 3.467, de 30-11-81, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM n.º 049/82) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Ex.º Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal; e,

c) Parecer do Banco Central do Brasil — Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, pelo deferimento do pedido.

4. É a seguinte a posição da dívida consolidada interna da entidade em 30-11-81:

(Valor Cr\$ 1,0 mil)

A — INTRALIMITE	=	89.015,9
B — EXTRALIMITE (em exame)	=	2.168.932,5
C — OPERAÇÃO EM TRAMITAÇÃO	=	495.756,0
D — TOTAL GERAL (A+B+C)	=	2.799.801,1

5. Face as disposições contidas no art. 2.º da Resolução n.º 62, de 1977, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 93,

de 1976, e tendo em vista determinação desta Comissão para verificação da capacidade de pagamento da entidade, foi adicionado à dívida intralimite, a parcela da dívida extralimite.

6. De acordo com o orçamento de 1980, descontadas as operações de crédito realizadas, teríamos uma receita líquida de Cr\$ 530.837,9 mil, que devidamente corrigida até a época da análise pelo Banco Central do Brasil (índice de 1,8537), elevaria o valor da receita para Cr\$ 984.014,2 mil.

7. Em função da receita líquida corrigida os limites fixados pelo art. 2.º da Resolução n.º 62, de 1975, seriam:

I — Montante Global	=	688.809,9 mil
II — Crescimento real anual	=	196.802,8 mil
III — Dispendio anual máximo	=	147.602, mil

8. Face a soma das dívidas — Infra+Extralimite — esses mesmos itens atingem os seguintes valores:

I — 630.868,6 mil
II — 27.793,5 mil
III — 50.732,3 mil

9. Como se vê, considerado todo o endividamento da referida entidade, mesmo assim, não seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelos itens I, II e III do art. 2.º da Res. n.º 62, de 1975.

10. Tendo em vista o orçamento da pleiteante para o exercício de 1981, com uma receita líquida de Cr\$ 1.202.909.402,00 (deduzidas as operações de crédito e sua margem de poupança real Cr\$ 484.517,1 mil), se apresenta bem superior ao maior dispendio anual com a dívida (Intra + extralimite + operação sob exame), vemos que a assunção do novo compromisso não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios, valendo ressaltar que "a inclusão da operação relativa à construção das 5.000 (cinco mil) unidades habitacionais (1.500.000 UPC) — no cômputo do endividamento do aludido município é de caráter temporário, uma vez que, vencido o seu prazo de carência, os compromissos de tal empréstimo junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais serão repassados pela Prefeitura aos adquirentes das moradias a serem construídas", conforme parecer do Banco Central do Brasil — DEMOB.

11. Atendidas as exigências constantes no Regimento Interno e na legislação específica, opinamos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 123, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG) a elevar em Cr\$ 2.168.932.500,00 (dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, novecentos e trinta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Artigo 1.º É a Prefeitura Municipal de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 2.168.932.500,00 (dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, novecentos e trinta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar operações de crédito no valor total acima, junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinadas à construção de 5.000 (cinco mil) unidades habitacionais de interesse social e à execução das obras de infraestrutura urbana necessária, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Artigo 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de maio de 1982. — Gabriel Hermes, Presidente eventual — José Lins, Relator — Alberto Silva — Benedito Ferreira — Bernardino Viana — Lenoir Vargas.

PARECERES N.ºs 620 e 621, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução n.º 123, de 1982, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG) a elevar em Cr\$ 2.168.932.500,00 (dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, novecentos e trinta e dois mil e quinhentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna".

PARECER N.º 620, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Bernardino Viana

O Senhor Presidente da República, na forma do disposto no art. 42, item VI, da Constituição, submete ao exame do Senado

Federal, proposta para que seja a Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG) autorizada a elevar em Cr\$ 2.168.932.500,00 (dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, novecentos e trinta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, nos termos do art. 2.º da Res. n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal.

2. A Comissão de Economia na forma regimental apresentou o competente projeto de resolução, ora sob nosso exame.

3. Tendo em vista as disposições contidas no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal, à operação em pauta não se aplicam os limites fixados pelo art. 2.º da Resolução n.º 62, de 1975, desta Casa, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei Municipal n.º 3.487, de 30-11-81, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM n.º 049/82) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exm.º Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2.º da Res. n.º 93, de 1976, do Senado Federal; e,

c) parecer do Banco Central do Brasil — Departamento de Operações com Título e Valores Mobiliários, pelo deferimento do pedido.

5. A matéria obedeceu ao disposto no art. 42, item VI, da Constituição, como atendeu as normas vigentes que regulam pleitos da espécie (Res. n.º 62, de 1975 e Res. n.º 93, de 1976), e, ainda, o estabelecido no Regimento Interno (art. 106, item II).

6. Face o exposto, opinamos no sentido da normal tramitação da matéria, uma vez que constitucional e jurídica.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 1982. — Aloysio Chaves, Presidente — Bernardino Viana, Relator — Raimundo Parente — Almir Pinto — Martins Filho — José Lins — Aderbal Jurema — Dulce Braga.

PARECER N.º 621, DE 1982

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Almir Pinto

Vem ao exame desta Comissão, projeto de Resolução da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem n.º 57/82, do Senhor Presidente da República, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 2.168.932.500,00 (dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, novecentos e trinta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar operações de crédito no valor total acima, junto à Caixa Econômica Federal do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinadas à construção de 5.000 unidades habitacionais de interesse social e à execução das obras de infra-estrutura urbana necessária, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo".

2. A proposição mereceu da Comissão de Constituição e Justiça o encaminhamento favorável, no que diz respeito aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

3. Segundo parecer apresentado pela Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, a operação de crédito sob exame é viável econômica e financeiramente.

4. Conforme parecer da Comissão de Economia, mesmo considerando a soma do endividamento intralimite + extralimite, para efeito de análise da capacidade de pagamento da Prefeitura Municipal de Uberlândia, os seus parâmetros permaneceriam com os limites ou tetos, inferiores aos fixados pelos itens I, II e III do art. 2.º da Res. n.º 62, de 1975, modificada pela Res. n.º 93, de 1976, ambas do Senado Federal.

5. Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do presente projeto de resolução.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1982. — Lomanto Júnior, Presidente — Almir Pinto, Relator — Agenor Maria — Benedito Ferreira — Tarso Dutra — Lenoir Vargas — Moacyr Dalla — Benedito Canelas — Aderbal Jurema.

PARECERES N.ºs 622, 623 e 624, DE 1982

PARECER N.º 622, DE 1982

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem n.º 78, de 1982 (n.º 176/82, na origem) do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Botelhos (MG) a elevar em Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Tancredo Neves.

O Senhor Presidente da República encaminha a exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Botelhos (MG) autorizada a elevar em Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), valor correspondente a 35.000 UPC, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 1.453,96, em janeiro/82.

2. Características das operações:

OPERAÇÃO I:

A — Valor: Cr\$ 43.618.800,00 (correspondente a 30.000 UPC de Cr\$ 1.453,96, em jan/82);

B — Prazos:

1 — de carência: até 36 meses, contados a partir da última liberação dos recursos;

2 — de amortização: até 360 meses;

C — Encargos:

1 — juros:

a) durante a carência: até 1% a.a.;

b) após a carência: até 1,6% a.a.;

2 — correção monetária: trimestral, conforme as variações da UPC;

3 — seguros previstos pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH);

4 — taxa de administração do BNH: 1% sobre cada liberação;

D — Garantia: primeira e especial hipoteca dos lotes de terreno e das habitações a serem construídas, bem como a vinculação de quotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: construção de 100 unidades habitacionais de interesse social, com valores unitários limitados ao máximo de 300 UPC, destinadas a trabalhadores com renda de até 3 salários mínimos, aos quais o financiamento será transferido após a comercialização de tais imóveis.

OPERAÇÃO II:

— Valor: Cr\$ 7.269.800,00 (correspondente a 5.000 UPC de Cr\$ 1.453,96, em jan/82);

B — Prazos:

1 — de carência: até 36 meses, contados a partir da última liberação dos recursos;

2 — de amortização: até 360 meses;

C — Encargos:

1 — juros: 1% a.a. pelo repasse;

2 — correção monetária: trimestral, conforme as variações da UPC;

3 — seguros previstos pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH);

4 — taxa de administração do BNH: 1% sobre cada liberação;

D — Garantia: vinculação de quotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: execução de obras de infra-estrutura urbana necessária à construção das 100 unidades habitacionais, objeto da OPERAÇÃO I."

3. Segundo o parecer apresentado pelo Órgão financiador, as operações de crédito sob exame são viáveis econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei n.º 743, de 23-10-81 autorizadora das operações:

b) Exposição de Motivos (EM n.º 80/82) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Ex.º Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito, formulado conforme o art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer do Banco Central do Brasil — Departamento da Dívida Pública, favorável ao pleito.

5. Considerando todo o endividamento da referida entidade (infra + operações sob exame), verifica-se que seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelos itens I e II do art. 2.º da Resolução n.º 62, de 1975.

6. Trata-se, de uma operação extralimite a qual, por força das disposições contidas no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, não se aplicam os citados limites (itens I, II e III) fixados no art. 2.º da Resolução n.º 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação.

7. Além da característica das operações — extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

8. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 124, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Botelhos (MG) a elevar em Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Botelhos, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimos no valor global acima, junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinados à construção de 100 unidades habitacionais de interesse social e à execução das obras de infra-estrutura urbana necessárias, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de junho de 1982. — José Richa, Presidente — Tancredo Neves, Relator — Bernardino Viana — Affonso Camargo — Luiz Cavalcante — Milton Cabral — José Fragelli — Lenoir Vargas.

PARECERES N.ºs 623 e 624, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução n.º 124, de 1982, da Comissão de Economia que "autoriza a Prefeitura Municipal de Botelhos (MG), a elevar em Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

PARECER N.º 623, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Martins Filho

O projeto sob exame de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem n.º 78/82 do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Botelhos (MG) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) destinada à construção de 100 unidades habitacionais de interesse social e à execução das obras de infra-estrutura urbana necessária naquele Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados pelo art. 2.º da Resolução n.º 62, de 28-10-75, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1982. — José Fragelli, Presidente, em exercício. — Martins Filho, Relator. — Raimundo Parente — José Lins — Orestes Quêrcia — Dirceu Cardoso, vencido — Benedito Canellas — Aderbal Jurema.

PARECER N.º 624, DE 1982

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Moacyr Dalla.

A matéria sob nossa apreciação, já exaustivamente analisada pela autora do projeto de Resolução em tela, objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Botelho (MG), nos termos do que estabelece o art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operações de crédito no valor de Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros), destinadas à construção de 100 unidades habitacionais de interesse social e à execução de obras de infra-estrutura urbana necessárias, naquele Município.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este Órgão Técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que as operações de crédito a serem autorizadas minimizarão as necessidades de considerável parcela da população carente de moradia.

Ante o exposto, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1982. — Lomanto Júnior, Presidente — Moacyr Dalla, Relator — Almir Pinto — Benedito Ferreira — Agenor Maria — Tarso Dutra — Lenoir Vargas — Benedito Canellas — Aderbal Jurema.

PARECERES N.ºs 625, 626 e 627, DE 1982

PARECER N.º 625, DE 1982

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem n.º 79, de 1982 (n.º 177/82, na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), a elevar em Cr\$ 51.767.900,00 (cinquenta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Milton Cabral

O Senhor Presidente da República encaminha a exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), autorizada a elevar em Cr\$ 51.767.900,00 (cinquenta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

2. "Características da operação:

A — Valor: Cr\$ 51.767.900,00;

B — Prazos:

- 1 — de carência: 24 meses;
- 2 — de amortização: 120 meses;

C — Encargos:

- 1 — juros de 6% a.a.;
- 2 — correção monetária: 40% do índice da variação trimestral das ORTN sobre Cr\$ 37.772.000,00 e 20% do mesmo índice sobre Cr\$ 13.995.900,00;

D — Garantia: Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM;

E — Destinação dos recursos: construção e equipamento de escola integrada de 1.º grau, de centro interestelar de educação artística e de escolas rurais padrão de 1.º grau."

3. Segundo o parecer apresentado pelo órgão financiador, a operação de crédito sob exame é viável econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Leis n.ºs 621, de 26-9-80 e 631, de 8-10-80 autorizadoras da operação;

b) Exposição de Motivos (EM nº 86/82) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Ex.^{mo} Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito, formulado conforme o art. 2.º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer do Banco Central do Brasil — Departamento da Dívida Pública, favorável ao pleito.

5. Considerado todo o endividamento da referida entidade (intra + extralimite + operação sob exame), verifica-se que seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelos itens I e II do art. 2.º da Resolução nº 62, de 1975.

6. Trata-se, entretanto, de uma operação extralimite que, por força das disposições contidas no art. 2.º da Resolução nº 93, de 1976, não se aplicam os citados limites (itens I, II e III) fixados no art. 2.º da Resolução nº 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

7. Além da característica da operação — extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

8. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 125, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), a elevar em Cr\$ 51.767.900,00 (cinquenta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba, nos termos do art. 2.º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 51.767.900,00 (cinquenta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção e equipamento de escola de 1.º grau, de centro interestelar de educação artística e de escolas rurais padrão de 1.º grau, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de maio de 1982. — José Richa, Presidente — Milton Cabral, Relator — Alberto Silva — Bernardino Viana — José Lins — Gabriel Hermes.

PARECERES Nºs 626 E 627, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução nº 125, de 1982, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), a elevar em Cr\$ 51.767.900,00 (cinquenta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

PARECER Nº 626, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Bernardino Viana

O projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 79/82, do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 51.767.900,00 (cinquenta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil e novecentos cruzeiros) destinada à construção e equipamento de escola de 1.º grau, de centro interestelar de educação artística e de escolas rurais padrão de 1.º grau, naquele Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do art. 2.º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não-observância dos limites fixados pelo art. 2.º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar, verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 1982. — Aloysio Chaves, Presidente — Bernardino Viana, Relator — Raimundo Parente — Almir Pinto — Martins Filho — José Lins — Aderbal Jurema — Dulce Braga.

PARECER Nº 627, DE 1982

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Aderbal Jurema

A matéria sob nossa apreciação, já exaustivamente analisada pela autora do projeto de resolução em tela, objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), nos termos do que estabelece o art. 2.º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 51.767.900,00 (cinquenta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil e novecentos cruzeiros), destinada à construção e equipamento de escola de 1.º grau, de centro interestelar de educação artística e escolas rurais padrão de 1.º grau, naquele Município.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este órgão técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada propiciará relevante expansão no campo sócio-cultural do Município.

Ante o exposto, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1982. — Lomanto Júnior, Presidente — Aderbal Jurema, Relator — Almir Pinto — Benedito Ferreira — Agenor Maria — Tarso Dutra — Lenoir Vargas — Moacyr Dalla — Benedito Canellas.

PARECER Nº 628, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício nº SM 234, de 1981, objeto de "Consulta do Senhor Presidente do Senado Federal sobre a Convocação do Segundo Suplente de Senador para o exercício do mandato nos casos de afastamento do titular por motivo de doença".

Relator: Senador Raimundo Parente

A consulta constante do Ofício sob exame, de autoria do Senhor Presidente do Senado Federal, versa sobre o fato de nem a Constituição, nem o Regimento Interno nem o Decreto-lei nº 1.543/77 estabelecer os casos e condições em que o Segundo Suplente poderá ser convocado para o exercício do mandato, como também não esclarecer se o Senador Titular pode interromper a licença que motivou a convocação do Suplente, sugerindo, ainda, seja elaborada resolução reguladora da matéria.

2. Justificando a consulta, aduz o Senhor Presidente, além da lacuna normativa, a falta de comentários jurídicos que possam socorrer na resolução de casos concretos.

3. Dispõe o § 1.º do art. 41 da Constituição: "cada senador será eleito com dois suplentes".

Com tal redação, introduzida pela Emenda nº 8/77, duplicou-se o número de Suplentes. O texto anterior que a Emenda nº 1/69 mantivera, provinha da fórmula original de 1967, que previa apenas um Suplente, como, aliás, também a Constituição de 1948.

3.1 Quanto à Convocação de Suplente de Deputado ou Senador, a Constituição, em seu texto atual, contempla a possibilidade de três hipóteses: vaga, licença ou investidura do Titular em determinadas funções (art. 36, § 1.º).

3.2 O § 1.º do art. 36 da Constituição, de acordo com a redação da Emenda nº 1/69, ao mencionar taxativamente a convocação de Suplente "somente... no caso de vaga ou nos de investidura em função prevista neste artigo...", excluiu a convocação no caso de licença, contrariamente ao que haviam estatuído o texto constitucional primitivo (art. 38, § 1.º) e a Carta Magna de 1946 (art. 52).

Reincluída, porém, pela Emenda nº 13/79, a menção à convocação do Suplente no caso de licença do Titular ao lado das hipóteses de vaga ou investidura nas funções de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital, caberá, por certo, à Lei Interna incorporar o dispositivo.

3.3 A Regimento Interno, por sua vez — como assinalado no Ofício — prevê de maneira expressa apenas a convocação de Suplente no caso de vaga ou investidura em certos cargos, duas únicas hipóteses em que a Constituição a permitia, na época da edição da Resolução nº 93, de 1970.

3.4 De igual sorte, o Decreto-lei nº 1.543/77, que "Regula a eleição do senador prevista no § 2.º do art. 41, in fine, da Consti-

tução Federal", nada contém sobre as questões objeto da indagação. Nem seria o caso, parece-nos, já que a matéria é mesmo de natureza constitucional e regimental.

Pelo mesmo motivo, não seria de se esperar que o Decreto-lei n.º 1.541/77, que "Institui sublegendas para as eleições de Senador e Prefeito, e dá outras providências", ou a Lei n.º 6.534/78, que "Dispõe sobre a escolha e o registro, pelos Partidos Políticos, de candidatos às eleições de 1978, para Governadores e Vice-Governadores, Senadores e Deputados Federais e Estaduais e dá outras providências", contivesse disposições pertinentes à espécie.

4. Definido o quadro normativo, passemos às questões propostas.

A primeira delas pretende esclarecer em que casos e condições o Segundo Suplente poderá ser convocado para o exercício do mandato (grifos nossos).

Uma primeira resposta — genérica ainda — seria que os casos são os mesmos que a Constituição, na redação atual, prevê, indiscriminadamente, para a convocação de Suplente, ou seja, vaga, licença ou investidura do Titular em alguma das funções mencionadas no "caput" do artigo 36.

Esta seria, porém, uma resposta que não responde, uma espécie de tautologia.

Figuremos, portanto, algumas situações passíveis de ocorrer na prática, vinculadamente às três hipóteses básicas de afastamento do Titular e assunção do Primeiro Suplente.

4.2 Primeira hipótese: vaga a função e o Primeiro Suplente se declara impedido de assumir o exercício do mandato. Convoca-se o Segundo Suplente.

4.3 Segunda hipótese: vaga a função e o Primeiro Suplente convocado, deixa de assumir o exercício do mandato. Convoca-se o Segundo Suplente.

4.4 Terceira hipótese: vaga a função e é convocada o Primeiro Suplente, que assume o mandato em caráter efetivo. Ocorrendo vaga, licença ou investidura do novo Titular nas funções mencionadas no caput do artigo 36 da Constituição, convoca-se o Segundo Suplente. Quanto à licença, deverá ser a de cento e vinte dias, ou mais, prevista nesse mesmo dispositivo.

4.5 Quarta hipótese: O Titular se licencia por período igual a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares, sendo convocado o Primeiro Suplente. Este não se pode licenciar nos termos do "caput" do artigo 36 da Constituição, pois seu prazo de exercício, por suposto, é, no máximo, de cento e vinte dias. Se ele, portanto, se afasta do exercício da substituição temporária, descabe a convocação do Segundo Suplente.

4.6 Quinta hipótese: o Titular está licenciado por período superior a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares, e o Primeiro Suplente convocado está no exercício do mandato. Se este se afasta quando ainda faltam pelos menos cento e vinte dias para o retorno do Titular, cabe, então, a convocação do Segundo Suplente.

4.7 Sexta hipótese: o Titular se acha investido numa das funções previstas no "caput" do art. 36 e o Primeiro Suplente se afasta do exercício do mandato, quando ainda faltem pelo menos cento e vinte dias para o término do mandato. Convoca-se o Segundo Suplente.

5. A outra questão é sobre se o Senador Titular pode interromper a licença que motivou a convocação do Suplente.

Cumpra observar, inicialmente, que o Regimento Interno do Senado, em texto aprovado quando ainda vigia a fórmula da Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, que excluía a convocação do Suplente por licença do Titular, e ainda não adaptado à redação dada pela Emenda n.º 13/79 ao § 1.º do art. 36 da Constituição, reza: "É lícito ao Senador desistir a qualquer tempo de licença que lhe tenha sido concedida" (art. 47, § 3.º).

Hoje, porém, que a Constituição prevê a convocação de Suplente no caso, dentre outros, de licença do Titular por período igual ou superior a cento e vinte dias, cabe levantar uma preliminar: teria o novo texto constitucional revogado todo o artigo 47 da Lei Interna, de modo que apenas subsista a modalidade de licença referida no "caput" do art. 36 da Lei Maior?

Evidentemente que não.

Com efeito, quando a Constituição, na redação da Emenda n.º 1/69, deixou de fazer menção à licença de Deputado ou Senador, estatuiu, taxativamente, a convocação de Suplente apenas no caso de vaga ou investidura do Titular em certas funções, o Regimento Interno (Resolução n.º 93, de 1973) facultava ao Senador duas modalidades de licença: por motivo de doença e para tratar de interesses particulares (art. 47, itens I e II). Também o art. 35, III, da Lei Maior já se referia a licença.

A Emenda n.º 13/79, ao incluir no "caput" do art. 36 a previsão de licença de Deputado ou Senador, por período igual ou superior a cento e vinte dias, sem perda de mandato, com a convocação de Suplente (§ 1.º), restabeleceu, por certo, modalidade de licença contemplada no texto de 67, mas nem isso eliminou as modalidades de licença previstas no Regimento Interno, no que sejam compatíveis com ela.

Assim, é perfeitamente cabível, na forma regimental, licença do Senador por prazo inferior a cento e vinte dias, por motivo de saúde ou para tratar de interesses particulares, sem convocação de Suplente, porém.

5.2 Posta a preliminar, respondemos à questão, distinguindo três hipóteses: 1.ª) se o Senador está em licença por prazo igual a cento e vinte dias, caso em que se convoca, obrigatoriamente, suplente, o seu retorno só é possível após cumpridos os cento e vinte dias da licença sob pena de que se configure convocação de Suplente em licença inferior a cento e vinte dias; 2.ª) se o Senador está em licença por prazo superior a cento e vinte dias, convocado, portanto, Suplente, cumpridos cento e vinte dias, no mínimo, é possível o seu retorno, sob pena de se dar à licença ao arripio da Lei Maior, o efeito de semi-perda temporária do mandato; 3.ª) se o Senador se encontra em licença por prazo inferior a cento e vinte dias, não estando, portanto, convocado Suplente, nada impede o seu retorno a qualquer tempo, nos termos do § 3.º do art. 47 do Regimento Interno.

6. Concluindo, assim resumimos a resposta à consulta:

a) Casos e condições em que o Segundo Suplente de Senador pode ser convocado:

1.º por vaga na função e não-assunção do Primeiro Suplente por impedimento;

2.º por vaga na função e não-assunção do Primeiro Suplente convocado;

3.º No caso de vaga, ou de licença constitucional ou de investidura em determinadas funções do Primeiro Suplente que se tenha tornado Titular por vaga no mandato;

4.º no caso de afastamento do Primeiro Suplente em exercício quando ainda faltem cento e vinte dias, ou mais, para o retorno do Titular licenciado;

5.º no caso de afastamento do exercício do mandato por parte do primeiro suplente quando, estando o titular investido numa das funções a que se refere o caput do art. 36 da Constituição, faltem pelo menos cento e vinte dias para o término do mandato.

B) Se o Senador Titular pode interromper a licença que motivou a convocação do Suplente:

a interrupção, com a reassunção do mandato e o consequente afastamento do Suplente em exercício só é possível se, tratando-se de licença superior a cento e vinte dias, já hajam decorrido, no mínimo, cento e vinte dias.

7. Acaçando, em parte, sugestão do Senhor Presidente da Casa, apresentamos, a seguir, projeto de resolução que atualiza o Regimento Interno face à nova redação que a Emenda n.º 13/79 deu ao art. 36, caput e § 1.º da Constituição.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 126, DE 1982

Dá nova redação ao § 3.º do art. 47 e ao art. 49 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º O § 3.º do art. 47 e o art. 49 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

1) "Art. 47.

§ 1.º

§ 3.º É facultado ao Senador desistir a qualquer tempo de licença que lhe tenha sido concedida, desde que inferior a cento e vinte dias, ou se, tratando-se de licença por período superior e tendo sido convocado Suplente (art. 36, caput e § 1.º da Constituição), houver decorrido, pelo menos, cento e vinte dias do prazo obtido."

2) "Art. 49. Dar-se-á a convocação de Suplente nos casos de vaga (art. 32), licença por período igual ou superior a cento e vinte dias (art. 36 e § 1.º da Constituição), ou afastamento do Titular do exercício do mandato para o desempenho das funções de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital (art. 43, b)."

Artigo 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 1982. — Aloysio Chaves, Presidente — Raimundo Parente, Relator — José Lins — Dulce Braga — Bernardino Viana — Martins Filho — Aderbal Jurema — Almir Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Do Expediente lido consta o Projeto de Resolução nº 126/82, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu parecer sobre o Ofício nº SM 234/81. O projeto ficará sobre a mesa durante 3 sessões a fim de receber emendas, após o que seguirá sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, projeto que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

(*) PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 127, DE 1982

Aprova as conclusões e recomendações do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69, de 1978.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O projeto lido será incluído oportunamente em Ordem do Dia. (Pausa.)

Sobre a mesa, resolução que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 1982

Prorroga, por 60 (sessenta) dias o prazo concedido à Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 01, de 1980, destinada a examinar a violência urbana, suas causas e conseqüências.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É prorrogado por 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 178 do Regimento Interno, o prazo concedido à Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 01, de 1980, destinada a examinar a violência urbana, suas causas e conseqüências.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 1982. — Jorge Kalume — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — Bernardino Viana — Helvidio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Moacir Duarte — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — Moacyr Dalla — Dulce Braga — Benedito Ferreira — José Sarney — Martins Filho.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O documento lido, nos termos do art. 178 do Regimento Interno, contém subscritores em número suficiente para constituir-se, desde logo, em Resolução do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 12 de agosto de 1982.

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que me ausentarei do País, no período de 20 de agosto a 2 de setembro de 1982, a fim de atender ao convite da OMT (Organização Mundial de Turismo) que se reunirá em Acapulco, México, no período de 20 a 27 do corrente.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. *João Calmon.*

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência fica ciente. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Devendo realizar-se em Roma, no período de 14 a 22 de setembro próximo, a 69ª Conferência Interparlamentar, a Presidência, por indicação da Liderança do PDS, designa os nobres Senadores Aloysio Chaves e Lourival Baptista para integrarem a Delegação Brasileira àquele conclave.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume, por cessão do nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. JORGE KALUME (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Somente agora li a conferência que o Ministro Mário David Andreazza fez na Escola Superior de Guerra no mês de julho.

Trata-se de uma peça de conteúdo, na qual o conferencista, objetivamente, relatou a atividade do seu Ministério em todo o Brasil. Na sua exposição, não se limitou ao realizado, mas também ao que vem realizando, bem como "às perspectivas de médio prazo", isto é, para o período de 1982 a 1985.

(*) Será publicado em suplemento à presente edição

Mais uma vez o Ministro Andreazza comprova o seu dinamismo, já reconhecido desde quando ocupou o Ministério dos Transportes. E, pela sua ação desenvolvimentista, alegra-me, Sr. Presidente, pedir a transcrição dessa conferência nos Anais da Casa, para que os historiadores do futuro tenham subsídios acerca do desempenho desse brasileiro capaz e patriota.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JORGE KALUME EM SEU DISCURSO:

SUMÁRIO

I — O Sentido da Ação de Desenvolvimento do Ministério do Interior
II — Síntese dos Resultados da Ação de Desenvolvimento do Ministério do Interior

III — O Desenvolvimento Regional

— Nordeste

— Amazônia e Centro-Oeste

— Sul e Sudeste

IV — Desenvolvimento Urbano

V — Ações de Âmbito Nacional

— Habitação e Saneamento Básico

— Saneamento Geral

— Meio Ambiente

— Proteção e Assistência ao Índio

— Integração do Universitário no Desenvolvimento

— Defesa Civil

— Migrações Internas

— Desenvolvimento de Comunidades

— Administração dos Territórios Federais

VI — A Programação do Ministério do Interior para 1982

VII — As Perspectivas de Médio Prazo (1982 - 1985)

I — O Sentido da Ação de Desenvolvimento do Ministério do Interior.

Nas últimas duas décadas, o Brasil obteve avanços significativos no processo de consolidação do seu desenvolvimento.

Se é certo, porém, que o País avançou largos passos no caminho do desenvolvimento, não há como negar que a própria rapidez com que se processam as mudanças sociais no País vem gerando desequilíbrios que cumpre corrigir. Desequilíbrios que se deve buscar superar, pela reorientação das prioridades maiores da política de desenvolvimento.

As prioridades básicas estabelecidas para o Brasil no Governo do Presidente João Figueiredo orientam-se para dois objetivos que, atingidos, deverão conferir maior equilíbrio e equidade ao nosso processo de desenvolvimento. Elas podem, ainda que com risco de simplificação, ser sintetizadas na busca de *melhor distribuição do desenvolvimento e de maior participação política da sociedade*.

Estamos construindo, no subcontinente quase inteiramente tropical que nos legaram nossos antepassados, uma nova civilização, com acelerado crescimento e intensa modernização.

São dois objetivos fundamentais em que hoje se empenham os brasileiros.

Em grande medida esses dois objetivos são indissociáveis: a ampla participação social nas decisões nacionais viabilizando a melhor distribuição das conquistas do desenvolvimento e a ampliação das bases do processo político de democratização.

A participação social no desenvolvimento expressa-se no processo de abertura política, que se desdobra, no corrente ano, nas eleições de 15 de novembro, para o Congresso Nacional, os Governos dos Estados e dos Municípios, as Assembléias Legislativas e as Câmaras de Vereadores.

A grande ênfase no social vem acentuando o caráter redistributivo da política nacional de desenvolvimento.

O Ministério do Interior, pela própria natureza de suas ações, talvez seja aquele que mais está, ampla e intensamente, em permanente contato com os problemas e anseios da sociedade brasileira — sobretudo os das populações de menor renda.

A política de desenvolvimento regional, coordenada pelo Ministério do Interior, busca, no Nordeste, a correção dos desequilíbrios inter-regionais e, na Amazônia e no Centro-Oeste, a ocupação ordenada e o aproveitamento racional — não predatório — de suas grandes riquezas naturais.

No meio urbano, ao preconizar para o Brasil a *humanização da cidade* e estrutura urbana melhor distribuída espacialmente, procura o Ministério do Interior dotar as cidades dos equipamentos e serviços de que carecem. Estimulando a expansão das cidades de porte médio como alternativa à excessiva concentração urbana ou como pólos de desenvolvimento sub-regional, busca o Ministério do Interior conter o gigantismo metropolitano. Assistindo as pequenas comunidades objetiva transformá-las em núcleos de apoio à vida rural e pólos na estratégia do processo de ocupação produtiva do campo.

No meio rural, através principalmente dos programas especiais de desenvolvimento, do estímulo à irrigação, das ações de saneamento geral e de controle de enchentes, da recuperação de vales e das medidas visando soluções permanentes para uma convivência menos penosa com as secas, busca o Ministério do Interior a *valorização da vida rural*, a modernização da agricultura e, como decorrência, a contenção das migrações rurais excessivas.

Todas essas ações de desenvolvimento são instrumentos importantes para o objetivo maior: o de obter-se, gradativamente, melhor distribuição do desenvolvimento brasileiro — aqui visto basicamente na sua dimensão espacial.

De outra parte, na *dimensão social*, busca o Ministério do Interior a melhoria das condições de vida da população — com ênfase para a menor renda. Os programas habitacionais — que agora começam a atender também o homem do campo, os de abastecimento de água e saneamento, os voltados para preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente, as ações de desenvolvimento social contempladas nos programas especiais de desenvolvimento regional em execução em todas as regiões do País, recebem cerca de 2/3 dos dispêndios realizados, a cada ano, pelo Ministério do Interior.

Ações de desenvolvimento assim tão vastas e multifacetadas permitem que o Ministério do Interior esteja presente em todo o País e que sua atuação possa contribuir de modo importante para a consecução dos objetivos prioritários de distribuição social do desenvolvimento.

II — Síntese dos Resultados da Ação de Desenvolvimento do Ministério do Interior (1979—1981).

O Ministério do Interior vem realizando grande esforço para cumprir a missão que lhe foi confiada pelo Presidente João Figueiredo para a melhor distribuição regional e social do desenvolvimento.

No campo do desenvolvimento regional vem atuando em todas as regiões do País, com atenção prioritária para o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste.

No *Nordeste*, destacam-se as seguintes ações executadas no período 1979—1981:

I — grande esforço no campo do desenvolvimento integrado, beneficiando particularmente a região semi-árida e os pequenos produtores rurais, através dos projetos de desenvolvimento rural do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste — POLONORDESTE, da pequena irrigação executada no âmbito do Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste — Projeto Sertanejo, dos grandes projetos de irrigação pública a cargo do DNOCS e da CODEVASF; do Programa de Recursos Hídricos e da assistência às populações atingidas pelas secas.

Entre as realizações desses programas, cabe referir:

1) a execução de 43 projetos de desenvolvimento rural integrado — PDRI's e 4 de colonização no âmbito do POLINORDESTE (32 PDRI's e 4 de colonização até 1978), envolvendo área de 809 mil km², beneficiando, diretamente, cerca de 210 mil produtores rurais, destacando-se, no âmbito desses projetos, a construção de 116 km de estradas-tronco e 882 km de estradas vicinais; 128 km de linhas de transmissão e 483 km de linhas de distribuição de energia; 353 açudes e 62 barragens; 271 escolas e 408 salas de aula; 9 hospitais; 96 postos de puericultura; 102 postos de saúde; 10 centros de saúde; e 82 sistemas simplificados de abastecimento d'água;

2) a instalação de 36 núcleos de apoio do *Projeto Sertanejo* que, somados aos 40 existentes em 1978, totalizam 76, beneficiando área de 850 mil km². O Projeto Sertanejo atendeu 4,0 mil pequenas propriedades, com área beneficiada total de 147,2 mil ha, e permitiu a elaboração de mais 15,2 mil projetos de valorização hidroagrícola de pequenas propriedades rurais;

3) a implantação, pelo DNOCS e pela CODEVASF, de 17,9 mil ha de áreas irrigadas que, somados aos 43,0 mil existentes em 1978, totalizam 60,9 mil ha, beneficiando 3,2 mil famílias de irrigantes;

4) a execução, a partir de 1980, do *Programa de Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Nordeste*, que, além de obras de perenização de rios em vales do Nordeste, envolve a construção de 33 açudes, com capacidade total de

aproximadamente 134,6 milhões de m³, além de perfuração, instalação, recuperação e reinstalação de 7,7 mil pequenos açudes públicos e o apoio financeiro à construção de 1.086 poços públicos, além de obras complementares e outros sistemas de acumulação de água;

5) a execução, durante 1979-1981, do *Programa de Assistência às Populações e Áreas Atingidas pelas Secas do Nordeste*, com aplicação de Cr\$ 110,3 bilhões, a preços de 1981, em obras e serviços em propriedades rurais e em obras comunitárias; perfuração de poços, produção de alimentos em perímetros irrigados, abastecimento de água. Entre as realizações do Programa, que chegou a beneficiar cerca de 1,2 milhão de trabalhadores em 1981, destacam-se a construção e melhoramento de 75 mil açudes, aguadas e barreiros; 45, 6 mil cacimbas, cacimbões, tanques e cisternas; 4,7 mil barragens; 1,1 mil poços; 34 sistemas de abastecimento d'água e 86 adutoras e subadutoras.

II — A continuidade do processo regional de *industrialização incentivada*, com os recursos do FINOR, que evoluíram de Cr\$ 7,3 bilhões em 1978 para Cr\$ 33,1 bilhões em 1981, ensejando a aprovação, pela SUDENE, de 360 projetos industriais, agroindustriais e agropecuários, de responsabilidade da iniciativa privada, com investimentos totais estimados de Cr\$ 185,0 bilhões e a criação de 67 mil empregos diretos.

Na *Amazônia* e no *Centro-Oeste*, cabe referir, inicialmente, que o processo de sua ocupação produtiva vem sendo conduzido de modo a assegurar-se a preservação de seu vasto patrimônio natural, sobretudo florestal. Exemplos dessa preocupação são o projeto de lei que dispõe sobre a *política florestal para a Amazônia*, encaminhado pelo Ministério do Interior à Presidência da República, bem como as medidas de proteção do meio ambiente adotadas na área do POLONOROESTE:

No esforço de ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste, destacaram-se, em 1979-1981, as seguintes realizações:

1) a construção, através do *Programa de Pólos Agropecuários e Agronegócios da Amazônia — POLAMAZÔNIA*, de 2,2 mil km de estradas vicinais, 9 aeroportos e 2 portos, a regularização fundiária de mais de 2,7 milhões de ha, a construção de armazéns com capacidade estática de 63 mil toneladas, a implantação de 88,3 km de esgotos sanitários, a pavimentação de 112 km de ruas e a instalação de mais de 4 mil fossas sanitárias;

2) a criação e execução do *Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil — POLONOROESTE*, coordenado pela SUDECO, na área de influência da rodovia Cuiabá—Porto Velho, com dispêndios totais previstos de Cr\$ 200,0 milhões, no período 1981—1985;

3) a aprovação, pela SUDAM, com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia — FINAM, que evoluíram de Cr\$ 2,4 bilhões em 1978 para Cr\$ 13,6 bilhões em 1981, de 105 projetos industriais, agroindustriais, agropecuários e de serviços, com investimentos totais estimados em Cr\$ 100,0 bilhões e a geração de cerca de 24 mil empregos;

4) a aprovação, pela SUFRAMA, de 210 projeto industriais, agrícolas e pecuários, com a criação de 64 mil novos empregos diretos;

5) a construção, através do *Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLOCENTRO*, de 1.299 km de estradas-tronco e vicinais; de 1,6 km de obras de arte, de 922 km de linhas de transmissão de energia; a instalação de 7 usinas termelétricas, com capacidade de geração de 2.430 kw, de 16 unidades armazenadoras, com capacidade estática de 133 mil toneladas e o atendimento, na área de extensão rural, de 48,1 mil produtores rurais;

6) na execução do *Programa Especial de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso — PROMAT*, cabe ressaltar a construção de 484 km de estradas vicinais e 2 km de obras de arte; 60 km de linhas de transmissão e 56 km de distribuição de energia; a instalação de 115 km de rede de abastecimento de água e 9 km de rede básica de esgotos; a construção de 8 armazéns, com capacidade estática de 54 mil toneladas, e a implantação de 18 estações de pesquisa agropecuária;

7) na execução do *Programa Especial de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul — PROSUL*, cabe destacar a construção de 426 km de estradas-tronco e vicinais; 134 km de transmissão e distribuição de energia; 105 km de redes de abastecimento d'água, e ações de assistência técnica e extensão rural em 1.348 propriedades rurais;

8) na execução do *Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília*, cabe destacar a construção de 213 km de estradas vicinais; 185 km de linhas de transmissão de energia elétrica, 87,9 km de rede de abastecimento d'água; 29 km de rede de esgotos sanitários; e pavimentados 15,5 km de vias públicas.

Ainda no que respeita ao desenvolvimento regional, cabe referir:

I — as ações de desenvolvimento do BNB no Nordeste e do BASA, na *Amazônia*. O saldo de aplicações do BNB elevou-se de Cr\$ 35,6 bilhões em 1978

para Cr\$ 260,3 bilhões em 1981; o do BASA, de Cr\$ 18,6 bilhões em 1978 para Cr\$ 80,3 bilhões em 1981;

II — a criação do Estado de Rondônia, precedida da execução de amplo conjunto de programas e projetos de desenvolvimento urbano visando a dotar o Território das condições para sua transformação em Estado, bem como a execução de programas de desenvolvimento econômico e social e de capacitação administrativa nos Territórios Federais do Amapá e Roraima;

III — a execução, pela SUDESUL, de programas de desenvolvimento sub-regional nos três Estados da Região, com destaque para o Programa Especial da Lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul, para o PRODOPAR, na área de influência de Itaipu, programas de poços e açudes em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, de controle da erosão urbana e rural do Paraná, e para o PROLITORAL, na região carbonífera do litoral sul de Santa Catarina;

IV — a criação da Secretaria Especial da Região Sudeste — SERSE, com sede no Rio de Janeiro, que exerce, naquela Região, as funções de uma superintendência regional de desenvolvimento.

Entre as realizações de abrangência nacional, no campo do desenvolvimento social e urbano, destacam-se:

I — os programas habitacionais. No triênio 1979-1981, foram contratados, pelo BNH e pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo — SBPE, cerca de 1,5 milhão de novos financiamentos habitacionais, que deverão beneficiar 7,4 milhões de pessoas. O PROMORAR, destinado à erradicação de moradias subnormais, já aprovou operações que deverão beneficiar 700 mil pessoas com moradias e cerca de um milhão de pessoas com obras de urbanização de favelas;

II — o PLANASA. Até o final de 1981, foram atendidos, com projetos de abastecimento de água, 2.484 Municípios — mais de 60% do total dos Municípios do País, e cerca de 80% de sua população urbana. No triênio 1979-1981, foram beneficiados com sistemas de abastecimento d'água 477 novas cidades, 437 distritos, num total de 914 localidades. No mesmo período, foram executadas obras de ampliação de sistemas de abastecimento de água em 934 cidades e 488 distritos, num total de 1.422 localidades. Cerca de 14 milhões de pessoas foram beneficiadas com a expansão do PLANASA — abastecimento d'água, em 1979-1981. No que se refere a esgotos sanitários, o número de Municípios em que o PLANASA atua elevou-se a 299, com o atendimento de 95 novos Municípios, no triênio 1979-1981. Foram, ademais, executadas obras de ampliação dos sistemas existentes em mais de 68 cidades, num total de 163 Municípios. Cerca de 7 milhões de pessoas foram beneficiadas com o PLANASA — esgotos sanitários, nos 95 novos Municípios atendidos;

III — os programas de desenvolvimento urbano, seja nas 9 Regiões Metropolitanas (117 Municípios), seja nas cidades de Porte Médio (121 cidades, com 15,5 milhões de habitantes), seja mais recentemente, com a criação do Programa de Assistência aos Municípios — PAM, nas cidades de pequeno porte, (800 Municípios beneficiados em janeiro-março de 1982; 2.300, até o final de 1982);

IV — os programas de saneamento geral a cargo do DNOS, com 25 grandes projetos de controle de enchentes e recuperação de vales, em 13 Estados, com destaque para as obras e serviços de prevenção e controle de cheias no Rio São Francisco, em 10 cidades, envolvendo a construção de 24 km de diques, 7,8 km de cais de saneamento e muros de proteção, 23,5 km de canais de drenagem em áreas urbanas e com projetos de saneamento ambiental executados em 141 cidades, no período 1979-1981.

Entre as outras ações no âmbito nacional executadas pelo Ministério do Interior, cabe destacar:

I — a assistência e proteção às comunidades indígenas a cargo da FUNAI, com a demarcação de 35 áreas, com 1,8 milhão de ha de terras indígenas e a regularização de mais de 283 mil ha, bem como a execução de 373 projetos em comunidades indígenas, voltadas para atividade agropecuária, saúde e educação. Encontram-se atualmente em processo de regularização áreas indígenas com cerca de 844 mil ha em processo de identificação e delimitação, 1,2 milhão de ha;

II — as atividades e projetos no campo do meio ambiente, a cargo da SEMA, sendo importante salientar o grande avanço institucional representado pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente e institui o Sistema Nacional de Defesa do Meio Ambiente, com participação articulada e ativa dos Governos Estaduais e Municipais;

III — os programas de integração do universitário no processo do desenvolvimento a cargo da Fundação Projeto Rondon, envolvendo a participação, em 1979-1981, de 334,2 mil universitários e população beneficiada estimada em 1,8 milhão;

IV — os programas de migrações internas e de desenvolvimento de comunidade, em execução em todo o País.

Na implementação do seu programa de trabalho, o Ministério do Interior vem atuando de forma descentralizada, envolvendo os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e Municípios e estimulando a participação comunitária. Além de atuar amplamente, pelos seus vários programas e entidades, em todas as unidades da Federação, o Ministério vem gradativamente assegurando sua presença na grande maioria dos Municípios brasileiros, pretendendo, com o recém-criado Programa de Assistência aos Municípios — PAM, atingir sua totalidade. O BNH, através do PLANASA, atuou, em 1979-1981, em 1.411 Municípios e, através dos programas habitacionais, em 481 Municípios, somente em 1981. O DNOS atuou, no período 1979-1980, em 371 Municípios; o POLAMAZÔNIA atua em 151 Municípios do Norte e do Centro-Oeste; o POLONORDESTE, em 742 Municípios; o Projeto Sertanejo, em 506; o Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste, em 133; o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste, em 789; o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLOCENTRO, em 99; os programas de desenvolvimento regional a cargo da SUDESUL, em 355 Municípios; o Programa de Assistência às Populações e Áreas Atiungidas pelas Secas, em 1.046 Municípios.

Para a execução desse amplo programa de trabalho, contou o Ministério do Interior, no triênio 1979-1981, com recursos totais no montante de Cr\$ 2.086,5 bilhões, a preços de 1981, assim distribuídos, a preços de cada ano:

I — em 1979, Cr\$ 179,8 bilhões, representando um aumento nominal de 63% em relação a 1978; em 1980, Cr\$ 347,5 bilhões, com aumento nominal de 93%, em relação a 1979 e de 215%, em relação a 1978; em 1981, Cr\$ 762,1 bilhões, com aumento de 119% em relação a 1980, 324% em relação a 1979 e 529 em relação a 1978;

II — regionalmente, o Nordeste recebeu 48,0% do total desses recursos; a Amazônia e o Centro-Oeste, 19,6%, o Sudeste, 25,4 e o Sul 7,0%;

III — por órgãos e entidades, o BNH participou com 45,5% a SUDENE (incluindo-se o Programa de Emergência — Secas e o FINOR) com 17,3%, o BNB com 16,4% o BASA com 4,5% e a SUDAM (incluindo-se o FINAM), com 3%;

IV — por fonte de recursos, os recursos do Tesouro representaram 12,9%, os recursos do PIN-PROTERRA, 7,1%, os recursos das entidades de crédito do Ministério, 66,5%, e os recursos operações de crédito, 4,6%;

V — na captação de recursos externos, a juros subsidiados, o Ministério do Interior elevou o valor total dos contratos assinados em US\$ 370,3 milhões até 1978 para US\$ 1.689,3 milhões no final de 1981, com aumento de US\$ 1.319,0 milhões. Esses financiamentos, do Banco Mundial, do BID e do KfW, destinaram-se a programas especiais de desenvolvimento regional e urbano, de irrigação e saneamento básico, com dispêndios realizados inteiramente em moeda nacional.

III — O Desenvolvimento Regional

A política de desenvolvimento regional está orientada:

1 — no Nordeste, para a dinamização do seu desenvolvimento, de modo a que se reduzam, gradativamente, as disparidades de níveis de desenvolvimento entre a região e o resto do País e se eliminem, progressivamente, as grandes concentrações de pobreza rural e urbana;

2 — na Amazônia, para a ocupação seletiva e ordenada e a utilização produtiva de suas potencialidades em áreas selecionadas, preservando-se adequadamente seu vasto patrimônio natural, sobretudo o florestal;

3 — no Centro-Oeste, para a ocupação dos cerrados, que podem constituir, atualmente, a melhor opção para a expansão da fronteira agropecuária do País;

4 — no Sul e Sudeste, para a descentralização intra-regional das atividades produtivas, recuperação de áreas estagnadas e para a ordenação do desenvolvimento urbano.

NORDESTE

A política de desenvolvimento regional executada para o Nordeste no triênio 1979-1981, coordenada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, visou, de uma parte, a criação de condições econômicas, sociais e políticas no sentido de obter redução significativa das disparidades e dos desníveis de desenvolvimentos entre a Região e o resto do País, acelerando o desenvolvimento regional e de outra, a melhorar a repartição social dos frutos do desenvolvimento, através da distribuição intra-regional e interpessoal da renda, objetivando eliminar, gradativamente, a pobreza rural e urbana.

Na execução da política de desenvolvimento regional para o Nordeste no triênio 1979-1981, cabe considerar:

I — os programas especiais de desenvolvimento regional e o programa de irrigação, voltados preponderantemente para o meio rural;

II — a atuação do Fundo de Investimentos do Nordeste — FINOR, sobretudo no incentivo à industrialização;

III — a atuação do Banco do Nordeste do Brasil S/A — BNB;

IV — a ação, na Região, das entidades do Ministério do Interior de atuação nacional (BNH, DNOS, FUNAI e Fundação Projeto Rondon).
Os Programas Especiais de Desenvolvimento Regional e Outras Ações no Meio Rural.

No período 1979-1981, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste — POLONORDESTE, atuou numa área correspondente a 54% da superfície do Nordeste, que abriga aproximadamente 45% de sua população. Foram instalados 11 novos projetos de desenvolvimento rural integrados PDRI's totalizando o Programa, atualmente, 43 PDRI's e 4 projetos de colonização, cuja população-meta são os pequenos e médios produtores rurais.

Dentre as principais realizações do Programa, no período 1979-1981, destacam-se:

I — no campo da infra-estrutura econômica, a implantação de 116 km de estradas-tronco e 882 km de estradas vicinais; a construção de 128 km de linhas de transmissão e 483 km de implantação ou ampliação de rede de energia;

II — no setor de aproveitamento de recursos hídricos, a construção de 353 açudes e 62 barragens e a perfuração de 149 poços públicos e privados;

III — no campo da infra-estrutura social, a construção de 271 escolas e 408 salas de aula, o treinamento de 6,6 mil professores de 1º grau e distribuição de merenda escolar a 343,9 mil alunos; a construção de 9 hospitais, 96 postos e puericulturas, 102 postos de saúde, 10 centros de saúde; a realização de 1.529,2 mil consultas médicas, a imunização de 1.492,4 mil pessoas e fornecimento gratuito de alimentos e medicamentos a 33,0 mil gestantes, 23,0 mil nutrízes e 191,1 mil menores de 6 anos de idade; a construção de 1,3 mil fossas sépticas, 4,7 mil privadas e 82 sistemas simplificados de abastecimento d'água, bem como a abertura de 34 poços artesianos;

IV — no que respeita ao apoio às atividades produtivas, cabe referir a assistência técnica e extensão rural, com 210,3 mil famílias assistidas e 1.680,3 mil ha de lavouras implantadas; a comercialização de 48,2 mil t de fertilizantes, 46,5 mil t de defensivos, 264,8 mil t de corretivos e 11,6 mil t de sementes selecionadas;

V — entre as atividades de mecanização agrícola e cooperativismo destacam-se a preparação de 116,0 mil ha para lavouras e a assistência, anualmente, a cerca de 90 cooperativas.

O Projeto Sertanejo instalou, no período 1979-1981, 36 novos núcleos, atingindo um total de 76 núcleos implantados, ao final de 1981. Estão sendo instalados atualmente mais 31 núcleos, que, somados aos 76 existentes, totalizam 107 núcleos.

Foram elaborados, no período, 15,2 mil projetos de investimentos e contratados 10,0 mil, beneficiando 147,2 mil ha, permitindo a aquisição de 74,1 mil bovinos, 60,0 mil caprinos e 10,2 mil máquinas e implementos agrícolas e a instalação de 11 mil pontos de água. No período foram criados 86,2 mil empregos, sendo 21,3 mil permanentes e 64,9 mil temporários e construídas 4,6 mil unidades habitacionais na zona rural.

Nas atividades relativas ao cooperativismo, ressalte-se a criação, no âmbito do Projeto Sertanejo, de 4 cooperativas e assistência, em termos de auditorias e consultoria, aquisição de equipamentos, contratação de pessoal e de financiamentos a cerca de 45 cooperativas.

No campo do treinamento merecem destaque especial os cursos dirigidos à capacitação de gerentes e técnicos para os núcleos do Programa, com 102 e 588 alunos, respectivamente; e os cursos de cooperativismo com treinamento para 220 pessoas. Deve-se, ainda, registrar que diversos cursos de reciclagem foram ministrados na área de desenvolvimento rural, tais como caprinocultura, bovinocultura, construções rurais, irrigação e outros, com um total de 329 alunos.

A execução do Programa de Irrigação do Nordeste permitiu evolução da área estudada a nível de projeto executivo, de 163,3 mil ha em 1978 para 266,9 mil ha em 1981, ou seja, o estudo de 103,5 mil ha de novas áreas, equivalentes a um incremento de 63,4%.

No tocante à área implantada, atingiu-se, em dezembro de 1981, a 60,9 mil ha, com a implantação, no período, de 17,9 mil ha.

No que se refere à área em operação, o incremento no período foi de 9,6 mil ha, estando hoje o Programa com um total de 31,8 mil ha, tendo assentadas 6,9 mil famílias no total, das quais 3,2 mil no período 1979-1981.

A ação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, na região semi-árida do Nordeste, envolveu, no triênio 1979-1981, diversos projetos nas áreas de irrigação, açudagem, engenharia rural e piscicultura.

Nos trabalhos de consolidação dos perímetros irrigados, hoje da ordem de 27, foi implantado, nos três anos, um total de 1,4 mil ha, tendo sido posta em operação área de superfície agrícola útil irrigada de 7,9 mil ha, incluindo 393 ha de áreas a montante, elevando-se a área em operação a 15,7 mil ha.

No âmbito dos perímetros irrigados estão em pleno funcionamento 15 cooperativas, constituídas por irrigantes, recebendo assessoramento técnico do DNOCS.

O número de famílias assentadas até 1978 foi de 2.557 e, no período 1979-1981, de 1.185, o que representa 46,5% do total de famílias assentadas até 1978.

A ação de maior importância para dotar a Região semi-árida de condições de resistir aos efeitos das secas foi desenvolvida com a implantação das obras públicas, de vias comunitárias, de captação, acumulação e regulação de águas superficiais.

As ações de apoio ao setor primário compreenderam as de assistência sanitária animal, de abastecimento de insumos, de mecanização agrícola e de pesca.

No campo da assistência sanitária animal, cabe destaque à vacinação de 11,6 mil cabeças em 1979, havendo acentuado acréscimo nos anos posteriores, com 17,3 mil cabeças em 1980 e 23,4 mil em 1981, totalizando 52,3 mil animais vacinados.

É de grande importância a ação do DNOCS voltada à produção de sementes, buscando oferecer ao mercado produtor melhores níveis de rendimento. Foram atendidas 8,7 mil propriedades e distribuídas 3.626,4 toneladas de sementes e 676,4 toneladas de estacas de cana. Foram distribuídas também 13,2 mil toneladas de fertilizantes, 297 toneladas de defensivos e 8 de corretivos.

O Programa de Pesca e Piscicultura vem sendo desenvolvido desde 1932. As cinco estações de piscicultura do DNOCS, de 1933 a 1978, criaram e distribuíram nos açudes 12,0 milhões de exemplares de peixe. Nos últimos 3 anos, porém, destaca-se a produção de 9,5 milhões de alevinos, o que representa 43,6% da produção acumulada, de 21,8 milhões, em 48 anos. Foram povoados 3.321 açudes, somando 356 ha de superfície, distribuídos 9,4 milhões de alevinos, e foi prestada assistência a 7.128 pescadores. A produção de pescado atingiu, no período, a 53,4 mil toneladas.

Tiveram andamento três grandes projetos de pesquisas, com recursos de convênios, referentes à aquicultura em águas interiores, ao desenvolvimento da pesca em açudes públicos e ao desenvolvimento de pesquisas agropecuárias.

Cabe ainda mencionar o apoio ao desenvolvimento social no âmbito dos projetos de irrigação.

Na área de educação, 14 escolas foram construídas, perfazendo um total de 45 novas salas de aula, 21 escolas foram equipadas, somando 76 salas de aula, e construídas 12 cantinas e 12 instalações hidrossanitárias. Para o 1º e 2º graus, respectivamente, houve 33,1 mil e 4,6 mil alunos matriculados no período. Foram contratados 532 professores para o 1º grau e treinados 324 professores, 71 diretores e 22 supervisores. O DNOCS atendeu a 47 escolas no tocante à merenda escolar, o que veio a beneficiar 24,8 mil alunos.

Merece registro o apoio do DNOCS a 25 projetos de desenvolvimento de comunidades em áreas urbanas e ao treinamento de artesãos para os trabalhos em pedra.

No campo da saúde, foram equipados 18 ambulatórios e reformados ou ampliados 5, tendo sido treinadas 24 pessoas para o atendimento nessa área.

A programação de irrigação, a cargo da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF, consta de 24 projetos, 15 dos quais já se encontram em operação, correspondendo a área de 17.378 ha nos Estados de Minas Gerais (1.631 ha), Bahia (7.468 ha), Pernambuco (1.458 ha), Sergipe (2.013 ha), e Alagoas (2.581 ha). Dessa área, 5.530 ha são explorados por pequenos e médios empresários rurais e a parte restante, 11.991 ha, está destinada a projetos de colonização, onde estão assentadas 3.079 famílias.

No período 1979-1981, houve significativo incremento nas atividades de irrigação sob a responsabilidade da CODEVASF, porquanto, nas áreas acima indicadas, foi possível a operação agrícola em 77 mil ha, a execução de obras em 16,5 mil ha, o assentamento de 2.063 famílias de colonos em ativida-

des de irrigação e a geração de 1.453 empregos diretos (nos projetos de cunho empresarial).

Dentre os vários projetos, cabe destacar o Projeto Jafba, em Minas Gerais, e o Projeto Tourão, na Bahia. O primeiro visa à irrigação de área da ordem de 100 mil ha e se destina a produzir cerca de 540 milhões de litros de álcool por ano, em sua fase final. O segundo, embora de expressão menor, tem produção prevista de 2 milhões de sacos de açúcar/ano, e 120 mil litros álcool/ano, devendo ambos constituir-se, no futuro, em autênticos pólos alcooleiros da Região.

No período 1979-1981, os dispêndios da CODEVASF voltaram-se também para o apoio ao desenvolvimento rural integrado, abrangendo, nos perímetros irrigados, áreas como energia, transportes, comunicações, saneamento, habitação e cooperativismo.

Cabe destacar, ainda:

I — a produção de sementes selecionadas (em 6,9 mil hectares, com 8,9 mil toneladas, apenas através da Empresa Santista Formosa S/A, com a colaboração do Governo do Estado da Bahia);

II — o estímulo à piscicultura, com 4 estações de piscicultura em operação, com capacidade de produção de 5 milhões de alevinos, através de 2 outras em implantação e de laboratório de hidrobiologia em funcionamento.

Os ramos industriais mais beneficiados no período foram os de sucos, doces, polpas, amêndoas, LCC (líquido da polpa do caju), fermentados e destilados, com 11 projetos, os de carnes e derivados, com 5 projetos; o de matérias-primas agrícolas e pecuárias, com 5 projetos, o de derivados de milho, café e mandioca, com 5 projetos e o de óleos industriais/carvão siderúrgico, com 4 projetos.

O Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste — PROCANOR, beneficiou, em 1981, 133 Municípios nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, apresentando os seguintes resultados:

I — no campo da infra-estrutura social, a construção de 2 escolas e 28 salas de aula e 369 cantinas, a reforma de 16 escolas e 29 salas de aula, bem como o equipamento de 543 cantinas; a ampliação de 2 hospitais, a reforma de 5, bem como a construção de 13 ambulatórios, além do equipamento de 9 hospitais e 38 ambulatórios e a imunização de 68,4 mil pessoas, a construção de 760 fossas sépticas e 503 fossas secas, além de 9 poços artesanais e 13 sistemas singelos de abastecimento de água, também chamados módulos de saúde, compreendido como um conjunto de poço/lavanderia/chafarizes/WC; a reforma de 2,9 mil casas na zona rural;

II — nas atividades voltadas para a ação social, foram atendidos 36,8 mil alunos com merenda escolar e 30,8 mil pessoas com fornecimento gratuito de alimentos e medicamentos.

Através do Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste foram aprovados 48 projetos, sendo 17 de implantação, 15 de ampliação e 16 de modernização, realocização ou fortalecimento do capital de giro, correspondendo a financiamentos no montante de Cr\$ 790,8 milhões de 1979.

Deve-se registrar que, no triênio 1979-1981, foram implantados 224 projetos, sendo 154 industriais e agroindustriais e 70 agrícolas e pecuários, e ampliados 138 projetos, sendo 119 industriais e agroindustriais, 13 agrícolas e pecuários e 6 de outros setores.

Através do Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste — PROHIDRO, foram realizadas ações no biênio 1980/81, envolvendo a construção de 33 açudes com capacidade para 134,6 milhões de m³, participação na implantação de 7,7 mil pequenos açudes, além de obras complementares e de outros sistemas de captação de água. Foram perfurados 1.006 poços públicos e recuperados e reinstalados 6,8 mil. Em 1980-1981 foram ainda instalados 1,5 mil poços privados e adquiridas 20 perfuratrices. Estão sendo construídos outros 27 açudes, com capacidade para armazenar 818,8 milhões de m³ de água.

O Fundo de Investimentos do Nordeste — FINOR

A SUDENE, através do Fundo de Investimentos do Nordeste — FINOR, que evoluiu de Cr\$ 7,3 bilhões em 1978 para Cr\$ 13,2 bilhões em 1979, Cr\$ 16,0 bilhões em 1980 e Cr\$ 33,1 bilhões em 1981, apoiou a iniciativa privada no sentido de agilizar o desenvolvimento da Região.

No período 1979-1981 a SUDENE, utilizando recursos do FINOR, aprovou 360 projetos, sendo 192 industriais, 137 agrícolas e pecuários, 18 agroindustriais e 13 de outros setores, representando investimento da ordem de Cr\$ 185,0 bilhões, e propiciando a geração de 66.435 empregos diretos.

Ao final de 1981, o patrimônio líquido do FINOR, administrado pela SUDENE e operado pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A, era de Cr\$ 85 bilhões, com crescimento de 456%, relativamente a 1978.

O Banco do Nordeste do Brasil SA — BNB.

O Banco do Nordeste do Brasil SA apresentou, no triênio 1979-1981, ritmo crescente no volume de suas aplicações globais. O aumento de saldos foi de Cr\$ 11,1 bilhões em 1978, Cr\$ 25,6 bilhões em 1979, Cr\$ 48,1 bilhões em 1980 e Cr\$ 155,3 bilhões em 1981, representando incremento nominal de aplicações, com relação a 1978, de 1932%. A participação do BNB no sistema bancário regional evoluiu de menos de 16% em 1978 para cerca de 25% em 1981, em termos de aplicações.

O incremento das aplicações de Cr\$ 155,3 bilhões em 1981, registrou, em relação ao ano anterior, um aumento nominal de saldo de 148%.

Este incremento de saldos de Cr\$ 155,3 bilhões, em termos absolutos, resultou em uma entrada líquida de recursos superior a Cr\$ 115 bilhões nas atividades financiadas pelo BNB, já deduzido o efeito da correção monetária sobre o saldo de empréstimos da instituição.

A evolução favorável do BNB deve ser creditada ao esforço realizado na captação de recursos, tirando-se partido do fato de ter sido o Banco excluído, pelo Conselho Monetário Nacional, da limitação do crescimento de 45%, determinada em 1980 para o sistema bancário.

Merece destacar que o BNB, em decorrência de seu comportamento no mercado financeiro, assegurou, ao final de 1981, sua posição de terceiro maior banco do País, em volume de operações.

Do total de Cr\$ 160,3 bilhões do saldo das aplicações em 31 de dezembro de 1981, Cr\$ 54,3 bilhões referem-se a crédito rural, representando, em valores correntes, em relação a 1978, incremento percentual de 687%. Cr\$ 97,8 bilhões a crédito industrial e de infra-estrutura, representando, com relação a 1978, crescimento de 540%, e Cr\$ 60,8 bilhões, a crédito comercial, representando um incremento de 756,3% em relação a 1978.

Quanto ao apoio do BNB aos programas especiais de desenvolvimento regional, as aplicações evoluíram de Cr\$ 320 milhões em 1978 para Cr\$ 8,5 bilhões em 1981.

No que se refere ao apoio ao desenvolvimento urbano e formação de infra-estrutura na Região, o BNB, através da utilização de recursos do FUNDURBANO — Programa de Apoio à Infra-Estrutura dos Grandes Centros Urbanos do Nordeste, FINAME e outros financiamentos, apresentou, em 1981, saldo de aplicações de Cr\$ 46,3 bilhões.

Através do FUNDURBANO foram beneficiados obras de sistema viário, telecomunicações e projetos de urbanização, entre outros. As aplicações em 1981 representaram um incremento de 118,8%, a preços correntes, em confronto com o ano anterior.

As aplicações do Banco do Nordeste do Brasil na área de câmbio obtiveram o mais expressivo crescimento, evoluindo de Cr\$ 0,3 milhão, em dezembro de 1978, para Cr\$ 47,3 bilhões, em dezembro de 1981, registrando, portanto, uma expansão de Cr\$ 47 bilhões.

Deve-se evidenciar o importante papel desempenhado pelo BNB no apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico da região Nordeste, ao financiar, a fundo perdido, projetos e pesquisas de interesse regional. Foram apoiadas sobretudo pesquisas agrônomicas, a cargo de universidades e órgãos de pesquisa da Região, objetivando a geração de tecnologias apropriadas às condições do semi-árido nordestino, especialmente no que se refere a plantas e animais resistentes às limitações hídricas.

A Ação dos Órgãos de Âmbito Nacional no Nordeste

Entre as ações realizadas no Nordeste pelos órgãos de âmbito nacional, no triênio, destacam-se:

I — a implantação de 121 sistemas de abastecimento d'água (25% do Brasil) e 310 mil contratos de financiamento para construção de unidades habitacionais (22% do Brasil), através do BNH;

II — obras de saneamento geral realizadas pelo DNOS, compreendendo 20,8 km de canalização e revestimento, 13,5 milhões de m³ de drenagem, 9,7 milhões de m³ de aterro, 11 km de diques e 52 mil m³ de enrocamento;

III — a prestação, pelo Projeto Rondon, de serviços de saúde a 542 mil pessoas;

IV — a demarcação, pela FUNAI, de 8 áreas indígenas, com 188 mil ha, e a produção de 112,8 mil sacas de 60 kg de grãos, em 5,7 mil ha.

AMAZÔNIA E CENTRO-OESTE

A Amazônia e Centro-Oeste apresentam fortes traços-comuns, que determinaram seu tratamento conjunto, na execução da estratégia de desenvolvimento regional. São áreas de expansão, com vastos recursos naturais cuja exploração somente agora ganha dinamismo, e nelas se localiza atualmente o avanço da fronteira agrícola. São regiões de rápido crescimento demográfico,

destino final de grandes fluxos de migrantes provenientes do Nordeste, do Sul e de algumas sub-regiões do Nordeste.

A ação programática do Ministério do Interior prendeu-se mais às grandes fronteiras naturais, com o conceito de Amazônia extravazando os limites que configuram a Região Norte, abrangendo parte considerável do Centro-Oeste. Isto levou à conjugação da ação dos dois grandes órgãos de desenvolvimento regional, que dividem entre si, de forma articulada, a responsabilidade pelas ações nas duas regiões: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO, ambas compartilhando algumas áreas comuns com a Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA.

A principal preocupação com referência ao desenvolvimento da Amazônia centrou-se, ao longo do triênio 1979-1981, na formação e execução de políticas voltadas para a preservação de seu patrimônio natural e que, ao mesmo tempo, permitam a exploração de seus recursos naturais, principalmente com a agricultura, a pecuária, a mineração de seus recursos naturais, principalmente com a agricultura, a pecuária, a mineração e as atividades de extração vegetal.

A partir do relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial criado, em maio de 1979, para estudar e propor medidas para a formulação de uma política florestal para a Região, foi elaborado anteprojeto de lei que se propõe definir os objetivos da política florestal para a Amazônia brasileira, definindo normas para sua exploração econômica que não prejudiquem a conservação e a preservação dos seus ecossistemas. A efetiva implantação dessa política pressupõe programa de zoneamento ecológico-econômico e a revisão e reformulação da legislação florestal.

No que se refere ao Centro-Oeste, a execução da política de desenvolvimento regional orientou-se no sentido da exploração de suas potencialidades agrícolas e pecuárias, através do estímulo e disciplinamento de sua ocupação e colonização, procurando, simultaneamente, ampliar o conhecimento da Região e impedir que a ocupação acelerada de seu território venha a prejudicar suas condições ecológicas.

Na execução, no triênio 1979-1981, da política de desenvolvimento regional para a Amazônia e o Centro-Oeste, cabe considerar:

- I — os programas especiais de desenvolvimento regional;
- II — os incentivos fiscais do Fundo de Investimento da Amazônia — FI-NAM;
- III — a atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus;
- IV — as atuações do Banco da Amazônia S/A — BASA, e do Banco de Roraima S/A;
- V — a atuação, nas duas Regiões, das entidades do Ministério de abrangência nacional.

Os Programas Especiais de Desenvolvimento Regional

O Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia — *POLAMAZÔNIA* conferiu ênfase na construção e complementação da infraestrutura econômico-social nos 17 pólos selecionados (inclusive o Médio Amazonas — *PROMAM* e o Nordeste do Pará — *PRONORPAR*).

Nos Territórios Federais e nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Rondônia, Mato Grosso e Goiás, que constituem a área de atuação do *POLAMAZÔNIA*, foram implantados 2,2 mil km de estradas-tronco e vicinais, construídos nove aeroportos e dois portos fluviais, construídos 83,3 km de rede coletora de esgotos sanitários, pavimentados 112 km de ruas, implantados 2,5 km de cais de saneamento, 316 km de redes de abastecimento de água e instaladas 4 mil fossas sanitárias.

O número de escolas construídas, ampliadas ou reformadas somou 253 e efetivou-se o treinamento de 11,6 mil professores; foram construídas 7 unidades mistas de atendimento de saúde e ampliadas, reformadas e equipadas 35. Foram assi tidas, com ações de assistência técnica e extensão rural, um total de 36,2 mil famílias, e procedeu-se à expedição de 2,3 mil títulos definitivos de terras, o que representou a regularização fundiária de 2,7 milhões de ha. Foram ainda construídos 20 armazéns (representando um acréscimo de 63 mil toneladas na capacidade armazenadora regional) e produzidas 309 mudas de plantas frutíferas.

No âmbito do Programa Especial do Desenvolvimento Regional — *Infra-Estrutura do Complexo Alumínio* — *ALBRÁS/ALUNORTE* foram concluídos, no triênio, a elaboração do plano urbanístico da cidade de Barcarena, a construção do embarcadouro, de rodovia e de trecho de acesso ao aeroporto, além de estudos e implantação de outros projetos de infraestrutura básica. Deu-se continuidade à execução de outros projetos importantes, destacando-se: a construção do porto de Vila do Conde, projetos de abastecimento de á-

gua, sistema viário, implantação de núcleos urbanos e projetos de pesquisa para instalação de colônia agrícola.

O Programa foi transferido, em 1981, para a jurisdição da Secretaria Executiva do Projeto Grande Carajás, passando a ser conduzido diretamente pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Na execução do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — *POLO-CENTRO*, cabe destacar:

- I — a implantação de 1.299 km de estradas tronco e vicinais, e a construção de 1.586 m de pontes;
- II — a implantação de 922 km de linhas de transmissão e a instalação de 7 usinas termelétricas, com capacidade para a geração de 2.430 KW;
- III — a construção de 16 unidades armazenadoras de produtos agrícolas, o que permitiu incremento da capacidade estática de armazenagem de 133 mil toneladas e o equipamento de 8 armazéns;
- IV — a assistência técnica, com a mobilização de cerca de 206 extensionistas, abrangendo 126 Municípios e a prestação de atendimento a 48,1 mil produtores rurais;
- V — o aperfeiçoamento e difusão de técnicas agrícolas avançadas, permitindo a valorização da agricultura nos cerrados.

Através do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, foram executados:

- I — a implantação de 218 km de estradas vicinais, a construção de 566 metros de obras de arte e de 185 km de linhas de transmissão de energia elétrica;
- II — a pavimentação de 15,5 km de rurais, construção de 87,9 km de redes de abastecimento d'água e de 29,1 km de redes de esgotos sanitários;
- III — a construção de 15 escolas, além de reformas e ampliações em outras, o que permitiu o oferecimento de 7.760 vagas escolares em Goiás e 1.920 em Minas Gerais;
- IV — a construção, no Estado de Goiás, de 5 unidades de saúde, tendo sido reformadas mais 5 e equipadas 12 outras unidades.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso — *PROMAT*, iniciado em 1979, procedeu-se à concentração de investimentos tanto em áreas prioritárias e de respostas imediatas como também naquelas regiões consideradas as mais carentes do Estado, dentro do objetivo social de se alcançar o seu desenvolvimento integrado.

Entre as principais realizações, destacam-se:

- I — a implantação de 484 km de estradas vicinais e a construção de 2 mil metros de obras de arte;
- II — a construção de 60 km de linhas de transmissão e 56 km de redes de distribuição para uma capacidade instalada implantada de 2,7 mil KW;
- III — a instalação de 64,7 km de redes de abastecimento de água em novos locais e a ampliação de 50,2 km nas redes existentes, além da implantação de 8,8 km de redes básicas de esgotos;
- IV — a assistência técnica e extensão rural a cerca de 3,5 mil propriedades, e a ampliação da capacidade armazenadora em 54 mil toneladas, com a construção de 8 novos armazéns, além da implantação de 18 estações de pesquisa agropecuária.

Através da execução do Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul — *PROSUL*, foram construídos 426 km de estradas tronco e vicinais e implantadas ou ampliadas redes de transmissão e distribuição de energia no total de 134 km de extensão.

Foram ainda implantados 105 km de redes de abastecimento de água, além da construção de reservatórios em 5 localidades. Através da assistência técnica e extensão rural, foram beneficiadas 2.925 famílias, num total de 1.348 propriedades rurais atendidas. Várias ações foram ainda empreendidas no campo educacional, como a recuperação de escolas e a criação de vagas escolares, bem como em apoio ao desenvolvimento comunitário no meio urbano e no rural.

O Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil — *POLONOROESTE*, deverá dispor, no período 1981-1985, de Cr\$ 200,0 bilhões, a serem aplicados nos seguintes projetos: reconstrução e pavimentação da rodovia Cuiabá—Porto Velho; construção e consolidação de estradas vicinais; colonização de novas áreas em Mato Grosso e Rondônia; regularização fundiária; projetos de desenvolvimento integrado de Ariquemes (RO); projetos de desenvolvimento integrado de Ji-Paraná (RO); projetos de desenvolvimento integrado de Cáceres/Mirassol D'Oeste (MT); projetos de desenvolvimento integrado de Tangará da Serra/Barra do Bugre (MT); preservação do sistema ecológico; apoio às comunidades indígenas e o projeto de saúde de Rondônia.

O POLONOROESTE contará com financiamento externo do Banco Mundial, tendo sido aprovados, em 1981, contratos no valor de US\$ 320,0 milhões.

O Fundo de Investimentos da Amazônia — FINAM

A SUDAM, através do Fundo de Investimentos da Amazônia — FINAM, que evoluiu de Cr\$ 2,4 bilhões em 1978 para Cr\$ 3,4 bilhões em 1979, Cr\$ 5,8 bilhões em 1980 e Cr\$ 13,6 bilhões em 1981, a preços correntes, apoiou a participação do empresariado privado no desenvolvimento da Amazônia.

No período 1979-1981, a SUDAM aprovou 105 projetos, sendo 38 industriais, 49 agrícolas e pecuários, 11 agroindustriais e 7 de outros setores, correspondendo a um investimento da ordem de Cr\$ 100,5 bilhões e propiciando a geração de 24 mil empregos diretos.

A Atuação da SUFRAMA

Na atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA, no período 1979-1981, cabe destacar:

I — a aprovação de 133 projetos industriais, sendo 61 de implantação e 52 de ampliação, e de 97 projetos agrícolas e pecuários, possibilitando a geração de cerca de 64 mil empregos diretos;

II — a consolidação da infra-estrutura dos Distritos Industrial e Agropecuário, cumprindo destacar a execução de 1,7 km de esgotos, implantação de 7 km de ruas e a construção de 78 km de estradas vicinais, estando em execução 4,0 km de redes de esgotos e 34 km de estradas vicinais;

III — a aprovação de 70 programas especiais de exportação que deverão traduzir-se em exportações de US\$ 10 milhões contra 1,6 milhões de importações;

IV — o apoio, através do Fundo Comunitário das Indústrias da Zona Franca de Manaus — FUNCOMIZ, fundo sem fins lucrativos criado com o estímulo da SUFRAMA e integrado por grupo de empresas industriais implantadas na Zona Franca de Manaus e a programas específicos nas áreas de educação, saúde pública e assistência ao menor, com aplicações, no triênio, de Cr\$ 640,7 milhões, a preços de 1981, destacando-se a construção e reforma de 14 escolas; construção, ampliação e reforma de 6 hospitais, equipamento de 7, possibilitando um aumento da oferta de 795 leitos.

As Atuações do BASA e do Banco de Roraima S/A

O Banco da Amazônia S/A tem redobrado os seus esforços no sentido de cumprir sua missão de agente financeiro para o desenvolvimento regional.

Os aumentos de saldo das aplicações do BASA evoluíram de Cr\$ 3,1 bilhões em 1978, Cr\$ 4,8 bilhões em 1979, Cr\$ 11,0 bilhões em 1980 e Cr\$ 32,3 bilhões em 1981, representando um aumento nominal de aplicações, no período, de 941%.

Cabe registrar que o BASA atuou em apoio ao desenvolvimento rural, de acordo com a estratégia governamental de estímulo à oferta de alimentos e demais produtos agrícolas, dando destaque ao crédito rural, que no período 1979-1981 apresentou elevado desempenho. Assim, o número de operações contratadas de apoio à agropecuária aumentou em mais de quatro vezes, passando das contratações de Cr\$ 1,3 bilhões em 1978, para Cr\$ 4,9 bilhões em 1981, com incremento nominal de mais de 815%.

Dentre as culturas financiadas destacam-se, em 1981, a cultura de arroz, da borracha e do milho, seguidas do cacau, do feijão e da mandioca.

O BASA prestou, também, seu apoio ao desenvolvimento industrial e da infra-estrutura, com aplicações (saldos em 31 de dezembro) que se elevaram de Cr\$ 2,8 bilhões em 1979 para Cr\$ 17,9 bilhões em 1981, com incremento nominal de mais de 539%.

A extração mineral liderou amplamente as aplicações em crédito industrial, devido ao financiamento concedido ao Projeto Ferro, da Companhia Vale do Rio Doce, na Serra dos Carajás, com recursos do FINAME.

O BASA propiciou apoio, no decorrer do triênio 1979-1981, ao desenvolvimento tecnológico da Região, dando prosseguimento à atuação de seu Fundo de Pesquisas, Assistência Técnica e Desenvolvimento de Recursos Humanos, mantido com o aporte de recursos extraídos dos resultados financeiros do próprio Banco e destinados a subsidiar a criação e adequação de tecnologia tipicamente regional; bem como capacitação regional e a qualificação de mão-de-obra. O Fundo aprovou, no período 1979-1981, 27 projetos, sendo 19 voltados para a pesquisa, 6 para o desenvolvimento de recursos humanos e 2 para assistência técnica.

Durante o período 1979-1981, as aplicações (aumento de saldos) do Banco de Roraima S.A. evoluíram de Cr\$ 200,0 milhões para Cr\$ 1,0 bilhão em 1981.

O valor do saldo dos financiamentos aplicados em crédito geral elevou-se de Cr\$ 24,5 milhões em 1979, para Cr\$ 54,2 milhões em 1981: enquanto o dos financiamentos concedidos à agricultura cresceu de Cr\$ 565,0 mil em 1979 para Cr\$ 157,3 milhões em 1981, a pecuária, de Cr\$ 26,7 milhões em 1979 para Cr\$ 156,3 milhões em 1981.

A Ação dos Órgãos de Âmbito Nacional no Norte e Centro-Oeste

Entre as ações realizadas no triênio na Amazônia e no Centro-Oeste, pelas instituições de âmbito nacional, destacam-se:

I — implantação de 12 sistemas de abastecimento d'água, e 120,7 mil contratos de financiamento para construção de unidades habitacionais através do BNH;

II — obras de saneamento geral realizadas pelo DNOS, compreendendo 10,0 milhões de m³ de dragagem, implantação de 54,8 km de rede de esgotos e 2 milhões de m³ de aterro;

III — prestação, pelo Projeto Rondon, de serviços de saúde a 609,6 mil pessoas;

IV — a demarcação, através da FUNAI, de 21 áreas indígenas, com 1,6 milhões de ha, a produção de 328,7 mil sacas de 60 kg de grãos, em 16,9 mil ha, a construção de 53 escolas e a matrícula de 25,9 mil alunos e, no campo da saúde, a aplicação de 148,6 mil vacinas.

SUL E SUDESTE

As ações do Ministério do Interior nas duas regiões mais desenvolvidas do país, assumiram, evidentemente, características diferentes daquelas realizadas nas demais regiões.

No Sul, as ações da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, foram concentradas no triênio 1979-1981, no atendimento de situações especiais enfrentadas por algumas sub-regiões, quer para superar condições de atraso relativo, quer para facilitar sua adequação à expansão ou surgimento de setores dinâmicos no espaço regional. São os casos da área de solos areníticos erosivos do norte paranaense; da área que recebe o impacto da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, da região carbonífera do litoral sul-catarinense; da ampla área empobrecida da bacia da Lagoa Mirim, e das ricas terras de pastagem e cultivo da Campanha e das Missões, no Rio Grande do Sul, e do oeste de Santa Catarina.

No Sudeste, a ação de desenvolvimento regional, coordenada pela Secretaria Especial da Região Sudeste — SERSE, criada em 1979, é a do fomento a áreas que não acompanharam o processo de desenvolvimento da Região como um todo, tais como o Norte Fluminense, o Vale do Jequitinhonha, o Norte do Espírito Santo, o Vale do Ribeira e o Pontal de Paranapanema; bem como a de participar do encaminhamento de soluções para os problemas urbanos surgidos em decorrência do processo acelerado de desenvolvimento.

Ainda que a dimensão financeira dos programas conduzidos pela SUDESUL e pela SERSE seja pequena, o Sul e o Sudeste têm recebido grande apoio do BNH (habitação e saneamento básico), do DNOS (saneamento geral) e grande atenção por parte dos programas de desenvolvimento urbano ou voltados para o controle e preservação do meio ambiente.

Os Programas Especiais de Desenvolvimento Regional

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Integrado do Litoral Sul de Santa Catarina, cabe referir as seguintes realizações:

I — o cadastramento de 2,0 mil ha de propriedades rurais no Alto Vale do Mampituba, na área do Banhado do Sombrio, para fins de desapropriação; trabalhos de aerofotogrametria em 15,0 mil ha; e levantamento detalhado de 2,0 mil ha de solos do Banhado do Sombrio, com o respectivo anteprojeto do Plano de Assentamento de População, bem como o Plano Diretor da Reserva Ecológica do Banhado do Sombrio;

II — a elaboração dos projetos executivos de retificação, de canalização e dos reservatórios dos rios Leão e Bonito, incluindo obras complementares, e do Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação, abrangendo 1,9 mil ha;

III — a execução dos estudos sócio-econômicos, agrônômicos e de recursos naturais no Baixo Vale do Mampituba, necessários à elaboração do anteprojeto de drenagem e irrigação, bem como trabalhos de aerofotogrametria de 40 mil ha;

IV — a dragagem de 9 km de canais, abertura de 1.000 metros de valas de drenagem e aquisição de uma área de 700 ha a ser redistribuída para atividades agrícolas.

O Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná executou, em 1979-1981, diversas obras de combate à erosão urbana, com destaque para as de drenagem, com 101,7 km de tubulação; 2,2 mil bocas-de-

lobo e 800 poços de queda e visita; e as de extremidade — constando de 20,6 km de tubulação, 220 poços de queda e visita, 47 dissipadores de energia, 1,8 mil km de canais e 54 barragens.

No meio rural, através da assistência técnica e extensão rural, com 27 escritórios técnicos (6 em 1979) e 33 extensionistas (14 em 1979), foram atendidas 10.041 propriedades com 164 mil ha de lavouras e 217 mil ha de pecuária.

No que se refere à assistência sanitária animal, foram efetuados 2.368 atendimentos médico-veterinários e vacinados 262 mil animais.

No campo da mecanização agrícola, foram preparados 131,6 mil ha para a lavoura e no da silvicultura destacaram-se a produção de 3,4 milhões de mudas, o reflorestamento conservacionista de 434 ha, o plantio de 1,2 mil ha de quebra-ventos e de 82 ha de bosques sombreadores, e o reflorestamento energético de 221 ha. Cabe, ainda, registrar a realização de 102 cursos de capacitação de mão-de-obra rural quando foram treinadas 1.663 pessoas.

Cabe evidenciar que, no período, foram realizados diversos estudos e pesquisas visando à determinação de pontos críticos e de prevenção e combate à erosão urbana e rural na Região.

O Programa Especial da Lagoa Mirim implantou, no triênio 1979-1981, 27 km de estradas vicinais e construiu 2 pontes de concreto; realizou a identificação de comunidades rurais de baixa renda, caracterizando a natureza de intensidade das principais carências e indicando alternativas prioritárias de recuperação; efetivou mobilização comunitária junto à população rural de baixa renda dos Municípios de Canguçu, Jaguarão, Pedro Osório, Pinheiro Machado e Piratini, e realizou treinamento de 670 pessoas em cultivos e criações regionais.

Cabe evidenciar, no campo da silvicultura, a instalação de 7 hortos florestais municipais e produção de 500 mil mudas, e no campo da pesca, a ampliação do Centro de Piscicultura, em Pelotas (RS), com produção e distribuição de 1,6 milhão de alevinos para o povoamento de 241 açudes e repovoamento das Lagoas Mirim e Mangueira.

Merecem ainda destaque a implantação de uma microdestilaria de álcool, utilizando, inicialmente, sorgo sacarino com a finalidade de efetuar experimento e posterior difusão dos resultados, bem como o início da construção da barragem do Chasqueiro, que permitirá a irrigação de 10 mil ha (hortigranjeiros e arroz).

Entre as ações desenvolvidas, em 1979-1981, no âmbito do Programa Especial do Oeste do Paraná, cabe destacar:

I — nos transportes, a manutenção de 1,1 mil km de estradas vicinais, sendo 364 km em 1979, 400 km em 1980 e 317 km em 1981, a implantação de 53 km de acessos, com 116 m de pontes, bem como estudos preliminares para recomposição do sistema viário abrangendo 160 km, dos quais 145 km já estão em fase de projeto de engenharia final;

II — na saúde, a ampliação de um hospital, proporcionando o acréscimo de 100 leitos adicionais, vacinação contra febre amarela de 828 mil pessoas e vigilância em 5,5 mil casas, combate à malária compreendendo 43,5 mil prédios borrifados e exames de 64 mil lâminas, combate à esquistossomose com 330 mil levantamentos helmintológicos, combate à doença de Chagas em 111,3 mil levantamentos triatomínicos, e no setor de saneamento básico a ampliação de 14,6 km de rede de abastecimento d'água, com 730 mil ligações adicionais, atingindo uma população de 3.650 habitantes, e a ampliação de rede de esgoto sanitária, atingindo 1,4 km de emissário, 13,7 km de rede coletora, 1,8 km de ramais residenciais, resultando em 596 ligações adicionais, para uma população de 2.980 pessoas;

III — no meio rural foram realizados 2,4 mil reassentamentos no Paraná, dos quais 937 de pequenos produtores e arrendatários, enquanto cerca de 500 famílias foram reassentadas em outros Estados, regularizadas 4,7 mil propriedades, com área total de 52,8 mil ha, demarcadas 5,1 mil propriedades, com área total de 60,7 mil ha e concluídos 4.687 processos de titulação.

Salientem-se, ainda, o atendimento através de assistência técnica e extensão rural a 12 Municípios, através de 12 escritórios técnicos, contando com 25 extensionistas; a produção de 2.083 mil mudas e a construção do Centro de Piscicultura de Toledo.

Através do Programa de Açudes e Poços (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), iniciado em 1980, foram construídos 345 açudes, dos quais 136 no Rio Grande do Sul e 209 em Santa Catarina e perfurados 142 poços tubulares profundos (121 no Rio Grande do Sul e 21 em Santa Catarina).

O Programa Especial do Norte Fluminense-PRODENOR, no triênio 1979-1981, executou diversas atividades relacionadas com o desenvolvimento agropecuário da Região; devendo-se ressaltar importantes obras relacionadas

com o desenvolvimento agropecuário da Região; devendo-se ressaltar importantes obras realizadas para a recuperação de terras e defesa contra inundações; na bacia Sarapuí-Meriti, referente a dragagem de 11,8 km de canais de escavação de 792,2 mil m³ e elevação de diques correspondentes a 63,3 mil m³; na Bacia do Rio Macaé, com a dragagem de 46,1 km de canais, com escavação de 918 mil m³, recuperação de 35 mil ha de várzea e 55 mil ha de meia-encosta; na Bacia do rio São João, com a drenagem de 183,7 km de canais, com escavação de 6,2 milhões de m³, recuperando 90 mil ha de várzea, e na Bacia do Baixo Paraíba do Sul, com a dragagem de 222,4 km de canais, com escavação de 2,9 milhões de m³ e construção de 103,7 km de diques, correspondentes a 418 mil m³.

No campo da pesquisa agropecuária, foram aparelhadas as estações experimentais de Campos e Macaé, destinadas ao experimento de arroz, milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, abacaxi, citrus e banana, e concluídas obras do campo experimental de Itacoara, destinado ao confinamento bovino e o experimento de milho.

O Programa prestou ainda assistência técnica e extensão rural, através de 20 escritórios regionais, a 45 mil propriedades, além de elaborar 4.727 projetos de crédito rural.

O Programa de Desenvolvimento Microrregional do Norte do Estado do Espírito Santo — PRODESP, iniciou-se em 1981, abrangendo 14 Municípios, numa área de 15 mil km², com cerca de 435 mil habitantes. Os projetos contemplados com recursos nesta primeira etapa do programa atendem a prioridades definidas juntamente com o Governo do Estado, e que são: implantação do Centro de Integração Rural em Boa Esperança, implantação do Centro de Saúde de Barra de São Francisco e construção do abastecimento d'água para as comunidades de Santo Agostinho e Água Doce, no Município de Barra de São Francisco, e Água Branca, no Município de São Gabriel da Palha.

IV — O Desenvolvimento Urbano

O modelo de sociedade de tendência predominantemente urbana que se forma no Brasil está exigindo vigoroso esforço para ordenar e disciplinar o processo de urbanização, de modo a adequá-lo aos objetivos setoriais e regionais da política nacional de desenvolvimento. Esse esforço orienta-se para:

I — a melhoria da qualidade da vida urbana de toda a população das cidades;

II — a melhor distribuição espacial da população e para a estruturação de adequado sistema de cidades, aos níveis nacional, regional e sub-regional, nos seus aspectos inter e intra-urbanos;

III — a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural e paisagístico.

Com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU, em 1979, a coordenação da execução da política nacional de desenvolvimento urbano passou a ser responsabilidade do Ministério do Interior.

No triênio 1979-1981, cabe destacar, entre as atividades desenvolvidas pelo CNDU:

I — o estabelecimento das diretrizes da política nacional de desenvolvimento urbano para o período 1979-1985;

II — a definição das diretrizes para a programação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano — FNDU, de modo a compatibilizar suas aplicações com os objetivos da política nacional de desenvolvimento urbano;

III — a realização de estudos com vistas ao fortalecimento das administrações metropolitanas, incluindo a compatibilização das ações dos órgãos e entidades federais nessas áreas com o planejamento metropolitano, de que resultou a promulgação do Decreto nº 85.916, de 15 de abril de 1981;

IV — a realização de estudos com vistas ao fortalecimento dos Municípios, com ênfase especial nos aspectos financeiros e na definição das diretrizes para o desenvolvimento urbano e a descentralização de atividades produtivas;

V — exame dos aspectos do anteprojeto do Código Civil de interesse para o desenvolvimento urbano;

VI — exame dos problemas habitacionais e sua vinculação com os problemas fundiários e urbanos;

VII — realização de estudos sobre a realidade urbana brasileira com vistas à formulação do anteprojeto da Lei de Desenvolvimento Urbano, destacando-se: a evolução do processo de ocupação territorial e suas características atuais: os desequilíbrios regionais e os de natureza interna das cidades; os objetivos e diretrizes da política urbana; o instrumental jurídico e suas

deficiências e as competências governamentais em matéria de legislação urbanística.

No período 1979-1981, através de sua programação de desenvolvimento urbano, o Ministério do Interior esteve presente em um número significativo de Municípios, que abrangem a maior parte da população urbana brasileira.

O *Programa de Apoio às Regiões Metropolitanas* abrangeu as nove Regiões (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre), compreendendo 117 Municípios, com uma população de aproximadamente 35 milhões de habitantes, que corresponde acerca de 29% da população brasileira.

As ações desenvolvidas pelo Programa, mediante uma atuação articulada da União, dos Estados e dos Municípios, nas nove Regiões Metropolitanas, voltaram-se, principalmente, para atender necessidades nas áreas de transporte, habitação e saneamento básico e geral.

Merece registro o início, em 1981, das negociações com o Banco Mundial com o objetivo de obter financiamento para as ações do Ministério do Interior nas Regiões Metropolitanas do Recife, Fortaleza e Salvador, prevendo-se a aplicação de Cr\$ 50,0 bilhões, no período 1982-1986.

O *Programa de Apoio às Cidades de Porte Médio* abrange, direta e indiretamente, área de 855,9 mil km² e atinge diretamente um total de 15,5 milhões de habitantes de 123 cidades. No âmbito desse Programa, cabe destacar o Projeto Especial financiado pelo Banco Mundial, através do qual estão sendo atendidas as seguintes cidades e aglomerações, num total de 18 Municípios: Aglomerado Urbano de Florianópolis (Florianópolis, Biguaçu, São José e Palhoça); Natal; Juiz de Fora; Campina Grande; Montes Claros; Pelotas; Aglomerado Urbano de Vitória (Vitória, Vila Velha e Cariacica); Aglomerado Urbano de Petrolina/Juazeiro; São José do Rio Preto; Aglomerado Urbano de Teresina/Timon e Campo Grande, com investimentos da ordem de Cr\$ 28,0 bilhões no período 1979-1984 (dos quais Cr\$ 2,4 bilhões aplicados em 1979-1981).

Este Projeto Especial deverá ser acrescido, até fins de 1983, de mais 12 cidades ou aglomerações urbanas, o que representará investimentos da ordem de Cr\$ 28,0 bilhões, a serem realizados no período 1983-1987.

De grande relevância para o desenvolvimento urbano, sobretudo ao nível das pequenas cidades, o *Programa de Assistência aos Municípios — PAM*, criado em 1981, conta com recursos financeiros para atuar, inicialmente, em 1.773 Municípios de pequeno porte, prioritariamente naqueles em que a atuação dos programas do Ministério do Interior ainda não se faz sentir. O PAM tem como objetivo a execução de obras de interesse comunitário, nos Municípios de menor porte. Pretende-se, até fins de 1982, atingir, com o PAM, 3.327 Municípios, localizados em todas as regiões do País. O CNDU, através de sua Secretaria Executiva, vem colaborando com o PAM, que é coordenado pela Secretaria-Geral do Ministério do Interior.

V — As Ações de Âmbito Nacional

As ações de âmbito nacional do Ministério do Interior compreendem as seguintes áreas:

- I — habitação e saneamento básico;
- II — saneamento geral;
- III — meio ambiente;
- IV — proteção e assistência ao índio;
- V — integração do universitário no desenvolvimento;
- VI — defesa civil;
- VII — migrações internas;
- VIII — desenvolvimento de comunidade;
- IX — administração dos Territórios Federais.

HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO

No campo da habitação e do saneamento básico, as ações do Ministério do Interior alcançaram todo o território nacional e se destinaram sobretudo a melhorar a qualidade de vida das populações, mediante a execução de programas voltados para a construção de habitações e a implantação de instalações de saneamento básico (compreendendo abastecimento de água e serviços de esgotos sanitários) de modo a tornar possível o atendimento de maiores contingentes de populações carentes, esforço realizado através do Banco Nacional da Habitação — BNH.

As aplicações do BNH evoluíram de Cr\$ 82,9 bilhões em 1979, para Cr\$ 173,6 bilhões em 1980 e Cr\$ 313,4 bilhões em 1981, evidenciando incremento nominal de 109,4% em 1980 e de 80,5% em 1981, em relação a cada ano anterior.

O *Plano Nacional de Habitação — PLANHAP*, supervisionado pelo BNH, conferiu grande ênfase para as moradias de interesse social, que absorveram 51,1% do total de financiamentos contratados. Com esta orientação, o Banco atuou através de um elenco de entidades do setor governamental, além dos sindicatos, cooperativas e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos — SBPE.

O esforço realizado pelo BNH e pelo SBPE, no triênio 1979-1981, possibilitou a contratação de financiamentos habitacionais para cerca de 1,5 milhão de novas moradias, as quais deverão beneficiar população da ordem de 7,4 milhões de pessoas.

O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DA SUBABITAÇÃO — PROMORAR, que se destina a eliminar as moradias subnormais, vem sendo executado através da ação conjunta do DNOS e do BNH em articulação com órgãos e entidades dos Governos dos Estados. Ao DNOS compete sanear e recuperar áreas alagadas ou alagáveis, cabendo ao BNH a missão de promover financiamentos para habitações destinadas às famílias de baixa renda e apoiar financeiramente a execução de obras de urbanização nas áreas selecionadas.

Importantes projetos nesse sentido estão sendo executados em várias cidades do País, cumprindo destacar o Projeto Rio, no Rio de Janeiro, e projetos localizados em Belém, São Luís, e Fortaleza.

No período 1979-1981, o PROMORAR aprovou operações que deverão atender a cerca de 700 mil habitantes com moradias de padrões normais e a aproximadamente 1 milhão de pessoas com obras de urbanização de favelas.

O DNOS executou, no âmbito do PROMORAR, No Triênio, obras de engenharia compreendendo 19 milhões de m³ de aterros, dragagem de áreas na ordem de 1 milhão de m³, construção de 43 mil m³ de diques de pedras e implantação de 1,2 km de cais de saneamento.

O *Plano Nacional de Saneamento — PLANASA*, coordenado pelo BNH, beneficiou, no período 1979-1981, com sistemas de abastecimento d'água, um total de 914 localidades, sendo 477 novas cidades e 437 distritos. No mesmo período, foram executados serviços de modernização ou de ampliação de sistemas de abastecimento de água em 1.422 localidades, sendo 934 sedes de Municípios e 488 distritos. O acréscimo da população beneficiada, em 1979-1981, é da ordem de 14 milhões de pessoas. Até o final de 1981, a ação do PLANASA (abastecimento d'água) envolveu 2.484 Municípios — mais de 62% do total dos Municípios do País, beneficiando cerca de 80% de sua população urbana.

No que se refere a esgotos sanitários, o PLANASA implantou serviços em 95 novos Municípios no período 1979-1981. Foram, ademais, executadas obras de ampliação em sistemas já existentes, beneficiando mais de 68 cidades, perfazendo, assim, um total de 163 Municípios, no triênio. Cerca de 7 milhões de pessoas foram beneficiadas com o PLANASA (esgotos sanitários) nos 95 novos Municípios atendidos e o número de Municípios em que atua se elevou para 229.

O Plano Nacional da Habitação, além do PROMORAR, contou com importantes instrumentos de ação social, alguns deles criados no período 1979-1981, devendo destacar-se: o PROFILURB (Financiamentos de Lotes Urbanizados), com 93,1 mil unidades contratadas; o FICAM (Financiamento da Construção, Aquisição ou Melhoria de Habitação de Interesse Social), com 31,8 mil unidades contratadas; o PROHASP (Programa Habitacional para os Servidores Públicos), com 21,4 mil unidades contratadas; o PROSINDI (Programa Nacional de Habitação para o Trabalhador Sindicalizado de Baixa Renda), com 5,3 mil unidades contratadas; o PROHEMP (Programa Habitacional Empresa), com 11,9 mil unidades contratadas; SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), com 639,1 mil unidades contratadas; e o RECON (Refinanciamento ou Financiamento ao Consumidor de Materiais de Construção), com 55,6 mil unidades contratadas.

SANEAMENTO GERAL

As ações de saneamento geral, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras de Saneamento — DNOS, vêm sendo exercidas através de diversos programas que, no triênio 1979-1981, tiveram ampla atuação.

Cumprir destacar, pela sua significativa repercussão social nas áreas atendidas, o *Programa de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales*. Através deste Programa, no triênio 1979-1981, o DNOS executou ações em 24 projetos em diversas regiões do País, localizados em 13 Estados, destacando-se os projetos dos vales do Pericumã e Mearim, no Maranhão, o sistema de barragens Pacoti-Riachão, no Ceará, as obras de defesa contra enchentes nos Vales do Capibaribe e Beberibe, em Pernambuco, a barragem de

Juturnaíba, na chamada Região dos Lagos, no Rio de Janeiro, e os pólderes de proteção contra enchentes no Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul.

De forma geral foram executadas obras envolvendo:

- I — a construção de 100 barragens, dentre as quais 7 de concreto;
- II — a dragagem de rios e canais, permitindo a remoção de material da ordem de 32,7 milhões de m³;
- III — a construção de 2,6 km de galeria de concreto;
- IV — a execução de 2,7 km de canalização e revestimento;
- V — a execução de 7,2 km de diques de terra;
- VI — a construção de obras auxiliares (estradas de acesso, instalação de casas de bombas e outras).

Merecem destaque especial as obras para impedir as enchentes do Rio São Francisco, onde foram executados: 3,5 milhões de m³ de dragagem, 2,1 milhões de m³ de aterro, 52 milhões de m³ de enrocamento, a construção de 974 km de canalizações, 8 km de cais de saneamento e muros de proteção e 3,5 km de galerias de concreto, 24 km de diques e 23,5 km de canais de drenagem em áreas urbanas. Referidas obras beneficiaram 10 cidades do Vale, localizadas em Minas Gerais (3), Bahia (4), Sergipe (1), Alagoas (1) e Pernambuco (1).

O Programa de Saneamento Ambiental em Áreas Urbanas beneficiou 41 cidades em 1979, 45 em 1980 e 54 em 1981, além de encontrar-se em andamento a elaboração de diversos projetos de engenharia.

Dentro do conjunto de obras realizadas, destacam-se o seguinte:

- I — 4,9 milhões de m³ de dragagem;
- II — 850 mil m³ de aterro hidráulico;
- III — 352 mil m³ de derrocamento;
- IV — 16,7 km de canalização e revestimento;
- V — a construção de 15 km de redes de esgotos;
- VI — a execução de 3,6 km de galerias de concreto;
- VII — a construção de 1,6 km de cais de saneamento;
- VIII — a implantação de 15 dissipadores de energia;
- IX — a construção de 4 pontes rodoviárias;
- X — a construção de 450 m de enrocamento.

Nos Territórios Federais, o DNOS executou obras urbanas representadas por 1,5 milhão de m³ de dragagem, construção de 2,5 km de redes de águas, 8,8 km de redes de esgotos, 4,5 km de canalizações e cais de saneamento.

O Programa de Saneamento Ambiental em Áreas Rurais vem sendo desenvolvido nas faixas de terras sujeitas a inundações permanentes ou periódicas e que são passíveis de recuperação, através de drenagens e retificação de cursos d'água, com o objetivo de incorporá-las à agricultura.

No triênio 1979-1981 foram beneficiados 13 Estados, com a execução de obras em várias bacias de rios e córregos, nas quais foram utilizadas 430 máquinas drag-lines, além de outros equipamentos.

No elenco de obras executadas destacam-se 36 milhões de m³ de dragagem, construção de barragens, de diques, tomadas d'água, galerias, pontes, revestimentos de canalização e instalação de comportas.

Para o aproveitamento hidroagrícola na bacia do Rio Camaquã, no Estado do Rio Grande do Sul, foi executada, no triênio, a dragagem de 3,3 milhões de m³ na referida bacia, achando-se em andamento obras da ordem de 659 mil m³.

MEIO AMBIENTE

A Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA, prosseguiu, no triênio 1979-1981, seus trabalhos de controle da poluição, educação ambiental e preservação de ecossistemas.

No que respeita ao meio ambiente, o fato mais importante a registrar foi a sanção da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que instituiu a *Política Nacional do Meio Ambiente*, através da qual foi criado o Sistema Nacional de Meio Ambiente, constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsável pela proteção e a melhoria da qualidade ambiental, que tem como Órgão Superior o Conselho Nacional do Meio Ambiente, e, como Órgão Central a SEMA.

Merece referir, também, a lei nº 6.803, de 2 de junho de 1980, que dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial, em áreas críticas de

poluição, e a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que trata da criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental.

Com o objetivo de controle da *poluição hídrica* foram implantados o Comitê Especial de Estudos Integrados das Bacias Hidrográficas dos Rios Federais — CEEIBH, e os Comitês Executivos das Bacias Hidrográficas do Paraíba do Sul, Paranapanema, Cuiabá, São Francisco, Iguaçu, Jari e Parnaíba. A SEMA vem igualmente trabalhando para controlar a poluição hídrica decorrente de águas residuais das usinas de açúcar, destilaria de álcool e destilaria de bebidas alcoólicas, bem como a causada por derramamentos de óleo, por compostos bifenil policlorados e por metais pesados. Por outro lado, a SEMA vem trabalhando no campo dos estudos para o controle da poluição atmosférica e por resíduos sólidos.

No período 1979-1981 foram instaladas e colocadas em plena operação 11 estações ecológicas: Taim — RS; Aracuri — Esmeralda — RS; Juréia — SP; Raso da Catarina — BA; Aiuaba — CE; Uruçuí — Una — PI; Taimã — MT; Iquê — Juruena — MT; Anavilhanas — AM; Maracá — RR; e Maracá — Jipioca — AP. Outras 12 estações encontram-se em fase de implantação: Itabaiana — SE; Mamanguape — PB; Carijós — SC; Parapitinga — MG; Seridó — RN; Rio Acre — AC; Serra das Araras — MT; Pirai — RJ; Cuniã — RO; Jari — PA; Guaraqueçaba — PR e Caracaraí — RR. Além disso, está sendo estudada a criação de mais de sete estações ecológicas, previstas para as localidades de Foz do São Francisco e Murici (Alagoas), Coco-Javaés (Goiás), Serra Geral (Santa Catarina), Mambucaba e Petrópolis (Rio de Janeiro) e Tucuruí, no Pará.

A SEMA prestou, ademais, assessoria técnica a vários Estados para a implantação de órgãos estaduais de meio ambiente, bem como na análise de projetos de controle de poluição.

PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO ÍNDIO

A execução da política de assistência e proteção ao índio a cargo da FUNAI, visou, fundamentalmente, ao respeito à sua pessoa e às comunidades tribais, de modo a assegurar-lhe e posse permanente das terras que habitam e o usufruto exclusivo dos seus recursos naturais; a manter o equilíbrio ecológico de seu meio ambiente; a preservar a cultura indígena e a favorecer o processo de inserção desses grupos na sociedade envolvente.

Procurou-se, assim, preservar o patrimônio indígena, com vistas à sua conservação, ampliação e valorização; promover estudos e pesquisas sobre as populações indígenas e suas instituições; desenvolver a educação de base de forma aprofundada; despertar o interesse coletivo pela causa do índio; atuar na área de saúde; exercer ação de fiscalização nas áreas das reservas indígenas, entre outras providências necessárias à adequada proteção ao índio.

Entre as ações da FUNAI executadas no triênio 1979-1981, cabe destacar:

I — as ações desenvolvidas no campo de *regularização de terras indígenas*, onde foram identificadas e delimitadas 110 áreas numa extensão de 26,9 milhões de ha, demarcadas 35 áreas numa extensão de 1,8 milhão de ha, e registradas e regularizadas 16 áreas com uma extensão de 283,2 mil ha. Cabe ainda destacar a criação de uma reserva indígena de 224 mil ha;

II — o *desenvolvimento das comunidades indígenas*, com vistas à auto promoção dessas comunidades, através de apoio às atividades econômicas, sociais, de saneamento básico e de transporte, entre outros. Destacam-se os projetos de desenvolvimento junto às comunidades indígenas na área da agropecuária, onde se incentivou a produção diversificada de frutas, leguminosas e grãos, com o cultivo de 220,3 mil ha, sendo que a produção mais expressiva foi a de grãos, num total de 1,1 milhão de sacas de 60 kg. Foram ainda desenvolvidas atividades extrativas de madeira, borracha e castanha-do-Pará. Promoveu-se, também, o desenvolvimento de estudos e pesquisas nas áreas indígenas com vistas a aprofundar-se o conhecimento sobre as diferentes situações dos grupos tribais brasileiros e a oferecer subsídios à condução da política indigenista;

III — no campo da *infra-estrutura administrativa*, a implantação de 9 Postos Indígenas, 2 Adjundâncias e 1 Delegacia Regional;

IV — no campo da *educação*, foram matriculados um total de 40,5 mil alunos, criadas 61 escolas, contratados 79 novos professores e concedidas 1.985 bolsas de estudo;

V — na área de *saúde*, a execução de 67 convênios com entidades públicas e privadas, a contratação de 188 profissionais de saúde, a criação de 3 equipes volantes, a construção de 29 enfermarias, a aplicação de 157,2 mil vacinas e a prestação de 41,7 mil atendimentos de controle de tuberculose, entre outras ações.

INTEGRAÇÃO DO UNIVERSITÁRIO NO DESENVOLVIMENTO

A Fundação Projeto Rondon, no cumprimento de suas finalidades, executou, no triênio 1979-1981, os seguintes programas:

I — *Operação Nacional*, consistindo na realização de trabalhos comunitários, por estudantes universitários, em 1.208 Municípios;

II — *Operação Regional*, com as mesmas características da Operação Nacional, com atuação em 1.373 Municípios;

III — *Campi Avançados*, com 22 Campi Avançados instalados, sendo 13 na Região Norte, 6 na Região Nordeste, 1 na Sudeste e 2 na Centro-Oeste;

IV — *Operações Especiais*, com ações em duas áreas, e de Ação Comunitária, com 92 núcleos implantados, e a de Trabalhos Técnicos com Órgãos;

V — *Centros de Atuação Permanente*, instalados em 1981, sendo um em Neópolis, no Estado de Sergipe, e outro em Penedo, no Estado de Alagoas.

Foram realizados no triênio 1.378 Seminários de Estudos Integrados, 1.314 viagens de estudo, resultantes de absorção da Operação Mauá, e a interiorização de 50 técnicos, em convênio com o MTb/SENAR.

No triênio 1979-1981 foi mobilizada uma população de 334,2 mil estudantes e os trabalhos de cunho social, desenvolvidos nas áreas de educação, treinamento e saúde beneficiaram uma população de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas.

DEFESA CIVIL

A *Secretaria Especial de Defesa Civil — SEDEC*, criada no atual Governo, desenvolveu no período 1979-1981, uma série de atividades operacionais e de planejamento com vistas à consolidação do Sistema Nacional de Defesa Civil. A defesa civil deve constituir-se em atividade de caráter permanente, tanto em situações de normalidade (fase preventiva), quanto de anormalidade (fases de socorro, assistência e recuperação). Nos últimos três anos, o Sistema Nacional de Defesa Civil vem dando provas de vitalidade, tanto na prevenção como no atendimento de calamidades públicas.

Nas ações de defesa das populações contra os efeitos de calamidades públicas, cabe registrar que, no período 1979-1981, foram atingidos por enchentes 533 Municípios, somando a 867,7 mil o número de desabrigados, tendo sido distribuídas 5,32 mil toneladas de alimentos e milhares de cobertores e, em 1981, utilizadas cerca de 8 mil barracas, para abrigos de emergência, das 20 mil adquiridas com o apoio do BNH.

De outra parte, o *Programa de Assistência às Populações e Áreas Atingidas pelas Secas* atendeu, no período 1979-1981, 513 Municípios em 1979, 727 em 1980, 1.040 em 1981.

No triênio foram realizados serviços em propriedades rurais e obras comunitárias, tais como: perfuração de poços, produção de alimentos em perímetros irrigados, abastecimento de água e outros.

Cabe destacar as seguintes obras realizadas: construção e melhoramento de 75 mil açudes, aguadas e barreiros; 45,6 mil cacimbas, cacimbões, tanques e cisternas; 4,7 mil barragens e 1,1 mil poços, construção e ampliação de 34 sistemas de abastecimento d'água; construção de 86 adutoras e subadutoras; construção e melhoramento de 17,7 mil km de estradas vicinais e de 7,2 armazéns e silos.

MIGRAÇÕES INTERNAS

Na execução do *Programa de Migrações Internas* aprovado em 1980, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Social, foram criados, sob a responsabilidade do Ministério do Interior, dois subprogramas: o SAMI (Serviços de Apoio aos Migrantes) e o SIMI (Sistema de Informações sobre Migrações Internas).

O SAMI veio substituir e incorporar os CETREMI's existentes, permitindo maior abrangência às ações do Governo nessa área e uma maior integração de esforços com os programas e serviços prestados por outros Ministérios.

As ações foram efetivadas em apoio aos migrantes no trajeto e nas áreas de maior atração, e incluindo ainda aquelas orientadas para as necessidades dos migrantes em potencial, residentes em regiões de expulsão, através de regularização de documentos, colocação em empregos, hospedagem, alimentação, assistência médica e odontológica preventiva e de emergência, passagens, treinamento e orientação para o trabalho.

No período 1979-1981, o SAMI implantou 101 Unidades de Atendimento e atendeu a 885,8 mil pessoas, prestando cerca de 2,5 milhões de benefícios aos migrantes, atuando em 23 Estados e 2 Territórios Federais.

O SIMI tem como objetivo realizar o acompanhamento permanente sobre o fenômeno das migrações internas no Território Nacional, visando a

subsidiar o planejamento em todos os níveis de governo com indicadores atualizados e análise qualitativa do movimento populacional interno. O registro dos migrantes com 15 anos e mais realiza-se através das unidades de coleta do Sistema, tendo, no triênio, sido entrevistados 435,5 mil migrantes.

As ações foram efetivadas em apoio aos migrantes no trajeto e nas áreas de maior atração, e incluindo ainda aquelas orientadas para as necessidades dos migrantes em potencial, residentes em regiões de expulsão, através de regularização de documentos, colocação em empregos, hospedagem, alimentação, assistência médica e odontológica preventiva e de emergência, passagens, treinamento e orientação para o trabalho.

No período 1979-1981, o SAMI implantou 101 Unidades de Atendimento e atendeu a 885,8 mil pessoas, prestando cerca de 2,5 milhões de benefícios aos migrantes, atuando em 23 Estados e 2 Territórios Federais.

O SIMI tem como objetivo realizar o acompanhamento permanente sobre o fenômeno das migrações internas do Território Nacional, visando a subsidiar o planejamento em todos os níveis de governo com indicadores atualizados e análise qualitativa do movimento populacional interno. O registro dos migrantes com 15 anos e mais realiza-se através das unidades de coleta do Sistema, tendo, no triênio, sido entrevistados 435,5 mil migrantes.

DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE

As principais ações do *Programa de Desenvolvimento de Comunidade*, no biênio 1980-1981, se relacionam ao apoio à implantação e implementação do Programa em todas as regiões do País, bem como ao desenvolvimento de projetos específicos dirigidos ao atendimento das necessidades levantadas junto às comunidades carentes do meio rural e das periferias urbanas.

As atividades de apoio à implantação e implementação do Programa voltaram-se basicamente para o estabelecimento de diretrizes regionais de coordenação e execução, assinatura de convênios com entidades estaduais e territoriais, realização de cursos, encontros e seminários, capacitação de técnicos e líderes comunitários, criação de associações, comissões e grupos de interesses locais, bem como apoio a estudos e pesquisas na área de desenvolvimento de comunidade.

Os projetos dirigidos ao atendimento das necessidades levantadas junto às comunidades carentes atuaram em duas áreas diferentes. A primeira se relacionou com incentivos à melhoria da renda das populações carentes do meio rural e periferias urbanas; a segunda, ao apoio à melhoria da infraestrutura social dessas comunidades.

As ações de apoio às atividades econômicas e melhoria do nível de renda propiciaram o desenvolvimento de projetos de implantação de olaria, de centro de artesanato, de 4 lavanderias coletivas, de 291 hortas comunitárias, e de 3 hortos florestais; criaram condições para a legalização de 320 pequenas propriedades rurais e assistência técnica e creditícia a 520 famílias de pequenos agricultores; propiciaram ainda o fortalecimento de 100 unidades de produção familiar, através da organização associativa, e o treinamento de 46 grupos de artesões, entre outras ações.

Os projetos de apoio à melhoria da infraestrutura social apoiaram a construção, ampliação e manutenção de equipamentos sociais, e de saneamento básico. Destacaram-se a construção de 950 privadas higiênicas, de 8 centros comunitários rurais, de 6 sedes de associações de bairros e a instalação de 5 mini-postos de saúde, a aquisição de 68 diferentes tipos de equipamento para postos de saúde, além de outras atividades relacionadas ao treinamento de agentes de saúde e treinamento em economia doméstica, com vistas à melhoria do índice de nutrição da população.

O Programa desenvolve-se, atualmente, em 105 Municípios, localizados em 13 Estados, 2 Territórios Federais e no Distrito Federal.

ADMINISTRAÇÃO DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS

O objetivo básico da política de desenvolvimento seguida, no triênio 1979-1981, para os Territórios Federais foi o de assegurar, de forma progressiva, maior autonomia administrativa e financeira a seus governos, de modo a criar bases mais adequadas para o atendimento de suas funções atuais, além de preparar o caminho para sua elevação a Estados.

A partir de 1980, os recursos do Fundo Especial, de que trata o artigo 25 da Constituição Federal, foram também destinados aos Territórios Federais, bem como lhes foi assegurada, através do Decreto-Lei nº 1.723, de 6 de dezembro de 1979, participação na reserva do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios, criada pelo Decreto-lei nº 1.434, de 11 de dezembro de 1975. Essas medidas permitiram significativa ampliação na disponibilidade de recursos para os Territórios.

De igual importância para o processo de desenvolvimento econômico e social dos Territórios foi a autorização obtida, através da Lei nº 6.758, de 17 de dezembro de 1979, para constituição, em cada um deles, de um Fundo de Financiamento para Água e Esgotos, bem como para contrair empréstimos com agentes financeiros do Banco Nacional da Habitação — BNH, visando à melhoria e ampliação de sistemas de água e de sistemas de esgotos sanitários, tendo em vista a consecução das metas do Plano Nacional de Saneamento Básico — PLANASA, permitindo a elevação das condições básicas de saúde e do nível de vida de suas populações.

De grande importância para os Territórios Federais foram também a Lei nº 6.669, de 4 de julho de 1979, que definiu nova estrutura básica para sua Administração, a Lei nº 6.750, de 10 de dezembro de 1979, que dispôs sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, além de diversas outras medidas, que permitiram melhor organização das polícias militares, da justiça e dos serviços civis dos Territórios.

Cabe mencionar, em Rondônia, a adequação de sua estrutura político-administrativa, com a criação de 6 novos Municípios.

Todo esse processo foi de fundamental importância para tornar possível a elevação de Rondônia à categoria de Estado, pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981. Este ato, que reconheceu o dinamismo da expansão demográfica e econômica do atual Estado, abriu caminho para futuros atos semelhantes, quando os demais Territórios alcancem índices de desenvolvimento equivalentes.

Merecem destaque na ação das administrações dos Territórios Federais as seguintes obras e iniciativas:

I — no *Território Federal do Amapá*: construção dos trechos rodoviários Calçoene-Oiapoque e Macapá-Margazão, início da implantação do Distrito Industrial de Macapá, criação da Companhia de Desenvolvimento do Amapá — CODEASA;

II — no *Território Federal de Rondônia*: ampliação significativa da rede de estradas vicinais e alimentadoras; urbanização e pavimentação nos centros urbanos de implantação recente; instalação e ampliação de sistemas de abastecimento de água, principalmente em Porto Velho e Ji-Paraná; reforma e construção de hospitais, criando uma rede de atendimento que cobre todo o Território, elevando, no triênio, o mínimo de leitos disponíveis, de 321 para 660; ampla variedade de ações e obras de apoio à produção agrícola e pecuária; construção do terminal pesqueiro de Porto Velho;

III — no *Território Federal de Rondônia*: diversas ações e obras voltadas ao apoio das atividades econômicas, principalmente à pecuária, à produção de leite e à produção de alimentos para o consumo da população urbana; diversas estradas vicinais; melhoramentos urbanos em boa Vista e Caracaraí; criação da companhia de Desenvolvimento de Roraima — CODESAIMA e do Fundo de Desenvolvimento Econômico de Roraima — FUNDER.

V — *A Programação do Ministério do Interior para 1982*

A Programação do Ministério do Interior para 1982

O Ministério do Interior promove, em 1982, a execução do programa de trabalho que lhe foi confiado pelo Presidente da República. Nesses três últimos anos, capacitou-se para ampliar, cada vez mais, esse grande esforço de desenvolvimento. A principal restrição que enfrenta é da natureza financeira, reflexo da conjuntura econômica desfavorável que vivemos. Mas, mesmo no contexto da relativa escassez de recursos, confia que poderá apresentar, ao final de 1982 e no término do atual período governamental, conjunto de realizações que justifique a alta missão que recebeu do Presidente João Figueiredo: a de contribuir para a promoção de melhor distribuição regional e pessoal do desenvolvimento.

O Programa de Dispendios do Ministério do Interior para 1982 está estimado em Cr\$ 1.259,7 bilhões.

Na execução dos *programas especiais de desenvolvimento regional e de irrigação*, deverá despendar, em 1982, cerca de Cr\$ 156,0 bilhões, inclusive crédito.

Esses programas, que visam principalmente à transformação da agricultura tradicional no Nordeste, através do desenvolvimento rural integrado, e a ocupação produtiva em áreas selecionadas do Centro-Oeste e da Amazônia, envolvem alguns investimentos de porte, entre os quais cabe destacar:

I — os *projetos de irrigação pública e açudagem* a cargo do DNOCS e da CODEVASF. No caso do DNOCS, encontram-se em execução 25 projetos de irrigação na região semi-árida do Nordeste e cerca de 50 projetos de açudagem, alguns de grande porte como o açude Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, no Vale do Rio Açu, no Rio Grande do Norte, o de Brumado, na

Bahia, o de Acauã, na Paraíba, os de Entremontes e Rosário, em Pernambuco, o de Serrote, no Ceará. No caso da CODEVASF, os projetos Mirorós (Cr\$ 3,4 bilhões, em 1982), Massangano (Cr\$ 7,0 bilhões), Jaíba (Cr\$ 2,0 bilhões) e Baixo São Francisco (Cr\$ 4,7 bilhões);

II — os investimentos a serem realizados no âmbito do Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil — POLONOROESTE (cerca de Cr\$ 200,0 bilhões, em 1981-1985), particularmente o asfaltamento da rodovia Cuiabá—Porto Velho e a construção de rede de estradas alimentadoras e vicinais com cerca de 1,5 mil km;

III — os dispendios do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste — POLONORDESTE (Cr\$ 26,0 bilhões, em 1982), do Projeto Sertanejo (Cr\$ 4,0 bilhões) e do Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (Cr\$ 4,4 bilhões), envolvendo obras de açudagem, pública e privada, perenização de rios, poços públicos e privados na região semi-árida do Nordeste;

IV — outros programas de desenvolvimento regional em execução no Centro-Oeste (POLOCENTRO, PROMAT, PROSUL, Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília) e no Sul-Sudeste (Norte Fluminense, Lagoa Mirim, Litoral Sul de Santa Catarina, Açudes e Poços em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, Controle da Erosão no Paraná, Oeste do Paraná), com investimentos totais, em 1982, de cerca de Cr\$ 15,0 bilhões.

Para a execução dos *programas de incentivo às atividades produtivas privadas* no Nordeste e na Amazônia, estão previstos Cr\$ 92,0 bilhões, sendo Cr\$ 71,0 bilhões do FINOR, principalmente destinados à industrialização do Nordeste, e Cr\$ 21,0 bilhões do FINAM, recursos que correspondem a mais do dobro dos aplicados em 1981.

Entre os *programas de âmbito nacional*, merecem referência especial os a cargo do BNH e do DNOS.

ESTIMATIVA DO ORÇAMENTO PREVISTO — 1982

Discriminação	Valores (Cr\$ bilhões)
Administração Central (inclusive Desenvolvimento Urbano)	25,9
Entidades Regionais e Sub-regionais	230,2
SUDENE (inclusive FINOR)	114,0
SUDAM (inclusive FINAM)	31,5
SUDECO	19,4
SUDESUL	3,9
SUFRAMA	1,9
DNOCS	31,4
CODEVASF	28,1
Entidades de Âmbito Nacional	34,4
DNOS	28,3
FUNAI	4,4
Fundação Projeto Rondon	1,7
Entidades de Crédito	874,7
BNH (Aplicações)	593,0
BNB (Variação de Saldos)	190,0
BASA (Variação de Saldos)	90,3
BANRORAIMA (Variação de Saldos)	1,4
Territórios Federais	20,4
Amapá	8,0
Roraima	6,9
Rondônia (Pessoal)	5,5
Comp. Desenvolvimento Local	10,4
Sub-total	1.187,3
Programa Emergencial	26,5
Linhas de Crédito	37,2
TOTAL GERAL	1.259,7

O BNH, com orçamento, para 1982, de Cr\$ 593,0 bilhões, deverá aplicar Cr\$ 372,0 bilhões em habitação, Cr\$ 153,0 bilhões em abastecimento de água e saneamento e Cr\$ 68,0 bilhões em desenvolvimento urbano e outros programas. No exercício de 1982, através do Sistema Financeiro de Habitação — SFH, o Governo Federal está aplicando Cr\$ 985,0 bilhões, na construção de 1.125.000 casas e apartamentos, beneficiando cerca de 5.625.000 pessoas. As

obras de saneamento básico e desenvolvimento estão beneficiando 650 Municípios.

A programação do DNOS, de Cr\$ 28,0 bilhões, contempla obras de saneamento em áreas urbanas e rurais e o Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales, principalmente. Destacam-se os projetos em execução no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, Beberibe, em Pernambuco, as barragens de Passaúna, no Paraná, Passo d'Una, em Santa Catarina e Pericumã, no Maranhão, entre outros. Na execução de seu programa de trabalho, o DNOS deverá aplicar cerca de Cr\$ 13,0 bilhões no Sudeste, Cr\$ 6,0 bilhões no Nordeste e Cr\$ 5,0 bilhões na Região Sul.

Através do CNDU e ainda na execução de programas de desenvolvimento urbano, será conferida ênfase, no âmbito do Programa de Apoio às Regiões Metropolitanas (9 Regiões, compreendendo 117 Municípios e população de cerca de 35 milhões), às Regiões Metropolitanas do Recife, de Fortaleza e de Salvador, que deverão contar com financiamento do Banco Mundial, em fase final de negociação, e, no âmbito do Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio (121 cidades e cerca de 15,5 milhões de habitantes), às aglomerações urbanas de Florianópolis, Natal, Juiz de Fora, Campina Grande, Montes Claros, Pelotas, Vitória, Petrolina—Juazeiro, São José do Rio Preto, Teresina e Campo Grande, que também contam com financiamentos do Banco Mundial.

No decorrer de 1982, o Ministério do Interior vem executando alguns outros programas e projetos que, pelo caráter inovador ou pelas repercussões que vêm alcançando, merecem ser brevemente referidos. São eles:

I — o Programa de Assistência aos Municípios — PAM, que, no corrente ano, deverá atender a cerca de 2.300 Municípios na execução de pequenos projetos de grande interesse comunitário. O PAM, iniciado em 1982, conta com Cr\$ 7,0 bilhões;

II — os estudos que vêm sendo conduzidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU, e que visam a dotar o País de legislação especial sobre desenvolvimento urbano;

III — os estudos, a cargo do DNOS, com o objetivo de avaliar a viabilidade da transposição das águas excedentes do rio São Francisco para o Nordeste Oriental (Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) e para o Piauí;

IV — o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara;

V — os estudos que visam à proteção ambiental em áreas como Cubatão, nas bacias do Paraíba do Sul e do Paranapanema, bem como os programas de desenvolvimento integrado das bacias do São Francisco, Alto Paraguai e Araguaia—Tocantins.

Em síntese, são essas as linhas gerais do programa de trabalho que o Ministério do Interior vem executando, no atual Governo. A amplitude e diversidade de suas ações de desenvolvimento tornam difícil sua apresentação, de forma compacta e ordenada. Mas são justamente essa variedade e essa abrangência da atuação do Ministério do Interior entre nós que explicam o interesse que vem despertando sua diversificada presença em todo o Território Nacional.

VII — AS PERSPECTIVAS DE MÉDIO PRAZO (1982—1985)

O Ministério do Interior considera-se capacitado a continuar executando, de forma descentralizada e em íntima e permanente colaboração com os Estados e Municípios, seu programa de trabalho previsto para os próximos anos.

As diretrizes aprovadas em 1979 pelo Presidente da República para o Ministério desdobram-se hoje em amplo conjunto de programas e projetos, a grande maioria em plena execução e que asseguram a presença do Governo Federal em todo o País.

O ritmo de execução e a abrangência desses programas e projetos deverão depender, sobretudo, da disponibilidade de recursos financeiros, uma vez que o Ministério e suas entidades supervisionadas, estão técnica e administrativamente, capacitados para coordenar ou executar diretamente a programação prevista, com os ajustamentos recomendados pela experiência e pela ocorrência de fatores emergentes.

A ênfase da programação de desenvolvimento em curso está voltada para a obtenção de melhor distribuição do desenvolvimento brasileiro.

A amplitude desse objetivo — para cuja viabilização há de empenhar-se toda a sociedade nacional — compõe, no entanto, no caso das ações de desenvolvimento a cargo do Ministério do Interior, estratégia de ação que envolve rigorosa seleção de prioridades.

No Nordeste, à par do objetivo mais amplo de solução das disparidades regionais de desenvolvimento — para o que é importante a continuidade do processo de industrialização — a prioridade maior está em viabilizar as atividades produtivas no semi-árido. Nesse sentido, o esforço de captação de água que vem sendo realizado pelo Governo Federal deverá duplicar, em 1985, a capacidade de armazenamento existente em 1979 e os programas de desenvolvimento rural integrado deverão beneficiar cerca de 1 milhão de pequenos e médios produtores rurais.

Na Amazônia e no centro-Oeste, o processo de ocupação produtiva em áreas selecionadas ganhará novo impulso com o POLONOROESTE e o POLAMAZÔNIA. Estudos e pesquisas em andamento deverão definir as bases da ocupação e do desenvolvimento da bacia do Araguaia—Tocantins, o zoneamento ecológico econômico da Amazônia Legal e o estabelecimento de política florestal para a Amazônia brasileira.

Em todo o País, os programas habitacionais deverão ensejar, até 1985, a construção de cerca de 5 milhões de unidades habitacionais, que beneficiarão 25 milhões de brasileiros, sobretudo as populações de baixa renda. No campo do saneamento, em 1985, todas as cidades deverão estar atendidas com abastecimento de água e os núcleos urbanos com mais de 100 mil habitantes estarão servidos de sistemas de esgotos sanitários. No campo do desenvolvimento urbano, as principais cidades médias do País deverão estar executando programas integrados de desenvolvimento urbano e, nas Regiões Metropolitanas, projetos preferencialmente voltados para as periferias urbanas de baixa renda deverão receber atenção prioritária.

Grande avanço espera-se obter na execução da política nacional do meio ambiente, seja no combate e prevenção da poluição ambiental, seja na preservação do patrimônio natural do País.

Na execução da política indigenista, busca-se a intensificação das ações de delimitação e demarcação das reservas indígenas e o aperfeiçoamento da assistência e proteção das comunidades indígenas, mormente naquelas áreas onde estão em execução grandes projetos de desenvolvimento.

A integração e participação das comunidades beneficiadas pelos diversos programas e projetos em execução é diretriz geral que deverá permear toda a programação de desenvolvimento coordenada ou executada pelo Ministério do Interior. Essa integração visa a obter a indispensável participação social no desenvolvimento — participação crítica, criativa, forma salutar de autoafirmação comunitária.

As perspectivas das ações de desenvolvimento do Ministério do Interior na primeira metade desta década, apontam, portanto, para a continuidade do que, com muito esforço e com ampla colaboração dos vários níveis governamentais e crescente participação comunitária, já se obteve até o presente. E permitem que se olhe, com confiança e otimismo, para os grandes desafios que vemos à frente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria. (Pausa.)

V. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardino Viana.

O SR. BERNARDINO VIANA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ocupo a tribuna do Senado para registrar o aniversário de fundação da Cidade de Teresina. Hoje, em todo o Estado do Piauí, principalmente na bela e verde cidade, o piauiense está a comemorar os 130 anos de sua fundação. Deve-se esse evento a José Antônio de Saraiva, então Presidente do Estado. Tomando posse o grande estadista em 1850, verificou que a Capital, interiorizada como estava, na Cidade de Oeiras, servia apenas para que os produtos estaduais fossem exportados para a Bahia e Minas Gerais, sem maiores contatos com o centro e com o norte do Piauí.

O entreposto comercial que servia à vasta região piauiense, norte e centro, era a Cidade de Caxias, no Maranhão, e os produtos da região, quase que unicamente o gado, saíam pelo porto de São Luís do Maranhão.

Homem de visão, como era, o Conselheiro Saraiva verificou logo que devia ser transferida a Capital para as margens do Parnaíba, Estudando o local, constatou que a Chapada do Corisco, a 6 km da Vila Velha do Poti, era o ideal para localização da nova Capital.

Foi assim que, em 16 de agosto de 1852, Saraiva instalou na Chapada do Corisco, ou na Vila Nova do Poti, a Capital — Teresina. O nome dado em homenagem à Imperatriz Teresa Cristina.

Com isso o Piauí toma novo impulso, porque novas cidades ou vilas foram sendo criadas nas margens do Parnaíba, não só na região norte — Luzilândia, Miguel Alves, União, como na região centro — Amarante e Floriano, e na região sul — Uruçuí e Santa Filomena.

Daí para cá, em vez de o comércio se processar entre a região central, compreendendo Oeiras, Jerumenha, Castelo e Parnaguá, com a Bahia e Minas Gerais, passou a ser feito diretamente por Parnaíba, que se tornou um porto que tinha como sustentáculo a cidade maranhense de Tutóia.

Em consequência, o Piauí faz a sua independência política propriamente dita porque todo evento político está ligado, de um ou de outro modo, ao evento econômico como um dos elementos essenciais para que qualquer povo ou qualquer região se desenvolva.

Teresina é hoje um centro dinâmico de progresso. No campo da saúde, conta com hospitais conceituados e modernos; no da educação, dispõe de ótimos colégios e a sua universidade pouco a pouco vai se integrando no processo de desenvolvimento econômico estadual; o seu comércio, conta com estabelecimentos atacadistas que suprem não só o Piauí, mas vasta região maranhense; o seu parque industrial floresce ordenadamente, e bem planejado.

Teresina, com suas praças e avenidas de contorno, seus clubes, seus bares e restaurantes, seus bairros lindos e bem projetados, é uma cidade aprazível e encantadora.

E por tudo isso, fazendo este registro, quero, neste instante, enviar as minhas sinceras congratulações ao Prefeito Municipal de Teresina, Dr. José Tajo, ao Sr. Governador do Estado, Dr. Lucídio Portela, ao povo do Piauí e, principalmente, ao povo de Teresina que, neste momento, com galhardia e com muita satisfação, comemora os 130 anos de fundação da Cidade de Teresina.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há “quorum” para deliberação.

Em consequência, as matérias constantes dos itens nºs 1 a 30 e 33, pendentes de votação, deixam de ser submetidas ao Plenário, ficando sua apreciação adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passaremos, pois, ao item nº 31.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 202, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu parecer nº 1.207, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinado ao II Plano de Metas Governamentais — PLAMEG II — 79/83, tendo

PARECER, sob nº 1.208, de 1981, da Comissão.

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro-a encerrada.

A Presidência deixa de submeter a matéria a votos, em virtude da falta de “quorum”, em plenário, para deliberação, ficando sua votação adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Item 32:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 261, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu parecer nº 1.435, de 1981), que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 1.394.841.410,46 (um bilhão, trezentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e dez cruzeiros e quarenta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.436 e 1.437, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça* — 1º **Pronunciamento**: solicitando informações complementares do Governo do Estado de Minas Gerais e do Banco Central do Brasil, com voto vencido do Senador

Hugo Ramos; 2º **Pronunciamento** (atendidas as informações): pela constitucionalidade e juridicidade.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada, ficando a votação adiada para a próxima sessão, em virtude da falta de “quorum”.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 183, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.098, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 29.364.200,00 (vinte e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 1.099, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 123/82, do Senador Dirceu Cardoso, de audiência da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 258, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.424, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Boca do Acre (AM) a elevar em Cr\$ 8.613.200,00 (oito milhões, seiscentos e treze mil e duzentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.425 e 1.426, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e

— de *Municípios*, favorável.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 266, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.452, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Catanduva (SP) a elevar em Cr\$ 39.300.000,00 (trinta e nove milhões e trezentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.453 e 1.454, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 25, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 145, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Alexânia (GO) a elevar em Cr\$ 7.279.000,00 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 146 e 147, de 1982, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso; e

— de *Municípios*, favorável.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 33, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 189, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Itapira (SP) a elevar em Cr\$ 29.745.360,00 (vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 190 e 191, de 1982, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 38, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 279, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta

e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 280 e 281, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 108, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 713, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 10.027.899.259,79 (dez bilhões, vinte e sete milhões, oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros e setenta e nove centavos), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 714, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 240, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.342, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Coxim (MS) a elevar em Cr\$ 12.356.000,00 (doze milhões, trezentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.343 e 1.344, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e
- de *Municípios*, favorável.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 30, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 178, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína (GO) a elevar em Cr\$ 159.638.841,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 179 e 180, de 1982, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso; e
- de *Municípios*, favorável.

10

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 80, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 423, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Tocantinópolis (GO) a elevar em Cr\$ 43.371.328,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e um mil, trezentos e vinte e oito cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 424 e 425, de 1982, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 218, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.270, de 1981), que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 988.603.570,49 (novecentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e três mil, quinhentos e setenta e quatro cruzeiros e quatrocentos e nove centavos), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 1.271, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 221, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.276, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$ 25.239.000,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e trinta e nove mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 1.277, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

13

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 14, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 39, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Jaciara (MT) a elevar em Cr\$

360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 40 e 41, de 1982, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

14

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 59, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 334, de 1982), que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 29.079.200.000,00 (vinte e nove bilhões, setenta e nove milhões e duzentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER sob nº 335, de 1982, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

15

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 102, de 1982 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 530, de 1982), que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinada a projetos de saneamento básico e a investimentos na Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, tendo

PARECER, sob nº 531, de 1982, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso.

16

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 91, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 488, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Sousa (PB) a elevar em Cr\$ 57.600.000,00 (cinquenta e sete milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 489 e 490, de 1982, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso; e
- de *Municípios*, favorável.

17

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 188, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.116, de 1981), que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.435.641.087,00 (um bilhão, quatrocentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e um mil e oitenta e sete cruzeiros), tendo

PARECER, sob nº 1.117, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

18

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 184, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.100, de 1981), que autoriza o governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 393.810.000,00 (trezentos e noventa e três milhões, oitocentos e dez mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 1.101, de 1981 da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

19

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 273, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.473, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 4.182.160.000,00 (quatro bilhões, cento e oitenta e dois milhões, cento e sessenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.474 e 1.475, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

20

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 24, de 1982), que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 2.022.956.612,82 (dois bilhões, vinte e dois milhões, novecentos e cinquenta e

seis mil, seiscentos e doze cruzeiros e oitenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 25, de 1982, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

21

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 61, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 352, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 319.360.800,00 (trezentos e dezenove milhões, trezentos e sessenta mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 353 e 354, de 1982, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso; e

— de *Municípios*, favorável.

22

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 106, de 1982 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 546, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), destinada à implementação de obras da linha leste-oeste do Metropolitano de São Paulo, tendo

PARECERES, sob nºs 547 e 548, de 1982, da Comissão:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso; e

— de *Municípios*, favorável.

23

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 107, de 1982 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 549, de 1982), que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) destinado ao programa de investimentos urbanos, tendo

PARECERES, sob nºs 550 e 551, de 1982, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso; e

— de *Municípios*, favorável.

24

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 202, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu parecer nº 1.207, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinado ao II Plano de Metas Governamentais — PLAMEG II — 79/83, tendo

PARECER, sob nº 1.208, de 1981, da Comissão.

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

25

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 261, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu parecer nº 1.435, de 1981), que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 1.394.841.410,46 (um bilhão, trezentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e dez cruzeiros e quarenta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.436 e 1.437, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça* — 1ª *Pronunciamento*: solicitando informações complementares do Governo do Estado de Minas Gerais e do Banco Central do Brasil, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; 2ª *Pronunciamento* (atendidas as informações): pela constitucionalidade e juridicidade.

26

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável;

— de *Saúde*, favorável; e

— de *Finanças*, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

27

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável; e

— de *Finanças*, favorável.

28

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e

— de *Educação e Cultura*, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

29

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável.

30

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável; e

— de *Finanças*, favorável.

31

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*;

— de *Legislação Social*;

— de *Serviço Público Civil*; e

— de *Finanças*.

32

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 40, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 318, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 319 e 320, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 309/81, de autoria do Senador Dirceu Cardoso, de reexame da Comissão de Constituição e Justiça.)

33

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 e 576, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável;

— de *Serviço Público Civil*, contrário; e

— de *Economia*, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 15 horas e 4 minutos.*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 19-5-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EVANDRO CARREIRA (Para discutir o projeto.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As razões e os argumentos se arrumam de várias formas e matizes, repudiando o projeto em discussão.

Até agora, não tive oportunidade de ouvir uma voz, sequer, mesmo isolada, que acesse em defesa do projeto.

Entre os argumentos, figuram os do ilustre Senador Roberto Saturnino que, com muita propriedade, esmiuçou, minudenciou o projeto e concluiu, cristalinamente, que a compra de escadas ultra-sofisticadas, de automóveis capazes de deslocar duzentos quilômetros por hora, com 450 HP de força, de mangueiras suficientes para projetar um jato de sete mil e quinhentos litros por minuto, não vai funcionar. Por quê? Porque falta água nos hidrantes.

Mas, Srs. Senadores, isto parece até um conto kafkiano, parece até um mundo de loucura, algo assim fantasmagórico. Nós estamos aqui discutindo um projeto que pretende vinte milhões de dólares. Isto multiplicado por duzentos e cinquenta — porque ninguém consegue dólar no mercado paralelo por menos de duzentos e cinquenta cruzeiros, que é quanto está custando um dólar — indiscutivelmente chega à casa dos bilhões de cruzeiros, exatamente para comprar uma parafernália, um instrumental, que não vai funcionar. Por quê? Porque não tem hidrante nem tem água. E as ruas do Rio de Janeiro não permitem o tráfego de um automóvel, um veículo que se move por si mesmo nessa velocidade, nem a cinquenta quilômetros por hora, a não ser que para tal, venhamos a construir viadutos especiais. Depois, mesmo que se locomovessem, o tamanho desses utensílios é tão grande que sentem dificuldade para manobras em ruas estreitas, não acessíveis. Nós estamos, então, fazendo o quê? Estamos discutindo um projeto cuja finalidade é inócua, não vai funcionar, mesmo que este dinheirinho ou este dinheirão seja de fato entregue com honestidade, com toda a idoneidade, o que eu ponho em dúvidas, em virtude de estar sujeito à máquina corruptora e corrupta do Governo Chagas Freitas, no Rio de Janeiro, fabricando eleitores para o seu áulico principal, o seu afilhado querido que teve a coragem de, na televisão, declarar em cadeia, quase que nacional, que o Sr. Chagas Freitas não era do PMDB. E eu acabo de ouvir a declaração peremptória, eloquente, irretorquível do ilustre Senador Paulo Brossard, homem da maior honestidade. S. Ex^a declarou, por duas vezes e seguidamente: "O Sr. Chagas Freitas, que é do PMDB; Governador, que é do PMDB, no entanto, voto contra". Quer dizer, acaba de passar o atestado de que o Sr. Chagas Freitas é do PMDB. Mas, o Sr. Miro Teixeira, na televisão, teve o descaramento, o cinismo de tentar iludir a Nação inteira, dizendo que nada tem a ver com o Sr. Chagas Freitas, que ele não é do seu Partido, apenas é um amigo muito particular e as audiências que dava ao lado, em sala contígua à do Governador do Rio de Janeiro, não eram audiências, mas visitas. Quando na verdade todo mundo sabe que o Sr. Miro Teixeira é uma corruptela do Sr. Chagas Freitas.

Então, Sr. Presidente, mesmo que esse dinheiro fosse colocado obediente à especificação prevista no projeto, não funcionaria, porque o Rio de Janeiro não oferece condições para tal. No entanto, o Corpo de Bombeiros poderia funcionar a todo vapor, não a 200 quilômetros correndo pela Avenida Vieira Souto, mas funcionando mesmo, apagando incêndio, se houvesse um abastecimento d'água capaz de fornecer o líquido precioso. Não é preciso um importe de 20 milhões de dólares para a aquisição de mangueiras novas, mas o bastante contido na taxa de incêndio, que já é cobrada, conforme declarou o ilustre Senador Roberto Saturnino, ao discutir o projeto.

Bastaria, então, que o Corpo de Bombeiros possuísse hidrantes suficientes, água nas torneiras em abundância, nos hidrantes, e possuísse carros, não meteorizados, não bólidos capazes de chegar em dois segundos, de um extremo ao outro. Não! Mas carros leves capazes de se locomoverem, se possuísse também um serviço de informação apto para orientar imediatamente o Corpo de Bombeiros, para a prestação de socorros.

Sr. Presidente, se tudo isto acontecesse, não haveria a menor necessidade de onerarmos nossa dívida externa com mais esses 20 milhões de dólares, que não temos certeza se serão de fato colocados com seriedade. Esta é que é a

verdade. O Governo Chagas Freitas não nos merece confiança para tal. Nós sabemos disto. Esse dinheiro talvez, seja todo usado na campanha do Sr. Miro Teixeira, para embandeirar Copacabana inteira, favorecendo, assim, sua máquina de bicheiros e quejandos, com o objetivo de ganhar a eleição.

Ouvimos a análise fria, criteriosa e, acima de tudo, percuciente, do Senador Roberto Saturnino, Senador há sete anos nesta Casa e que conhece o Rio de Janeiro como a palma de sua mão, porque lá nasceu, viveu e foi criado. S. Ex^a acaba de nos mostrar que a solução para apagar incêndio no Rio de Janeiro não está nesse empréstimo, está na aplicação honesta da taxa de incêndio que é arrecadada, mas desbaratada, disvirtuada. Esta é que é a verdade.

Depois ouvimos o ilustre Senador Dirceu Cardoso. S. Ex^a, como sempre, arrima-se no seu argumento maior e que é o mais sólido, Sr. Presidente. Inquestionavelmente é o argumento substancial de toda essa contenda: o de que os empréstimos são inflacionários. O Governo não tem cobertura, ouro; a Nação não tem lastro para estar fornecendo esses empréstimos. Não é de hoje que o Senador Dirceu Cardoso...

O Sr. Dirceu Cardoso — Há 3 anos!

O SR. EVANDRO CARREIRA — Exatamente. Há 3 anos que ele se bate nesta Casa. Empunhou o Vético de combate a esses empréstimos, sob a alegação de que são inflacionários. Já nos trouxe documentação do Banco Central. O próprio Ministro Ernane Galvêas já declarou pela imprensa, em alto som que, de fato, os empréstimos são inflacionários. Eles injetam dinheiro no meio circulatório e, com isso, provocam inflação, inflação que deteriora, que desgasta, que dilapida a economia popular, tumultua os orçamentos, provoca a anarquia financeira e econômica do País. E mostra que, diante das nossas decisões, ao concedermos empréstimos, o Governo é obrigado a pôr em funcionamento a guitarra da Casa da Moeda.

Outrora, Sr. Presidente, quando se surpreendia algum marginal fabricando dinheiro em casa, depois de elaborar através de anos e anos de pesquisa uma guitarrinha, que não era movida a mil mãos, mas apenas a dele e, às vezes, da própria parceira, largando cem ou duzentas cédulas por mês, muito bem confeccionadas, este tipo era levado ao pelourinho. Hoje, são os Srs. Senadores, hoje somos nós, cada um de nós ajudando a virar essa guitarra, a inflacionar. Porque a Nação, ao proibir a falsificação do dinheiro, da moeda nacional, não o fazia pelos simples fato de alguém se tornar rico ilicitamente, não, o crime maior residia exatamente no insulto à economia popular. Era um crime triplo, mas a faceta mais perigosa estava, exatamente, no que ele provocava de distúrbio, de desequilíbrio no orçamento do próprio Governo, porque era uma moeda que entrava em circulação sem o conhecimento do Estado, sem o devido registro, desnortando toda a contabilidade nacional. Mas, hoje, somos nós, os Senadores, que partimos para a fabricação de dinheiro, inflacionando.

Depois, ouvimos o ilustre Senador Paulo Brossard que disse com muita propriedade: "Se, por princípio, eu acordasse com empréstimos externos, votaria, mas sou, por princípio, contra empréstimos externos". Muito bem e acertadamente S. Ex^a assim se expressa, porque o empréstimo externo é muito mais inflacionário, muito mais prejudicial à economia nacional. E S. Ex^a diz que vai votar contra.

No entanto, Sr. Presidente, observou-se uma gradação e quero, exatamente contribuir o último degrau dessa gradação; quero dizer que sou, por princípio e por suspeita, suspeita de que esse dinheiro seja jogado eleitoralmente, seja desvirtuado, sou também contra, não permanecendo no plenário para não dar *quorum*, porque não adianta dizer que é contra, votar contra e permanecer no plenário. Não adianta, por quê? Porque se há necessidade de 34 Senadores em plenário para deliberar, e sei, de antemão, que a minha presença vai colaborar para que seja alcançado este número, ou ultrapassado apenas em dois ou três, e eu permaneço, estou de qualquer maneira votando favoravelmente ao projeto.

O Sr. Dirceu Cardoso — Muito bem! Muito bem!

O SR. EVANDRO CARREIRA — Porque sei, de antemão, que o Governo tem compromissos com o projeto e não abre mão, agindo assim com muita sabedoria e eu não condeno o Governo porque ele, nesta oportunidade, prova que o acordo existe e, no fundo, há um acordo entre o PMDB do Rio de Janeiro e o Governo Federal — porque se o Governo não quisesse, não permitiria e torpedeava esse projeto. Mas não o torpedeou porque tem interesse em mostrar que o PMDB caminha vinculado ao PDS, dependendo dele. No fundo quer a mesma coisa; quer o poder apenas para mudar os figurantes. O andar vai continuar o mesmo, não vão transformar coisa alguma, enquanto nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos uma transformação social, queremos uma modificação para que se alcance uma verdadeira Jus-

tiça Social, e nós observamos que na proposta dos outros partidos pequenos, como do próprio PTB e do PDT, há esse interesse de transformar para encontrarmos o novo caminho. Mas, o que o PMDB quer, no fundo, é a mesma coisa que o PDS quer, e o PDS está provando, através da habilidade dos seus estrategistas políticos, dos seus Líderes, quando obteve esse acordo, como disse o ilustre Senador Dirceu Cardoso, esse arco de aliança, esse conúbio, onde lá, no frontespício, no ápice da curva, lá está o Sr. Chagas Freitas, vestido à romana e com uma coroa à Calígula. (*Muito bem!*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 20-5-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EVANDRO CARREIRA (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O meu pronunciamento nesta tarde é mesmo inadiável, se encaixa perfeitamente no grande quebra-cabeças que estamos querendo juntar, que é a trama sinistra, a urdidura criminosa se articulando por todos os lados, de todos os modos, para perturbar essa abertura tão ansiada e tão esperada pelo povo brasileiro.

O que mais nos surpreende é que o comportamento de uma suposta direita incoformada com a abertura, se acasala ao comportamento de homens que sempre pareceram ajustados ao sistema e à nomenclatura que nos dirige. É o caso específico do Pará. Não se compreende, por exemplo, que o Sr. Governador do Pará tome posições dessa natureza se juntando a essa criminalidade que tenta perturbar o processo de desenvolvimento democrático do País.

Sr. Presidente, o que eu trago hoje, aqui, é uma peça importante, não se dirige especificamente a políticos, mas ao clero. Está dirigida nos seguintes termos:

“Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Por que denegrir os altos dignitários da Igreja?

Por que vilipendiar os representantes do povo eleito em pleito direto?”

Procurei, exatamente, mostrar a consonância que há neste denegrir da Igreja e nos políticos que, eleitos em pleito direto, estão lutando agora pela abertura.

“O panfleto que agora vos mostro, consta ter sido preparado pela Arquidiocese de Manaus, e editado pela Editora Paulinas de São Paulo. Sabemos que a Editora Paulinas funciona sob a responsabilidade de Dom Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo, não o tendo imprimido, naturalmente. Sabemos também que a Arquidiocese de Manaus nada tem a ver com a concepção deste panfleto.

Por que esta adulteração? Por que esta falsificação?

Os dois Padres que se encontram presos em Belém, tiveram seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional e prisão decretada baseada na tradução de um relato de uma reunião pastoral.

A tradução foi contestada pelo advogado de defesa dos eclesiásticos, e a tradutora juramentada teve que admitir seus erros, retificando passagens importantes do texto.

Sempre, em período de crise, aqueles que estão apegados aos seus privilégios materiais, insurgem-se contra as mudanças, as alterações no comportamento do segmento dominado da população.

Não pensem que este impresso discute a situação do homem da Amazônia, que trata da vida do seringueiro, que disserta sobre as populações ribeirinhas, sobre os indígenas.

Não trata também do desmatamento da hileia, do uso da queimada que tudo destrói.

Enfim não coloca o problema da estrutura fundiária, não fala do grileiro, nem sequer menciona a Zona Franca. Claro está que o problema Jari não é referido.

Mas afinal o que é este impresso? Este impresso mistura as técnicas de literatura de cordel com as formas utilizadas em revistas pornográficas.

É um conto onde a boa Freira denuncia o Padre e o Bispo que são ovelhas negras. Denúncia feita depois de ter participado, a convite dos padres, de uma reunião da Pastoral da Terra, onde a Freira descobre que o Padre e o Bispo são comunistas. Neste ponto fica clara a visão estreita daqueles que só

vêm comunistas, não entendendo a missão pastoral e evangelizadora da Igreja, que, a partir de João XXIII, procura conscientizar o povo de Deus a lutar contra as discriminações e desníveis sociais.

Quando, no período negro do regime militar autoritário, a censura previa baniu o Arcebispo de Recife Dom Helder Câmara dos jornais, das revistas, das emissoras de rádio e TV, não havia necessidade de panfletos iguais a este.

Na época, os meios de comunicação eram obrigados a divulgar as mentiras do governo.

Quando o Estado autoritário limitava ao máximo as manifestações da Igreja, que não concordava com os desrespeitos aos direitos dos homens, as torturas impostas aos presos políticos, não havia necessidade destes panfletos.

Quando a censura à imprensa vedava o direito de expressão até da Igreja, só restando as cartas pastorais e os sermões, não havia necessidade destes panfletos.

Quando a máquina burocrática do Executivo em manobra sorrateira cassou o registro da Rádio 9 de julho, da Arquidiocese de São Paulo, não houve necessidade de panfletos apócrifos.

Estes panfletos não existiam quando o general de quatro estrelas que ocupava a Presidência indicava os Governadores-interventores, nem tampouco quando o Ato Institucional nº 5 — ato de força e arbítrio — cassava mandatos de eleitos pelo voto direto, que representavam a legítima soberania popular.

Hoje, estes panfletos existem porque, depois do incidente de trabalho da bomba do Rio-Centro, as bancas de jornais — que vendiam jornais alternativos — não podem ser mais atacadas. Depois desse grave episódio, não houve mais bombas na Câmara Municipal do Rio, nem falsos petardos aqui no Senado. Assim mesmo, no Piauí, um jornal foi alvo de um atentado recentemente.

O prolongamento da trégua dependerá do resultado das eleições. Não devemos nos enganar. Por que soltar bombas em jornais, na Ordem dos Advogados do Brasil? Por que conceber panfletos? Todas essas formas de agressão visam impedir o avanço da democracia, a livre expressão das idéias, cercar o direito de reunião.

Estas forças reacionárias que agora investem contra a Igreja que luta pelos pobres, contra a Igreja de Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino e Dom Evaristo Arns, Sr. Presidente, por mais que esperneiem não conseguirão deter a marcha do povo brasileiro no rumo de sua emancipação.

O próprio Cardeal Primaz do Brasil, Dom Avelar, veio a público condenar formalmente essas ignomiosas tentativas da extrema direita de conspurcar o nome de pessoas honestas e dedicadas à causa dos trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores, consciente da existência e organização destas obscurantistas, leva avante seu programa, lutando pela verdadeira transformação democrática da sociedade brasileira, e pela extinção progressiva das desigualdades sociais.

O Partido dos Trabalhadores luta pela revogação da Lei de Segurança Nacional pelo direito de greve, não simplesmente através de discursos de parlamentares, mas pelas mãos rudes dos metalúrgicos, pelo braço forte dos posseiros, pela vontade inquebrantável do povo brasileiro que aspira por uma sociedade mais justa.

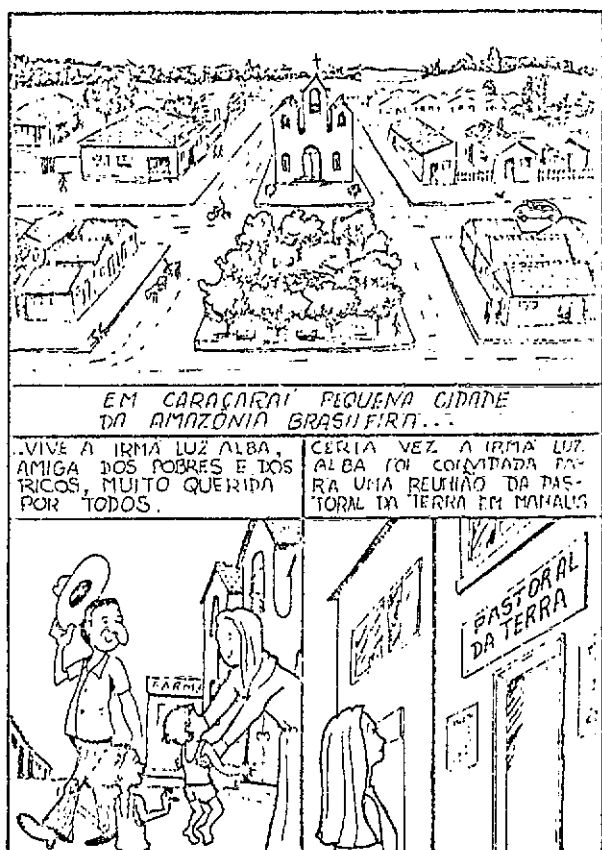
Sr. Presidente, o panfleto vai anexo ao discurso como um documento que integrará o grande quebra-cabeças que nós estamos juntando, desvendando e elucidando, e só tem um objetivo: impedir as eleições de 1982. Há qualquer coisa urdida nos bastidores, há uma trama sinistra e poderosa, porque anúncio de jornal como ocorreu com o nobre colega Senador Franco Montoro e a ilustre teatróloga Ruth Escobar, isto, simplesmente não pode acontecer.

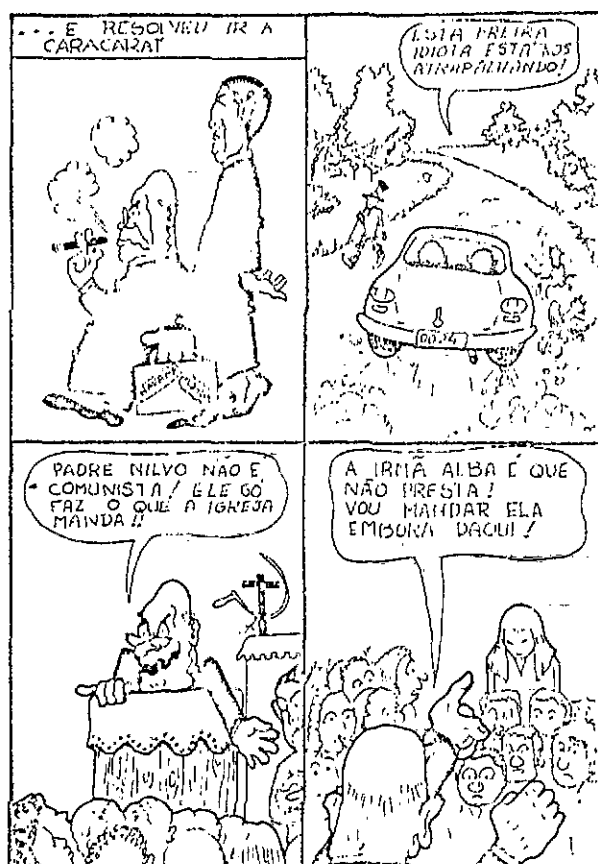
Há uma simultaneidade; há, portanto, um organismo e um comando. Existe uma chefia deste plano e ele tem um comando, um comando que se opõe frontalmente à disposição do Presidente da República de promover a abertura democrática no País, a que todos nós temos que nos juntar e apoiá-lo no sentido de que este fato se concretize.

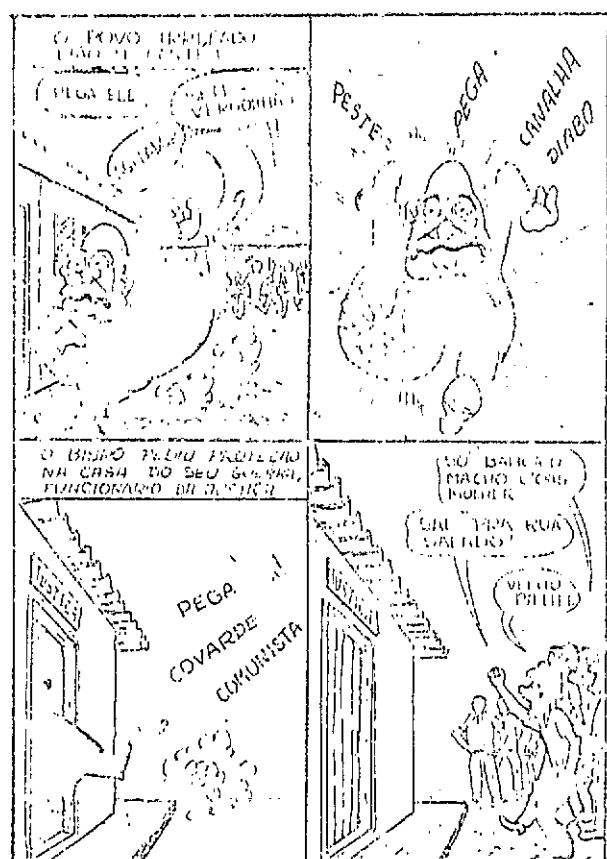
Não podemos permitir que um emaranhado de procedimentos, aqui e acolá, possa gerar um clima para impedir as eleições de 1982. O objetivo é este: impedir as eleições de 1982.

Sr. Presidente, aqui fica, portanto, mais esse tijolo para a elucidação do crime que se pretende perpetrar contra a Nação. (*Muito bem!*)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EVANDRO CARREIRA EM SEU DISCURSO:







DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 20-5-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EVANDRO CARREIRA (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não podemos deixar de nos engajar nessa luta hercúlea, nesse labor de titã que vem exercitando o ilustre Senador Dirceu Cardoso. No momento, ele requer audiência da Comissão de Finanças e o faz com muita propriedade quando é o próprio Regimento Interno que prevê audiência desta Comissão, porque se trata de matéria exclusiva de sua competência. No entanto, no bojo do projeto, não aparece a manifestação da Comissão de Finanças, e sim de Economia, e ele o faz num esforço de repor as coisas nos seus devidos lugares.

Não podemos deixar de ser favoráveis a esse requerimento, ele se faz necessário, é era preciso que o Senado compreendesse a importância do fato. Não há nada mais importante do que a obediência à lei, ao regulamento; nós temos uma norma diretiva, uma cartilha a obedecer nesta Casa. O caos da ordem civil é sempre decorrente do caos da ordem jurídica...

O Sr. Dirceu Cardoso — Muito bem!

O SR. EVANDRO CARREIRA — ... e a ordem jurídica se ampara na lei, na existência da lei. Pode ela, às vezes, nos prejudicar, distorcer até mesmo os nossos interesses mas deve ser obedecida. O império da lei é importante, é fundamental. Cito, como exemplo, dentro do próprio *metier*, da minha Liderança, que é a interpretação das causas e das reivindicações dos trabalhadores, um fato ocorrido no Século XIX: os patrões advogavam a liberdade contratual amparados na responsabilidade moral de cada um, no livre exercício da atividade profissional, num direito humano de contratar, de ser livre, completamente livre, tudo isto comportado no *laissez-faire, laissez-passer*, do liberalismo, sem maiores contenções. Exatamente mercê desta interpretação, da liberdade total do indivíduo, é que o patrão fazia os contratos vis e levava o trabalhador a aceitar contratos de dezesseis horas por um salário miserável, espoliativo.

E dia então, na ocasião, o grande Lacordaire: "Na liberdade contratual é exatamente a lei que liberta, é a liberdade que escraviza; é a lei, o império da lei que liberta". E foi preciso, então, que se começasse a grande luta para que se estabelecesse um salário mínimo e sua legislação, o império da lei do salário mínimo, a fim de que o trabalhador, mercê das contingências de sobrevivência, não fosse obrigado a pactuar, a acordar contratos vis, iníquos; então, era obrigado a fazer contratos que lhe obrigava a trabalhar quatorze ou dezesseis horas por dia, por metade, por 1/5, por 1/10 do salário conveniente.

É exatamente o império da lei, o império da norma que nos rege que estou arguindo, nesta hora; a aquiescência do Senado para que se rompa com essa praxe de ouvir a Comissão de Economia nos projetos de empréstimos, quando quem tem competência privativa exclusiva é a Comissão de Finanças. Faz-se necessário que o contrato de empréstimo seja submetido à apreciação da Comissão de Finanças; se externo ou interno, não importa; o que não pode é ser apreciado pela Comissão de Economia. Se esses contratos precisam ser estudados por alguma Comissão que trate dos aspectos econômico e contábil obrigatoriamente será a Comissão de Finanças que será ouvida, nunca a de Economia.

São esses os motivos que eu registro para pedir à Casa que se faça uma autocrítica e uma análise séria do nosso comportamento. Nós, ao tergiversarmos, ao contemporizarmos, ao desbordarmos a obediência ao cumprimento do Regimento, estamos com isso facilitando esse caos social, que é uma decorrência do caos jurídico. E ninguém mais do que nós, Senadores da República, aqui nesta augusta Casa, precisa dar um exemplo de rigidez absoluta, inflexível na observância do Regimento; poderíamos chegar até a pormenorizá-lo, a minudenciá-lo, para que nos tornássemos no espelho onde toda a sociedade pudesse se inspirar e se exemplificar.

O Sr. Dirceu Cardoso — Muito bem!

O SR. EVANDRO CARREIRA — Sr. Presidente, sou favorável ao requerimento e concito os meus pares a também o serem, a fim de que possamos cumprir o Regimento: *(Muito bem!)*

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 24-5-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EVANDRO CARREIRA — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O fato notório, desta tarde, foi tomarmos conhecimento do transcurso da data natalícia do ilustre Senador Gabriel Hermes, completando 73 anos, o

que não parece dada a sua jovialidade e aparência de menino. Acreditamos que tudo decorra da sua despoluição; Gabriel Hermes é um homem que não fuma nem bebe, é vegetariano e a sua tranqüilidade contagiante fá-lo viver uma vida serena e pura.

E foi exatamente evocando essa despoluição do ilustre Senador Gabriel Hermes, que me ocorreu abordar um fato que está angustiando as populações que margeiam o Rio Paraíba e o Rio Paraíba do Sul, população que ascende a um milhão e meio de habitantes. Um milhão e meio de habitantes, de seres vivos, que ficaram à mercê de uma barragem construída a trouxe-mouxe, feita à socapa, sem o menor arrimo capaz de suportar o peso de 20 milhões de metros cúbicos de líquido e material poluente como cádmio, zinco e chumbo. Rompeu-se a barreira da Companhia Paraíba de Metais, localizada nas proximidades do Córrego Três Pontes, um afluente do Paraíba, que por sua vez é afluente do Rio Paraíba. Ao se partir aquela barreira feita de argila, terra e areia, sem a menor segurança, todo o poluente é a represa venenosa rompeu-se e se derramou sobre o córrego, num total de dezoito milhões de metros cúbicos de veneno. Sr. Presidente, consideremos a quantidade de material poluente: dezoito milhões de metros cúbicos! O fato ocorre justamente quando a humanidade toda se debruça, em Nairóbi, sobre problemas ambientais. A propósito, leio o que diz o *Jornal da Tarde* do dia 17 deste mês:

Campanha ecológica dos países desenvolvidos contra a devastação ambiental em curso nos países subdesenvolvidos "defende a preservação de uma paisagem onde não há lugar para um personagem em extinção: o homem. Se a campanha não mudar de enfoque, paisagem e homem se aniquilarão, mutuamente, destruindo até o final do século as esperanças de uma vida condigna no próximo milênio" — sustenta hoje em Nairóbi a delegação brasileira à conferência especial da ONU sobre os dez anos da Declaração Mundial do Meio Ambiente Humano.

Chefiada pelo embaixador do Brasil no Quênia — Estado africano que sedia há quase uma semana mais de três mil delegados de 140 nações signatárias da Declaração, celebrada em Estocolmo, Suécia, em 1972 —, a delegação brasileira é formada por diplomatas do Itamaraty, técnicos do CNPq e da SEMA, Secretaria Especial do Meio Ambiente. Esta última, representada pelo professor Paulo Nogueira Neto, leva à conferência mundial uma importante novidade: a de que o Brasil não é mais aquele país que em 1972 abria os braços à poluição do progresso, "pois esta só nos trouxe o agravamento de problemas internos, redistribuindo democraticamente o veneno e o lixo e concentrando os benefícios e lucros decorrentes da rápida industrialização nacional".

O JT ouviu o Itamaraty, a SEMA, o CNPq e outras entidades que formam a delegação, antes que esta embarcasse para Nairobi, para traçar um balanço preliminar do encontro, tentando avaliar sua importância e impacto real. E soube, através do Ministério de Relações Exteriores, que o Brasil defenderá nas sessões de hoje (dia mais decisivo dessa Sessão de Caráter Especial do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA) a adoção de medidas práticas para "retirar o assunto proteção ambiental da esfera das boas intenções e enquadrá-lo no rol das obrigações práticas de cada país".

Esta é a declaração de intenções da Delegação Brasileira que compareceu à reunião de Nairobi, quando, exatamente no dia 17, deixava claro que precisamos sair das intenções e partir para a prática.

No entanto, Sr. Presidente, os fatos negam estas intenções do Governo. E para fazer justiça ao comentarista Joelmir Beting, vamos ler o que está inserido no *Jornal de Brasília*, do dia 21 de maio de 1982, sob o título "O lixo mental";

O lixo mental

A contaminação industrial do Rio Paraíba do Sul, desastre ecológico de dimensão federal, coincide com a realização da Conferência Mundial do Meio Ambiente, patrocinada pela ONU.

Alguém, por acaso, apenas por acaso, tomou conhecimento da conferência da ONU, a quinta do gênero? Pois ela aconteceu na semana passada, em Nairobi, no Quênia, com a participação de representantes de 145 países.

Acho que o Brasil se fez representar.

Inegavelmente se fez. Está aí a notícia do *Jornal da Tarde*, que eu acabei de ler.

Recado maior da ecologia mundial: a poluição nuclear é o boi de piranha que salva a pele da boiada devoradora da biosfera planetária. Essa boiada repelente, que cruza o rio das nossas vidas um pouco acima da carcaça do boi de piranha, é a infestação química do ar, da água, dos materiais, dos alimentos, das pessoas, das plantas e dos animais.

A culpa não é da indústria em geral. A culpa é dos homens desleixados que operam as fábricas de todos os ramos, dos homens despreparados que manipulam os elementos químicos, dos homens indiferentes que controlam ou fiscalizam os produtos, os serviços e os negócios da indústria moderna.

Estamos apavorados com os riscos da radiação atômica dos reatores, das usinas, das ogivas, das bombas, com razão.

Mas estamos completamente descuidados diante das agressões intermitentes e capilares da química cotidiana, com sua massa errêdia e nômade, que se entrecruza, entrecruza e se transmuta em elementos que escapam ao controle e até ao entendimento do cientista mais atento.

O planeta vai acabar envenenado com a própria saliva.

O desastre do rio Paraibuna do Sul, que começou no riacho Três Pontas e vai acabar no Oceano Atlântico, tem explicação cândida: rompimento da barragem de terra batida que armazenava a sucata altamente tóxica da Companhia Paraibuna de Metais.

A incompetência começa na solução encontrada pela empresa, a do depósito a céu aberto de efluentes indestrutíveis, reservatório ligado a cursos d'água que fazem uma bacia que abastece meio milhão de brasileiros. E não apenas de água, também de peixe.

A incompetência prossegue na adoção generalizada, por fábricas de todos os tipos, desse modelo de solução preguiçosa. Caso, por exemplo, das usinas de açúcar e de álcool, na mesma região do norte fluminense, com sua portentosa emissão de vinhoto em bruto.

O mundo inteiro ostenta cicatrizes terríveis de desastres ecológicos que dizimaram flora, fauna e gente.

Centenas de japoneses morreram intoxicados por mercúrio de uma fábrica de celulose na Baía de Minamata. Centenas de americanos sofreram o mesmo desastre na ingestão de lagostas e camarões do Maine, infestados por metais pesados despejados na Costa Leste dos Estados Unidos pela indústria americana e canadense.

A destruição gasosa da cidade italiana de Seveso rendeu bom filme de ficção.

No Brasil, filmes de horror poderiam ser enredados a partir de pelo menos meia dúzia de grandes acidentes industriais ou desastres ambientais.

O derrame de amônia no rio Jaguari, em Americana, São Paulo, quase envenenou a população da cidade, em 1977. Na mesma época, a Companhia Química do Recôncavo contaminou duas mil pessoas na favela dos Alagados, com seu vazamento de cloro gasificado. Na favela de Palafta, vulcão de poluição orgânica da água, só faltava essa bela dose de poluição química do ar.

Em Porto Alegre, a indústria de celulose Borregaard encheu o Guaíba de mercúrio e repetiu a dose em 1979, quando, já de nome trocado para Riocell, derramou lixívia negra na Lagoa dos Patos.

E o que dizer da poluição crônica dos nossos animados distritos industriais, liderados por Cubatão, Contagem, Camaçari, Santo André ou Duquê de Caxias?

O caso de Cubatão, na Baixada Santista, é um escândalo planetário. Já virou cobaia, objeto da curiosidade acadêmica de biólogos, geneticistas, químicos e advogados de meio mundo, que andam fazendo estágio, na surdina, pelas pensões da área.

Uma agressão ambiental cometida, impunemente, por empresas nacionais, estatais e multinacionais.

Primeira desculpa: a sujeira industrial vai para a categoria da poluição da riqueza dentro de um Brasil que ainda deve combater, com casca e tudo, a poluição maior, a da pobreza estrutural e endêmica.

Segunda desculpa: a empresa nacional não tem dinheiro para limpar o esgoto e filtrar a chaminé, muito menos para substituir a maquinaria ou modernizar o processo.

Terceira desculpa: a empresa estatal não tem tempo para higienizar a operação do patriótico empreendimento.

Quarta desculpa: a multinacional cumpre a lei e não pode ser cobrada por uma lei mal colocada, quando bem fiscalizada, com sua multa de esmola de porta de igreja.

A mãe e mestra da poluição industrial é a impunidade da norma técnica que não existe, da lei que não funciona, da fiscalização que não aciona, da indenização mais barata do que a reciclagem das emissões, da cobrança política desviada para outros vazios e desvios da vida brasileira.

Somos o paraíso do rigoroso inquérito e estamos conversados.

O protesto público fica por conta de uma passeata de meio milhão de ativistas ecológicos, depois de quarenta dias de mobilização.

Passeata, se não chover.

Enquanto isso, na esquina mais próxima da manifestação ambientalista, um caminhão-tanque passeia sua carga mortífera pelo centro da cidade — porque temos indústrias corrosivas e abrasivas no centro da cidade.

Mais ao fundo, no depósito da avenida, operários morrem intoxicados na manipulação de produtos químicos embalados em sacos de estopa.

Sr. Presidente, peço que o artigo seja todo considerado como lido. (*Pausa.*)

Venho, agora, para uma notícia inserta no *Jornal do Brasil* de ontem, dia 23, domingo.

Com o maior descaramento, o Governo de Minas Gerais declarava o seguinte:

Belo Horizonte — Embora o Governo de Minas já tenha decidido que não aplicará penalidades fiscais à Companhia Paraibuna de Metais — como faculta o artigo 16 da Lei Estadual de Proteção Ambiental — a empresa não está livre dessa punição. Os municípios poderão exigir indenizações, baseados na Lei Federal nº 6.938/81, de política nacional do meio ambiente.

— Não vamos aplicar multas à empresa, pois a maior penalidade que podíamos impor já o fizemos, que é a paralisação por 15 dias — comentou o Secretário de Ciência e Tecnologia de Minas e Presidente da Comissão de Política Ambiental, Togo Nogueira de Paula. Ele não manifestou qualquer iniciativa em oferecer assistência aos municípios para acionar judicialmente a empresa como está fazendo o Diretor da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Rio, Victor Coelho.

Sr. Presidente, isto é inominável, uma empresa acumula 20 milhões de metros cúbicos de veneno num tanque improvisado, de terra batida, sujeito a se derramar para um rio em cujas margens habitam um milhão e meio de seres humanos e, depois, fica tudo por isso mesmo. Basta a penalidade de 15 dias por não funcionamento, como se isso fosse resolver o problema.

Estamos decepcionados com o Governo de Minas Gerais, principalmente com o seu setor de produção ao meio ambiente. É lastimável que essa empresa não receba a devida punição para que se crie uma exemplificação e, de uma vez por todas, essas intenções da Delegação Brasileira na Conferência de Nairobi se concretize com fatos e atitudes, corrigindo os erros que o progresso desproporcional e antropofágico provoca, poluindo e destruindo o ambiente do homem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EVANDRO CARREIRA EM SEU DISCURSO:

OPINIÃO ECONÔMICA

O lixo mental

A contaminação industrial do Rio Paraíba do Sul, desastre ecológico de dimensão federal, coincide com a realização da Conferência Mundial do Meio Ambiente, patrocinada pela ONU.

Alguém, por acaso, apenas por acaso, tomou conhecimento da conferência da ONU; a quinta do gênero? Pois ela aconteceu na semana passada em Nairobi, no Kenia, com a participação de representantes de 145 países.

Acho que o Brasil se fez representar.

Recado maior da ecologia mundial: a poluição nuclear é o boi de piranha que salva a pele da boiada devoradora da biosfera planetária. Essa boiada repelente, que cruza o rio das nossas vidas um pouco acima da carcaça do boi de piranha, é a infestação química do ar, da água, dos materiais, dos alimentos, das pessoas, das plantas e dos animais.

A culpa não é da indústria em geral. A culpa é dos homens desleixados que operam as fábricas de todos os ramos, dos homens despreparados que

manipulam os elementos químicos, dos homens indiferentes que controlam ou fiscalizam os produtos, os serviços e os negócios da indústria moderna.

Estamos apavorados com os riscos da radiação atômica dos reatores, das usinas, das ogivas, das bombas, com razão.

Mas estamos completamente descuidados diante das agressões intermitentes e capilares da química cotidiana, com sua massa erradia e nômade, que se entrecruza, entrecruza e se transmuda em elementos que escapam ao controle e até ao entendimento ao cientista mais atento.

O planeta vai acabar envenenado com a própria saliva.

O desastre do Rio Paraíba do Sul, que começou no riacho Três Pontas e vai acabar no Oceano Atlântico, tem explicação cândida: rompimento da barragem de terra batida que armazenava a sucata altamente tóxica da Cia. Paraibuna de Metais.

A incompetência começa na solução encontrada pela empresa, a do depósito a céu aberto de efluentes indestrutíveis, reservatório ligado a cursos d'água que fazem uma bacia que abastece meio milhão de brasileiros. E não apenas de água, também de peixe.

A incompetência prossegue na adoção generalizada, por fábricas de todos os tipos, desse modelo de usinas de açúcar e de álcool, na mesma região do norte fluminense, com sua portentosa emissão de vinhoto em bruto.

O mundo inteiro ostenta cicatrizes terríveis de desastres ecológicos que dizimaram flora, fauna e gente.

Centenas de japoneses morreram intoxicados por mercúrio de uma fábrica de celulose na Baía de Minamata. Centenas de americanos sofreram o mesmo desastre na ingestão de lagostas e camarões do Maine, infestados por metais pesados despejados na Costa Leste dos Estados Unidos pela indústria americana e canadense.

A destruição gasosa da cidade italiana de Seveso rendeu bom filme de ficção.

No Brasil, filmes de horror poderiam ser enredados a partir de pelo menos meia dúzia de grandes acidentes industriais ou desastres ambientais.

O derrame de amônia no Rio Jaguari, em Amaricana, SP, quase envenenou a população da cidade, em 1977. Na mesma época a Cia. Química do Recôncavo contaminou duas mil pessoas na favela dos Alagados, com seu vazamento de cloro gasificado. Na favela de Palafita, vulcão de poluição orgânica da água, só faltava essa bela dose de poluição química do ar.

Em Porto Alegre, a indústria de celulose Borregaard encheu o Guaíba de mercúrio e repetiu a dose em 1979, quando, já de nome trocado para Rioceli, derramou lixívia negra na Lagoa dos Patos.

E o que dizer da poluição crônica dos nossos animados distritos industriais, liderados por Cubatão, Contagem, Camaçari, Santo André ou Duque de Caxias.

O caso de Cubatão, na Baixada Santista, é um escândalo planetário. Já virou cobaia, objeto da curiosidade acadêmica de biólogos, geneticistas, químicos e advogados de meio mundo, que andam fazendo estágio, na surdina, pelas pensões da área.

Uma agressão ambiental cometida, impunemente, por empresas nacionais, estatais e multinacionais.

Primeira desculpa: a sujeira industrial vai para a categoria da poluição da riqueza dentro de um Brasil que ainda deve combater, com casca e tudo, a poluição maior, a da pobreza estrutural e endêmica.

Segunda desculpa: a empresa nacional não tem dinheiro para limpar o esgoto e filtrar a chaminé, muito menos para substituir a maquinária ou modernizar o processo.

Terceira desculpa: a empresa estatal não tem tempo para higienizar a operação do patriótico empreendimento.

Quarta desculpa: a multinacional cumpre a lei e não pode ser cobrada por uma lei mal colocada, quando bem fiscalizada, com sua multa de esmola de porta de igreja.

A mãe e mestra da poluição industrial é a impunidade da norma técnica que não existe, da lei que não funciona, da fiscalização que não aciona, da indenização mais barata do que a reciclagem das emissões, da cobrança política desviada para outros vazios e desvios da vida brasileira.

Somos o paraíso do rigoroso inquérito e estamos convertidos.

O protesto público fica por conta de uma passeata de meio milhar de ativistas ecológicos, depois de quarenta dias de mobilização.

Passeata, se não chover.

Enquanto isso, na esquina mais próxima da manifestação ambientalista, um caminhão tanque passeia sua carga mortífera pelo centro da cidade — porque temos indústrias corrosivas e abrasivas no centro da cidade.

Mais ao fundo, no depósito da avenida, operários morrem intoxicados na manipulação de produtos químicos embalados em sacos de estopa.

E mais além, no parque florestal da cidade, área verde restaurada, os motoqueiros em revoadas festejam com suas máquinas, de decibéis a revogação judicial da portaria do IBDF que proibia a entrada e a circulação de motocicletas em todos os parques e reservas florestais do país.

Aliás, os motoqueiros são ecologistas da ativa e naturalistas da pesada. Para azar dos sagüis e das maritacas.

Joelmir Beting

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 25-5-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EVANDRO CARREIRA (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Talvez até pareça, da nossa parte, uma redundância, uma teimosia pedir a palavra para encaminhar a votação, na oportunidade em que se pede a inversão dos trabalhos. Mas não nos cabe outra alternativa, diante da desconsideração da Mesa com o Plenário, ao elaborar a Ordem do Dia.

Não é possível, Sr. Presidente. Esta é a quarta vez que me faço presente, que assumo à tribuna para protestar contra este procedimento...

O Sr. Dirceu Cardoso — Incorreto, da Mesa!

O SR. EVANDRO CARREIRA — ... incorreto, da Mesa, e que depõe contra o Senado e que nos parece até uma desconsideração ao Plenário.

O Sr. Dirceu Cardoso — Parece a Câmara de "Santo Antônio de Sinimbu", lá no Estado do Sergipe.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Exatamente! Nós chegamos aqui e nos deparamos com uma Ordem do Dia que é um verdadeiro calhamaço, deste já agora palimpsesto, não é mais nem calhamaço, porque muda de cor, muda de teor, passa para a frente, passa para trás, raspam, apagam, escrevem por cima e lêem por debaixo.

O Sr. Dirceu Cardoso — Escrevem até à mão, no avulso.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Exatamente. É o palimpsesto do Século XX a Ordem do Dia do Senado; muda a toda hora.

Em face dessa rotatividade, em face dessa volubilidade da Ordem do Dia, ou daqueles que a elaboram, depois de já estar nas mãos dos Srs. Senadores, concluem que é preciso trocar, passar a frente para trás, passar de trás para frente, e assim vêm, desde algum tempo, invertendo a Ordem do Dia. E quem paga o alto preço por isto é o Território de Roraima.

Não sou Senador por Roraima. Teria muita honra em sê-lo, pois Roraima se assenta no extremo do Setentrião Brasileiro. É o mais avançado baluarte da nacionalidade. Lá no BV-8, no contraforte guiano, os roraimenses se escudam na defesa da nacionalidade, principalmente neste Século, quando os entreveros entre Venezuela e Guiana foram patentes e ameaçam recrudescer, agora, que a Argentina, temerariamente, invadiu as Ilhas Falklands, ou Ilhas Malvinas, exacerbando todos os puridos imperialistas que alguns países sul-americanos alimentam com respeito às suas lindes.

No caso específico de Roraima, é o Território o primeiro a se defrontar com o diálogo entre Venezuela e Guiana pela posse do Essequibo, área contestada pela Venezuela, e que não se conforma enquanto não se apossar da mesma. A Guiana resiste e nós estamos entre os dois. O ápice do grante retângulo roraimense coincide com essa área de disputa e o atual Sr. Governador, ilustre administrador, pede que o Território obtenha uma redivisão municipal, porque não é mais possível continuar a administrar o Território com apenas dois municípios que são exatamente os Municípios de Boa Vista e de Caracará. O Governador não tem como promover e acelerar o processo desenvolvimentista na área, e com isto obtermos um índice de nacionalidade e de desenvolvimento capazes de servir de contrafortes a um movimento belicoso que, por acaso, ocorra naquela área.

É exatamente em razão desta importância que o Sr. Governador pede a divisão, mas a Casa teima em pedir a inversão. As Lideranças do PMDB e do PDS, neste acordo, pretendem entender e conseguem quase sempre obter essa inversão, apesar da luta titânica, hercúlea, que o Sr. Senador Dirceu Cardoso e eu estamos travando nesta Casa.

Sr. Presidente, não concordamos com essa inversão e achamos que esse acordo entre PMDB e PDS está prejudicando a imagem do Senado. O Senado não pode ficar à mercê de entendimentos de bastidores, feitos às escondidas, para obterem inversão e a aprovação de projetos. Nós denunciaremos o fato e pedimos a V. Ex^a que, como Presidente, responsável pela Ordem do

Dia, não permita que isso suceda mais, e seja esta a última vez que venha a Plenário pedido de inversão dos trabalhos. Isto já está se constituindo numa verdadeira rotina.

Sr. Presidente, encerro as minhas palavras declarando o meu voto contra esta inversão. (*Muito bem!*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 26-5-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EVANDRO CARREIRA (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Está em votação o requerimento que altera por completo a Ordem do Dia e o contexto da mesma.

As lideranças do PDS e do PMDB, como um rolo compressor, decidem modificar todo o processo legislativo de um projeto.

O Sr. Dirceu Cardoso — Muito bem! V. Ex.^a é o líder dos trabalhadores.

O SR. EVANDRO CARREIRA — De um momento para outro apaga-se tudo, e se dá nova redação ao projeto. Trata-se de uma pretensão do Governo de Roraima, pretensão com a qual eu sintonizo *in totum*. De algum tempo, venho lutando para que a inversão dos trabalhos, que vinha sendo tentada e por vezes ocorria, jogando o projeto para os "cafundós do Judas", aparece agora com uma nova forma e com um novo conteúdo.

Não há uma alteração substancial e por essa razão eu concordo com o requerimento, eu o aprovo mas não posso deixar de protestar contra a sessão a que ficou sujeito o Governo de Roraima e todos nós. O Governo que, consciente da sua responsabilidade, estruturou um plano de ação administrativa que dependia e depende da aprovação do projeto, ficou à mercê da boa vontade das lideranças supremas. A Minoria não foi ouvida. Se alguém me procurou, não foram as lideranças supremas, foram amigos de Roraima. E o ilustre Senador Raimundo Parente e eu, que concordamos com a pretensão do Governo de Roraima, fomos simplesmente alienados, numa demonstração inequívoca de que o PMDB não tem o menor respeito por minoria, de que o PMDB quer apenas chegar ao poder e nada mais não importa quem atropelar no caminho; o que importa é satisfazer a sanha de uma cúpula que quer chegar ao poder.

O Governador de Roraima foi obrigado a ceder, a administração de Roraima foi obrigada a ceder. Ceder a quê? A uma pressão do PMDB que achava que a criação de mais de três ou quatro municípios de Roraima iria prejudicar, eleitoralmente, o Partido naquela área.

Sr. Presidente, isto é uma inverdade, não tem nenhuma substância o argumento. O que pretendia o PMDB era apenas emperrar a Administração do Governador de Roraima, para que ele, através do emperramento, encontrasse clima favorável ao seu desenvolvimento, porque essa é a técnica do PMDB depois da fusão com o ex-PP, que o conspurcou e enodoou.

E agora, depois de tantas travessuras por que foi obrigado a passar o projeto, ele vem com uma nova vestimenta, exatamente para atender ao interesse do PMDB, no acordo de Lideranças que houve e está havendo e já se consubstanciou nesta Casa entre o PDS e PMDB, em detrimento dos interesses do povo.

A Emenda nº 1 diz o seguinte:

EMENDA Nº 1

Dê-se ao artigo 2º, a seguinte redação.

"art. 2º. A instalação dos Municípios criados por esta lei e a nomeação dos respectivos Prefeitos far-se-ão após as eleições dos Vereadores, a serem realizadas a 15 de abril de 1983".

Sr. Presidente, está claro, cristalino e translúcido o interesse puramente eleitoral do PMDB: bloquear, até 15 de novembro, a criação de mais de quatro municípios que só iriam ampliar a administração de Roraima — só iriam beneficiar o povo porque, com a criação desses municípios, aumentava-se a área de administração, que não pode ficar de modo algum, emperrada. Roraima é um território com cerca de 300 mil quilômetros quadrados — só tem dois municípios — e é uma área estratégica! A nomeação de mais quatro prefeitos, com a criação de uma máquina administrativa nos quatro municípios, não seria suficiente para prejudicar os interesses eleitorais do PMDB, em absoluto. Quatro prefeitos, ao instalarem essas administrações, iriam encontrar muito mais problemas e muito mais dificuldades para resolver do que benesses, do que prebendas a ofertar, do que oferendas ou dádivas a apresentar aos eleitores nesse "vivas às eleições" que estão proclamando.

Desta forma, Sr. Presidente, nós somos favoráveis ao requerimento na esperança de que se ponha um termo, de uma vez por todas, à dificuldade, criação desses municípios, que são imprescindíveis. (*Muito bem!*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 27-5-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EVANDRO CARREIRA (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tem razão o ilustre Senador Dirceu Cardoso, quando reitera a importância do Regimento Interno e ressalta os 152 anos de elaboração meticulosa, pensada, amadurecida, reciclada deste Regimento.

Não foi o acaso, Sr. Presidente, que nos legou o Regimento Interno, foi uma elaboração centenária.

O Sr. Dirceu Cardoso — Sesquicentenária.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Exatamente. Foi uma elaboração de 152 anos, Sr. Presidente, que chegou, por fim, à conclusão de que o Senador da República encarna o pensamento do seu Estado, da sua gleba. Ele representa não o povo propriamente dito, este é representado pela Câmara dos Deputados. Mas o Senador é reminiscência do Conselho dos Anciãos, herança de uma cultura milenar, porque o Senado não foi criado a esmo. O Senado surgiu dessa experiência histórica do Conselho de Anciãos, aquele Conselho que representava a suprema vontade elaborada pela experiência e pela maturidade. Em razão disso se impõe a idade mínima de 35 anos. E em razão disso o Regimento Interno agasalha ao Senador da República prerrogativas especiais, prerrogativas especialíssimas como sói ser esta de um Senador, apenas um, poder parar o Senado. É isto que esta Casa não está entendendo; ela não está vivendo o momento histórico que Dirceu Cardoso está trazendo à consideração da Nação e da História; a História vai nos julgar e não vai demorar muito. Ela julgará aqueles que não souberam compreender a experiência como, também, a sabedoria que ressuma do Regimento Interno, quando é dada ao Senador a prerrogativa de parar o Senado; quando é dada ao Senador esta prerrogativa de requerer um projeto para retornar a uma Comissão, e dando a todos 10 minutos para declaração de votos. É porque o Senado, na sua experiência centenária, concluiu que ao Senador não se pode dar uma igualdade de prerrogativas que tem o Deputado Federal; ele paira como Câmara revisora, ele paira como Conselho de Anciãos da Nação, acima daqueles entreveros que, por vezes, ocorrem, em virtude da emoção provocada pela massa e pela presença do povo em agitação. O Senado é uma câmara de reciclagem lenta, de revisão lenta. Esse é o espírito *legis* que norteia o Regimento Interno e norteou todos os nossos antecessores na elaboração deste Regimento. Não se pode tirar esta prerrogativa do Senador.

A nação norte-americana sobrevive até hoje, e desafia todas as pseudopotências do mundo, não através da Presidência da República, nem do seu Pentágono, mas através do Senado, cujo Senador comanda a nação. Um Senador, nos Estados Unidos, pode modificar o pensamento governamental, pode deter uma medida e um procedimento do Executivo. No entanto, aqui, não é nem o Executivo que interfere, somos nós mesmos que já queremos cassar os direitos consagrados do Senador, através de dezenas e dezenas de anos, para satisfazer a interesses fortuitos e imediatistas, a interesses de oportunidade. O Senador Dirceu Cardoso vai para a História.

O Sr. Dirceu Cardoso — Quando eu morrer.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Não importa, a morte pouco importa, Senador, o que importa é a hora que transmitimos à nossa descendência, é os seus filhos e os seus netos ouvirem de um tribunal revolucionário popular a palavra que Dirceu Cardoso foi um Senador honrado, e não ouvir de um tribunal popular: "teu avô foi um palhaço".

ATA DA 99ª SESSÃO, REALIZADA EM 2-8-82 (Publicada no DCN — Seção II de 3-8-82)

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Parecer nº 560, de 1982, da Comissão de Municípios, referente à Mensagem nº 38/82 (nº 105/82, na origem), para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Alvorada (RS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 433.415.922,39 (quatrocentos e trinta e três milhões, qua-

trocentos e quinze mil, novecentos e vinte e dois cruzeiros e trinta e nove centavos):

Na página 2560, 2ª coluna,

Onde de lê:

PARECER Nº 560, DE 1982

Relator: Senador Tarso Dutra

Leia-se:

PARECER Nº 560, DE 1982

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Tarso Dutra

ATA DA 105ª SESSÃO, REALIZADA EM 10-8-82

(Publicada no DCN — Seção II — de 11-8-82)

RETIFICAÇÕES

No Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1982, que “dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 2.591, de 7 de agosto de 1912, que regula a emissão e a circulação de cheques”:

Na página 2710, 1ª coluna, após a legislação citada que acompanha o projeto, inclua-se, por omissão, o seguinte despacho:

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

No Projeto de Lei do Senado nº 143, de 1982, que “denomina “Jornalista Carlos Rios” o trecho da rodovia BR-424 entre as cidades de Arcoverde e Garanhuns, no Estado de Pernambuco”:

Na página 2714, 2ª coluna,

Onde se lê:

(Às Comissões de Constituição e Justiça e Economia.)

Leia-se:

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.)

No Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1982, que “dá nova redação ao art. 450 da Consolidação das Leis do Trabalho”:

Na mesma página e mesma coluna, após a legislação citada que acompanha o projeto, inclua-se, por omissão, o seguinte despacho:

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

No Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1982, que “estabelece a remuneração máxima permitida a quaisquer trabalhadores do setor privado ou público, eleva e unifica o valor do salário mínimo, e dá outras providências”:

Na página 2721, 1ª coluna, após a justificação que acompanha o projeto, inclua-se, por omissão, o seguinte despacho:

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)